



By @kakashi_copiador

Índice

1) Políticas Públicas	3
2) Questões Políticas Públicas	108
3) Questões Políticas Públicas - CESGRANRIO	155

Olá, amigos do Estratégia Concursos, tudo bem?

Preparados para mais uma aula? Então vamos em frente! ☺

Um grande abraço,

Stefan Fantini



Para tirar dúvidas e ter acesso a **dicas** e **conteúdos gratuitos**, siga meu **Instagram**, se inscreva no meu **Canal no YouTube** e participe do meu canal no **TELEGRAM**:



@prof.stefan.fantini

<https://www.instagram.com/prof.stefan.fantini>



 **YouTube**
Stefan Fantini

<https://www.youtube.com/channel/UCptbQWFe4xlyYBcMG-PNNrQ>





t.me/admconcursos



Os canais foram feitos especialmente para você! Então, será um enorme prazer contar com a sua presença nos nossos canais! ☺

Sumário

Políticas Públicas.....	5
1 – Conceito de Políticas Públicas.....	5
1.1 – Problema Público	8
1.2 – Abordagem Estatista x Abordagem Multicêntrica	12
1.3 – Atores	14
2 – Dimensões da Política	15
3 – Tipos de Demandas	17
4 – Política Pública x Decisão Política	21
5 – Tipos de Políticas Públicas (Classificações)	22
5.1 – Classificação quanto aos Impactos Gerados/Esperados na Sociedade	22
5.2 – Classificação quanto ao papel nas relações sociais ou impactos que podem causar aos beneficiários	28
5.3 – Classificação quanto à natureza ou grau de intervenção	30
5.4 – Classificação quanto à abrangência dos possíveis benefícios	30
5.5 – Setorializada x Territorializada x Vertical x Horizontal	30
5.6 – Sociais x Macroeconômicas x Administrativas x Específicas	33
6 – Ciclo de Políticas Públicas	35
6.1 – Construção da agenda (Formação da Agenda)	41
6.2 – Formulação das políticas públicas (Formulação de Alternativas)	47
6.3 – Tomada de decisões	51
6.4 – Implementação.....	56
6.5 – Avaliação das políticas. Coleta, análise e interpretação de informações quantitativas e qualitativas para avaliação de programas governamentais.	59

7 – Processo de Políticas Públicas.....	84
8 – Modelo Lógico.....	86
Resumo Estratégico	89

POLÍTICAS PÚBLICAS

1 – Conceito de Políticas Públicas

Antes de tudo, é necessário que você saiba que **administração pública**, no exercício de suas funções, deve sempre visar à **coletividade**; e não o “particular” (individual). Ou seja, não se pode agir em favor deste ou daquele em detrimento do outro. Deve-se agir em prol do **bem comum**.

Em outras palavras, a administração pública tem como destinatários de suas ações cidadãos, sociedade e partes interessadas, demandantes da produção do **bem comum** e do desenvolvimento sustentável.

O conceito de políticas públicas é muito variado e depende do que cada autor quer expressar.

Para Secchi, **política pública** é “uma **diretriz** elaborada para **enfrentar um problema público**”. Para o autor, “uma política pública possui dois elementos fundamentais: **intencionalidade pública** e **resposta a um problema público**; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o **tratamento** ou a **resolução** de um problema entendido como **coletivamente relevante**.¹

Dias e Matos, por sua vez, explicam que as **políticas públicas** são “**ações empreendidas** ou não pelos **governos** que deveriam estabelecer condições de **equidade** no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma **melhoria da qualidade de vida** compatível com a **dignidade humana**.²



Vejamos, a seguir, mais alguns conceitos de **políticas públicas** na visão de alguns renomados autores:

- A combinação de **decisões** básicas, **compromissos** e **ações** feitas por aqueles que detêm ou influenciam cargos de autoridade do **governo**.³
- São a totalidade de **ações**, **metas** e **planos** que os **governos** (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o **bem-estar** da sociedade e o **interesse público**.⁴

¹ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.2

² DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. Editora Atlas. p 12.

³ GERSTON (2010) *apud* DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. Editora Atlas. p 12.

-É o que os **governos** decidem ou não fazer.⁵

-É a soma das **atividades** dos **governos**, que agem diretamente ou por meio de agentes, e que **influenciam a vida dos cidadãos**.⁶

-Conjunto de **ações do governo** que irão produzir efeitos específicos.⁷

-Campo dentro do **estudo da política** que analisa o **governo** à luz de grandes **questões públicas**.⁸

-As **decisões e análises** sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: **quem ganha o quê? por quê? e que diferença isso faz?**⁹

Vejamos, ainda, alguns conceitos de políticas públicas adotados pelas principais bancas organizadoras:

-Conjunto de **ações, planos, metas e objetivos** traçados pelos governos a fim de alcançar o **bem-estar social**.¹⁰

-Fluxo de **decisões públicas**, orientado a **manter o equilíbrio** social ou a **introduzir desequilíbrios** destinados a **modificar essa realidade**.¹¹

-As políticas públicas dizem respeito ao conjunto de atividades que **proporcionam sustentação** para que o Estado, por meio da Administração pública, consolide um conjunto de **objetivos relacionados ao desenvolvimento**.¹²

-Define-se política pública como o **programa de ação governamental** que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados e que deve visar a realização de **objetivos sociais relevantes**, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo para o atingimento dos resultados.¹³

-As políticas públicas correspondem à **soma das atividades** articuladas pelos governos para **melhorar a vida dos cidadãos**. As decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: **Quem ganha o quê? Por quê? e Que diferença isso faz?**¹⁴

⁴ SEBRAE (2008) *apud* DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. Editora Atlas. p 12

⁵ DYE (1987) *apud* DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. Editora Atlas. p 12.

⁶ PETERS (1993) *apud* DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. Editora Atlas. p 13

⁷ LYNN (1980)

⁸ MEAD (1985)

⁹ LASWELL

¹⁰ FGV (2015)

¹¹ FGV (2015)

¹² FCC (2020)

¹³ CESPE (2015)

¹⁴ CESPE (2015)

Dias e Matos explicam que, de todos esses conceitos, podem-se extrair alguns elementos comuns que são encontrados nas definições sobre políticas públicas. Vejamos quais são eles¹⁵:

- As Políticas Públicas são feitas em **nome do “público”**.
- As Políticas Públicas, geralmente, são **feitas ou iniciadas pelo governo**.
- As Políticas Públicas são implementadas por **atores públicos e privados**.
- As Políticas Públicas são o que o **governo pretende fazer** (ação) e o que o governo **escolhe não fazer** (inação).
- As políticas públicas consistem nos **resultados de ações** que tem efeitos no **sistema social e político**.



Você **não precisa** decorar todos esses conceitos. Só quero que você perceba que todos eles convergem para um mesmo sentido, qual seja:

As políticas públicas consistem em um **conjunto de decisões, ações e atividades** que o governo desempenha para alcançar resultados que **melhorem a vida dos cidadãos**.

Ou seja, trata-se de um conjunto de **ações, planos, metas e objetivos** que o governo traça, com o objetivo de alcançar o **bem-estar social (bem comum)**.



(CESPE/CEBRASPE – MPC-PA – Analista Ministerial - 2019)

Atividades privadas podem ser consideradas políticas públicas, mesmo que não estejam apoiadas em decisões de governo.

Comentários:

Nada disso! O conceito de política pública **pressupõe a participação do governo**.

¹⁵ DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. Editora Atlas. p 13

Ou seja, todos os conceitos de políticas públicas que estudamos anteriormente têm algo em comum: **ações e decisões do governo**.

Gabarito: errada.

(CESPE/CEBRASPE – EBC – Analista)

Decisões e análises acerca de políticas públicas implicam responder às seguintes perguntas: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Comentários:

Isso mesmo!

De acordo com Laswell, as **decisões e análises** sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: **quem ganha o quê? por quê? e que diferença isso faz?**¹⁶

Gabarito: correta.

1.1 – Problema PÚBLICO

De modo geral, as **políticas públicas** existem para resolver os “**problemas públicos**”.

Nesse sentido, Sjöblom define **problema público** como “a diferença entre a **situação atual** e uma **situação ideal** possível. Um problema existe quando o **status quo** é considerado **inadequado** e quando existe a **expectativa do alcance de uma situação melhor**.¹⁷

Ou seja, o problema público surge quando o *status quo* (“estado das coisas”) é considerado inadequado, e consiste na diferença entre a **situação atual** (inadequada) e uma **situação futura “ideal”**. Em outras palavras, o *status quo* (ou seja, a “situação atual”) é considerado inadequado e existe a expectativa do alcance de uma situação melhor.

Vale destacar, ainda, que um problema só pode ser considerado “público” quando ele é **relevante** para a **coletividade** (é relevante para uma quantidade notável de pessoas).



¹⁶ LASWELL

¹⁷ SJÖBLOM (1984) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.10

Peters destaca **08 características** muito comuns dos **problemas públicos**, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:¹⁸

- a) Problemas **sem clara delimitação de fronteiras**, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
- b) Problemas **relacionados a bens públicos** e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
- c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser **desenvolvidas em conjunto**.
- d) Problemas **difíceis de serem resolvidos**, ou que **criam novos problemas**.
- e) Problemas **complexos do ponto de vista técnico** (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) **ou político** (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).
- f) Problemas que envolvem **incerteza e risco**, situações que não podem ser previstas;
- g) Problemas marcados pelas chamadas “**escolhas trágicas**”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar **benefícios a um grupo social** ao mesmo tempo em que impõem **perdas a outros grupos**.
- h) Problemas envolvendo **redistribuição de riqueza** por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências



Existe, ainda, uma outra “categoria” de problemas em políticas públicas, os chamados **wicked problems**. Conforme explica Capella, “mais que do que **problemas complexos**, ou de **difícil tratamento**, são **problemas desestruturados** e que desafiam continuamente os analistas de políticas públicas.” Trata-se de “**problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas**.”¹⁹

¹⁸ Peters (2015) apud CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP. pp, 25-26.

¹⁹ CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP. p. 26.

De acordo com a autora, as características dos **wicked problems** são:²⁰

- a) **Ausência de uma formulação definitiva:** são problemas difíceis de serem definidos porque estão sempre sujeitos à contestação por diferentes grupos sociais. Muitas vezes, as soluções adotadas é que acabam por delimitar o problema.
- b) **Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva:** problemas desse tipo não são resolvidos, geralmente desaparecem da agenda ao esgotarem-se os recursos disponíveis para enfrentá-lo.
- c) **Inexistência de uma solução correta:** ao contrário de problemas clássicos, passíveis de serem enfrentados pela ciência, as soluções para os wicked problems não se encaixam nas categorias “falso ou verdadeiro”, ou “certo ou errado”. Soluções são apenas “melhores” ou “piores”.
- d) **Impossibilidade de testar soluções previamente:** cada wicked problem é único e específico para seu contexto, o que torna inviável transpor soluções de um caso para outro.
- e) **Interligação a diversos outros problemas:** os wicked problems estão sempre interligados a outros problemas e cada tentativa de solução pode gerar consequências imprevistas ou novos problemas. Assim, as ações adotadas não podem ser rapidamente desfeitas, limitando a oportunidade para aprendizado por meio de tentativa e erro.
- f) **São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados que disputam sobre as interpretações em torno da natureza do problema.**

A autora destaca que “Exemplos de problemas relacionados a políticas públicas atualmente caracterizados como wicked problems podem ser encontrados em ações de proteção às crianças; comportamentos autodestrutivos ou pouco saudáveis (uso de drogas, tabaco, álcool, junk food); planejamento e serviços de transporte urbano; a questão das populações indígenas (superação das desigualdades em relação a educação, saúde, renda, entre outros aspectos); sustentabilidade no uso dos recursos naturais (relacionados ao crescimento populacional e mudança climática) (Head, 2008).”²¹

²⁰ Peters (2015) apud CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP. pp, 27-28.

²¹ Peters (2015) apud CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP. p. 28.



(FGV – CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle – 2022)

Diversos autores apontam características comuns aos problemas públicos para facilitar o processo de identificação, podendo, assim, o analista de políticas categorizar e buscar soluções para novos desafios a partir de problemas anteriores de natureza semelhante. Entretanto, nem todos os problemas públicos compartilham características. No universo de problemas públicos contemporâneos merecem destaque os *wicked problems*, problemas desestruturados que desafiam continuamente os analistas.

Os *wicked problems* são singulares e diferenciam-se dos demais problemas públicos:

- a) pela dificuldade de serem resolvidos e pelo potencial para criar problemas;
- b) pela complexidade técnica e pelo alto grau de imprevisibilidade, incerteza e risco;
- c) pela interligação com vários outros problemas e por não possuírem uma solução correta ou definitiva;
- d) por não possuírem clara delimitação de fronteiras e por envolverem bens públicos;
- e) por envolverem soluções com escolhas trágicas, assim como a redistribuição de riquezas e recursos.

Comentários:

De acordo com a Capella, as características dos *wicked problems* são:²²

- a) Ausência de uma formulação definitiva: são problemas difíceis de serem definidos porque estão sempre sujeitos à contestação por diferentes grupos sociais. Muitas vezes, as soluções adotadas é que acabam por delimitar o problema.
- b) **Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva:** problemas desse tipo não são resolvidos, geralmente desaparecem da agenda ao esgotarem-se os recursos disponíveis para enfrentá-lo.
- c) **Inexistência de uma solução correta:** ao contrário de problemas clássicos, passíveis de serem enfrentados pela ciência, as soluções para os *wicked problems* não se encaixam nas

²² Peters (2015) apud CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP. pp, 27-28.

categorias “falso ou verdadeiro”, ou “certo ou errado”. Soluções são apenas “melhores” ou “piores”.

d) Impossibilidade de testar soluções previamente: cada wicked problem é único e específico para seu contexto, o que torna inviável transpor soluções de um caso para outro.

e) **Interligação a diversos outros problemas:** os wicked problems estão sempre interligados a outros problemas e cada tentativa de solução pode gerar consequências imprevistas ou novos problemas. Assim, as ações adotadas não podem ser rapidamente desfeitas, limitando a oportunidade para aprendizado por meio de tentativa e erro.

f) São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados que disputam sobre as interpretações em torno da natureza do problema.

Portanto, a única alternativa que trouxe uma das características dos wicked problems foi a letra C.

Todas as demais alternativas trouxeram características dos “demais problemas públicos” (ou seja, características dos problemas públicos “em geral”).

O gabarito é a letra C.

(CESPE/CEBRASPE – MPC-PA – Analista Ministerial - 2019)

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar qualquer tipo de problema, seja individual, seja da coletividade.

Comentários:

Nada disso!

As políticas públicas não são elaboradas para enfrentarem “problemas individuais” (“problemas particulares”). As políticas públicas existem para resolver os “**problemas públicos**”. Nesse sentido, um problema só pode ser considerado “público” quando ele é **relevante** para a **coletividade** (é relevante para uma quantidade notável de pessoas).

Gabarito: errada.

1.2 – Abordagem Estatista x Abordagem Multicêntrica

Uma forma de se conceituar a política pública é através da verificação do ator político que a formula e implementa, ou seja, busca-se verificar quem é o “protagonista” no estabelecimento da política pública.

Nesse sentido, existem **02 abordagens**²³:

Abordagem Estatista (Estado-cêntrica): Para a abordagem estatista, a gestão das políticas públicas é algo estritamente relacionado aos **atores governamentais**. Sendo assim, o que irá determinar se uma política é considerada “pública” é a **personalidade jurídica do “ator principal”** dessa política.

Em outras palavras, para a abordagem estatista o **Estado** detém a **exclusividade (“monopólio”) para fazer políticas públicas**.

Ou seja, a política pública é um **processo governamental** cujo controle ocorre única e exclusivamente pelo **Estado**, embora admita que atores **não governamentais** tenham **certo grau de influência** no processo de formulação e implementação de políticas públicas (mas sem dar a esses atores não governamentais o poder de decisão de encaminhar uma política pública).

Abordagem Multicêntrica: A abordagem multicêntrica, por sua vez, entende que **organizações privadas, organização não governamentais e organizações multilaterais, são juntamente com os atores governamentais, protagonistas na implantação e implementação de políticas públicas**.

Ou seja, essa abordagem permite a existência de **diversos centros tomadores de decisão** dentro de um conjunto de regras previamente acordadas.

Para a abordagem multicêntrica, o que importa é a **origem do “problema”** a ser enfrentado. Nesse sentido, se o problema é “público” (problema público), diversos atores que têm a intenção de enfrentá-lo podem fazê-lo, sejam eles governamentais ou não.



Alguns autores entendem que apenas as ações do governo podem ser consideradas políticas públicas (ou seja, alguns autores defendem a abordagem estatista).

Contudo, a maior parte da doutrina (e a maior parte das bancas) entende que o Estado não detém um “Monopólio” sobre as políticas públicas.

Sendo assim, regra geral, são os **órgãos do governo** que formulam, implementam e avaliam as **políticas públicas**. Contudo, isso também pode ser realizado em **parceria com a sociedade e com o setor paraestatal**.

²³ MARIANI, I. S. *Abordagem Multicêntrica na Gestão de Políticas Públicas: o caso da extinção do corte manual da cana-de-açúcar*. Limeira, 2014.



(CESPE – ABIN – Oficial de Inteligência – 2018)

Para a abordagem estatista, o caráter público de uma política é definido pela personalidade jurídica de seus atores, enquanto, para a abordagem multicêntrica, atores não estatais podem ser protagonistas de políticas públicas.

Comentários:

Isso mesmo! A assertiva trouxe, corretamente, conceitos que diferenciam a abordagem estatista da abordagem multicêntrica.

Gabarito: correta.

1.3 – Atores

Os “**atores**” são **organizações, indivíduos ou grupos sociais** que **participam e influenciam**, direta ou indiretamente, o **processo de políticas públicas**. Ou seja, os atores desempenham algum “papel”, direto ou indireto, na arena política.

Nesse sentido, os atores podem ser classificados em **Governamentais e Não Governamentais**²⁴:

Atores Governamentais (Estatais / Públicos): São todos aqueles que possuem **atribuições definidas pelo Poder Estatal**. Por exemplo: **agentes políticos, atores designados politicamente, burocratas** (ou seja, os “executores” das políticas públicas, tais como servidores e empregados públicos) e juízes.

Atores Não Governamentais: São as instituições e organizações **particulares**. Por exemplo: **Grupos de Interesse, Partidos Políticos, Meios de Comunicação, Grupos de Pressão, Destinatários** (beneficiários) das políticas públicas, *Think Tanks* (organizações que têm como finalidade aconselhar e realizar pesquisas para a área das políticas públicas), empresários, sociedade civil organizada, **Organizações do Terceiro Setor** e outros Stakeholders.



²⁴ GOULART, G. L. Atores em Políticas Públicas. 2016.

(CESPE – SEEFAZ-RS – Auditor do Estado - 2018)

Vários atores participam e influenciam, direta ou indiretamente, o processo de formulação de políticas públicas, a exemplo de atores estatais ou públicos, entre os quais se incluem

- a) os burocratas e os designados politicamente.
- b) as organizações de terceiro setor e os meios de comunicação.
- c) os empresários e as sociedades civis organizadas.
- d) os grupos de interesse e os fornecedores.
- e) os políticos e os grupos de pressão.

Comentários:

Os atores podem ser classificados em Governamentais e Não Governamentais²⁵:

Atores Governamentais (Estatais / Públicos): São todos aqueles que possuem atribuições definidas pelo Poder Estatal. Por exemplo: agentes políticos, **atores designados politicamente, burocratas** (ou seja, os “executores” das políticas públicas, tais como servidores e empregados públicos) e juízes.

Atores Não Governamentais: São as instituições e organizações particulares. Por exemplo: Grupos de Interesse, Partidos Políticos, Meios de Comunicação, Grupos de Pressão, Destinatários (beneficiários) das políticas públicas, Think Tanks (organizações que tem como finalidade aconselhar e realizar pesquisas para a área das políticas públicas), empresários, sociedade civil organizada, Organizações do Terceiro Setor e outros Stakeholders.

O gabarito é a letra A.

2 – Dimensões da Política

Conforme explica Frey, a literatura diferencia **03 dimensões** da política que estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente. São elas²⁶:

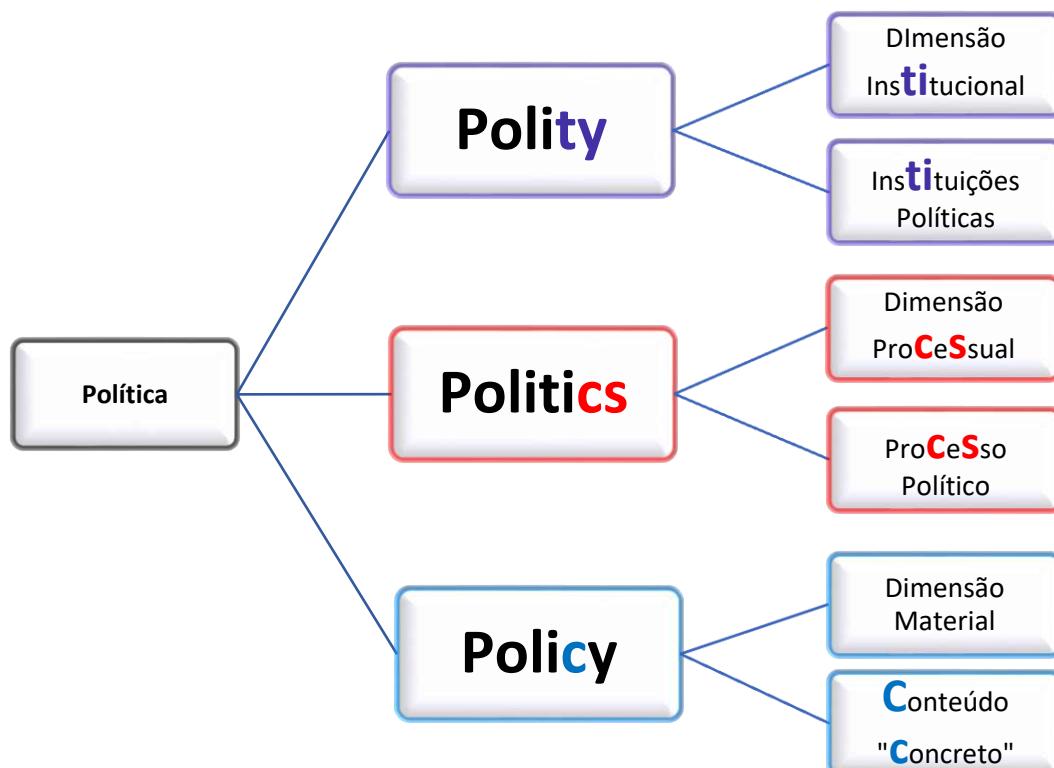
²⁵ GOULART, G. L. Atores em Políticas Públicas. 2016.

²⁶ FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000.

Polity (Dimensão Institucional): Expressão utilizada para denominar as **instituições políticas**. Essa dimensão se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo. Em outras palavras, tratam-se das **estruturas institucionais** baseadas em um conjunto de normas do sistema jurídico.

Politics (Dimensão Processual): Expressão utilizada para denominar os **processos políticos (atividade política)**. Ou seja, consiste no processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição. Em outras palavras, trata-se do processo político propriamente dito com as **relações de influência e poder**.

Policy (Dimensão Material): Expressão utilizada para denominar os **conteúdos “concretos” (conteúdo “material”) da política**. Ou seja, são os conteúdos concretos, isto é, se refere à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. São as **decisões tomadas** e as **ações concretas** para realizá-las. Em outras palavras, são as **políticas públicas** propriamente ditas.





(CESPE – EBC – Analista)

Em inglês, usam-se os termos polity, politics e policy para caracterizar as três dimensões da política. Eles se referem, respectivamente, às instituições políticas, aos processos políticos e aos conteúdos da política. Policy é adotado para designar as políticas públicas (public policy).

Comentários:

Isso mesmo! Assertiva perfeita.

Gabarito: correta.

3 – Tipos de Demandas

Conforme explica Rua, as **políticas públicas (policy)** são **outputs**, resultantes da **atividade política (politics)**, e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.²⁷

Segundo a autora, pode-se “considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de **satisfazer as demandas** que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários. Na realidade, o próprio atendimento das demandas deve ser um fator gerador de apoios - mas isto nem sempre ocorre, ou, mais comumente, ocorre apenas parcialmente. De qualquer forma, é na tentativa de processar as demandas que se desenvolvem aqueles “procedimentos formais e informais de resolução pacífica de conflitos” que caracterizam a política.”²⁸

Rua explica que as **demandas** podem ser de **03 tipos**²⁹:

Demandas novas: são aquelas que resultam do **surgimento de novos atores políticos** ou de **novos problemas**.

²⁷ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

²⁸ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

²⁹ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

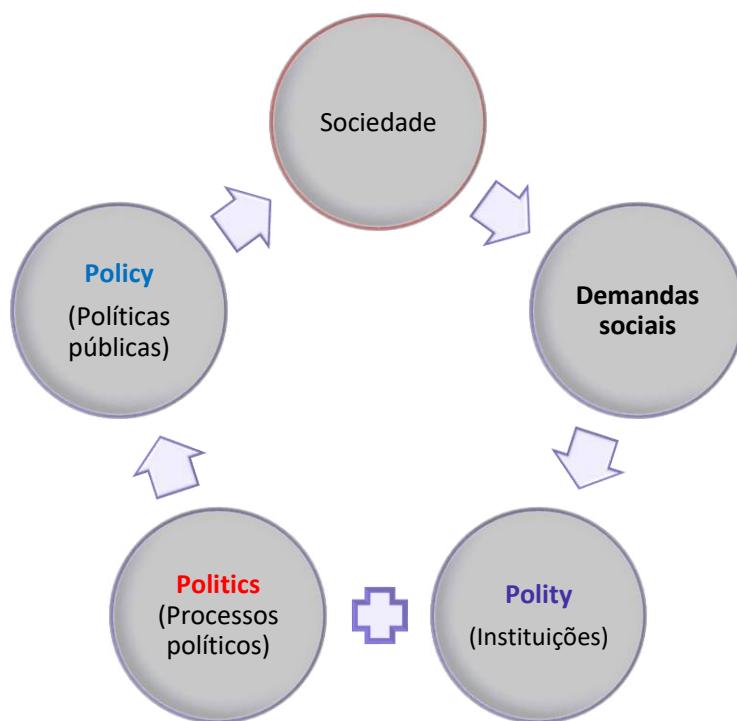
Novos atores: são aqueles que já existiam antes, mas não eram organizados; quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos.

Novos problemas: são problemas que ou não existiam efetivamente antes (como a COVID-19, por exemplo) ou que existiam apenas como "estados de coisas", ou seja, eram situações que não era vistas como "problemas" e, por isso, não chegavam a pressionar o sistema a apresentarem uma solução (como a questão ambiental).

Demandas recorrentes: são aquelas que expressam **problemas não resolvidos** ou **mal resolvidos**, e que estão **sempre voltando a aparecer** no debate político e na agenda governamental.

Demandas reprimidas: são aquelas constituídas por "**estados de coisas**" (ou seja, os políticos não **a reconhecem como "problemas"**) ou então constituídas por **não-decisões**.

Vejamos, a seguir, um esquema envolvendo os conceitos que acabamos de estudar:





(IF-SP – IF-SP – Tecnólogo - 2018)

De acordo com Dias e Matos (2012), as políticas públicas podem surgir de demandas sociais. As demandas sociais podem ser classificadas, segundo esses autores em:

- a) Demandas empreendedoras, demandas redundantes e demandas secundárias.
- b) Demandas inovadoras, demandas repetitivas e demandas oprimidas.
- c) Demandas originárias, demandas pretéritas e demandas das minorias.
- d) Demandas novas, demandas recorrentes e demandas reprimidas.

Comentários:

Existem 03 tipos de demandas: demandas **novas**, demandas **recorrentes** e demandas **reprimidas**.

O gabarito é a letra D.

(IADES – CAU-BR - ADAPTADA)

As demandas novas são aquelas que se originam de novos atores políticos ou de novos problemas demandados.

Comentários:

Isso mesmo!

As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.

Gabarito: correta.

(IADES – CAU-BR - ADAPTADA)

As demandas recorrentes são aquelas que se fundam em problemas já resolvidos, mas que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental.

Comentários:

Nada disso!

As demandas recorrentes são aquelas que expressam **problemas não resolvidos** ou **mal resolvidos**, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental

Gabarito: errada.

(CONSULPLAN – ITABAIANA – Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() Podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhe são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários.

() As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.

() As demandas reprimidas são aquelas em que os políticos não vão atender aos atores sociais, não reconhecendo sua necessidade.

() As demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, que constam da agenda governamental.

A sequência está correta em:

- a) V, F, F, F
- b) F, V, V, F
- c) V, V, F, V
- d) V, V, V, V
- e) F, F, F, F

Comentários:

Excelente questão para sedimentarmos os conceitos.

Todas as assertivas trazem conceitos corretos.

O gabarito é a letra D.

4 – Política Pública x Decisão Política

É importante que você saiba que **Política Pública** e **Decisão Política** não são a mesma coisa.

A **política pública**, normalmente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. A **decisão política** por sua vez, corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando (em maior ou menor grau) uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Portanto, pode-se dizer que uma **política pública** depende de **decisões políticas** (ou seja, a **política pública** é resultado de **decisões políticas**); contudo, nem toda **decisão política** chega a constituir uma **política pública**.³⁰



(FGV – SEPOG – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental - 2017)

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
- III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

³⁰ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. De fato, a política pública, normalmente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

A **segunda assertiva** está correta. De fato, a decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando (em maior ou menor grau) uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis

A **terceira assertiva** está correta. Isso mesmo! Pode-se dizer que uma política pública depende de decisões políticas (ou seja, a política pública é resultado de decisões políticas). Em outras palavras, uma política pública implica (requer) uma decisão política.

Contudo, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

O gabarito é a letra E.

5 – Tipos de Políticas Públicas (Classificações)

Vejamos, a seguir, as principais classificações/tipos de políticas públicas.

5.1 – Classificação quanto aos Impactos Gerados/Esperados na Sociedade

Essa classificação foi proposta por Theodor Lowi e leva em consideração o **impacto (custos e benefícios)** que as políticas públicas geram na sociedade.

De acordo com Theodore Lowi, **quanto aos Impactos (custos e benefícios) gerados/esperados na sociedade**, as políticas públicas podem ser classificadas de **04 tipos**:³¹

Políticas regulatórias: são as que tem por objetivo **regular a atuação e o comportamento** de pessoas, grupos e organizações. Para isso, são utilizadas regulamentações simples (por

³¹ LOWI (1964) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. pp.25-26

exemplo: portarias e decretos) ou então regulamentações complexas (por exemplo: código de trânsito).

Essas políticas **não buscam benefícios imediatos** para um grupo ou outro, ou seja, os **“custos e benefícios”** são **divididos** de forma **igualitária** entre os diversos grupos da sociedade.

Além disso, a capacidade de aprovação ou não das políticas regulatórias dependem da **relação de forças** entre **atores** e **interesses** da sociedade em determinado momento. À vista disso, a dinâmica dessas políticas é do tipo **pluralista**.

Por exemplo: regras para a segurança alimentar, regras para operação de mercado financeiro, regras de tráfego aéreo, códigos de trânsito, etc.

Políticas distributivas: tratam-se de políticas em que os **benefícios** são **concentrados** apenas para **alguns grupos** de atores da sociedade, enquanto os **custos** são **“difusos”** (são **divididos**) por toda a **coletividade** (contribuintes).

Essas políticas, geralmente, causam **pouco conflito**, uma vez que o “custo” é dividido por toda a coletividade (ou seja, os custos acabam sendo “baixos” e as pessoas acabam não “percebendo” esses custos).

Por exemplo: gratuidade de transporte para idosos, renúncias fiscais, subsídios para determinado setor da indústria, etc.

Políticas redistributivas: são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os **benefícios** são **concentrados** em **determinado grupo** de atores da sociedade, enquanto os **custos** são **concentrados** em **outro grupo** de pessoas.

Tratam-se de políticas que tem por objetivo **redistribuir rendas** (ou seja, **alterar o grau de “concentração”** dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas/privilegiadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade. Em outras palavras, trata-se de “tirar dos ricos” (grupo “perdedor”) para “dar aos pobres” (grupo “ganhador”).

Essas políticas geralmente provocam **muitos conflitos**, pois representam um jogo de “**soma zero**” (situação “**ganha-perde**”). O tipo de dinâmica presente nas políticas redistributivas é o **elitismo**, onde são formadas duas elites: de um lado, um grupo (que será “beneficiado” com a política) defende que a política seja efetivada; de outro lado, outro grupo (que irá sair “perdendo” com a política) defende que a política seja descartada.

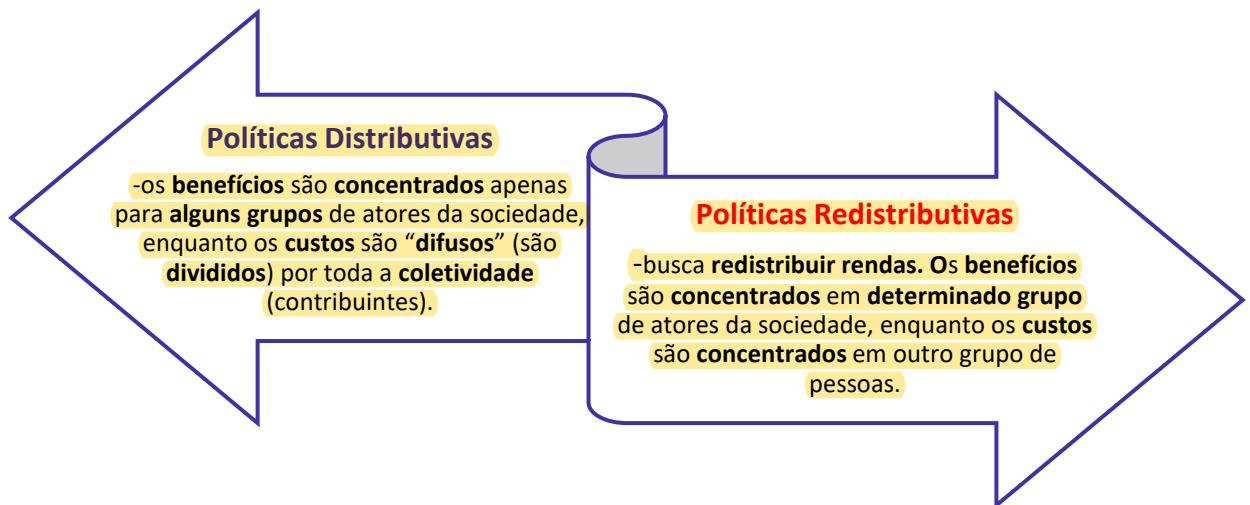
Por exemplo: cotas raciais para universidades, programas de reforma agrária (redistribuição de terras), etc.

Políticas constitutivas (Políticas estruturadoras): são as políticas que definem as “regras do jogo”. Conforme explica Lowi, “são regras sobre os poderes e regras sobre as regras”. Ou seja, são as políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e regras da elaboração de políticas.³²

São conhecidas como “meta-policies”, pois se encontram “acima” dos outros três tipos de políticas e, normalmente, moldam a dinâmica política. Em outras palavras, são políticas que estruturam as regras de formulação e implementação dos demais tipos de políticas.

Conforme explica Secchi, as “políticas constitutivas provocam conflitos entre os entes e os atores diretamente interessados (por exemplo, partidos, os três poderes, os níveis de governo), pois têm a capacidade de alterar o equilíbrio de poder existente (quem manda e quem faz). Os eleitores, os usuários das políticas públicas e o cidadão comum raramente se interessam por esse tipo de política, já que não tratam de prestação de serviços ou de ações concretas de governo.”³³

Por exemplo: distribuição de competências entre Poderes, distribuição de competências entre Esferas, regras do sistema político-eleitoral, etc.



³² SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.26

³³ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.26



(FGV – FUNSAÚDE-CE – Analista Administrativo - 2021)

Caso o poder público tenha o intuito de conceder benefícios sociais, mas sem criar uma situação conflituosa entre os diversos atores e grupos de interesse da sociedade, é recomendada a elaboração de uma política do tipo

- a) regulatória.
- b) constitutiva.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) processual.

Comentários:

No caso narrado pelo enunciado é recomendado que o poder público elabore uma política **distributiva**. As políticas **distributivas** são aquelas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes). Essas políticas, geralmente, causam pouco conflito, uma vez que o “custo” é dividido por toda a coletividade (ou seja, os custos acabam sendo “baixos” e as pessoas acabam não “percebendo” esses custos).

Por outro lado, as políticas **redistributivas** são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas. Trata-se de políticas que tem por objetivo redistribuir rendas (ou seja, alterar o grau de “concentração” dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas/privilegiadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade. Em outras palavras, trata-se de “tirar dos ricos” (grupo “perdedor”) para “dar aos pobres” (grupo “ganhador”). Essas políticas geralmente provocam muitos conflitos, pois representam um jogo de “soma zero” (situação “ganha-perde”).

O gabarito é a letra D.

(ESAF – CGU – Analista de Finanças e Controle)

Conforme Theodor Lowi, a política pública assume quatro formatos: políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas. Esta classificação é feita segundo

- a) os impactos de custos e benefícios que os grupos de interesse esperam de uma política determinada.
- b) as crenças, valores e ideias das coalizões de defesa que integram cada subsistema de uma política pública.
- c) a escolha racional de tomadores de decisão e operadores das políticas públicas.
- d) eficiência da política pública.
- e) o ciclo da política pública .

Comentários:

De acordo com Theodore Lowi, **quanto aos Impactos (de custos e benefícios) gerados/esperados na sociedade**, as políticas públicas podem ser classificadas de 04 tipos: Políticas **regulatórias**, Políticas **distributivas**, Políticas **redistributivas** e Políticas **constitutivas** (Políticas estruturadoras),

O gabarito é a letra A.

(CONSULPLAN – Câmara de Belo Horizonte – Consultor Legislativo – 2018)

Baseado no critério de “impacto esperado na sociedade”, Lowi classifica quatro tipos de políticas públicas; assinale-as.

- a) Real; simbólica; política; e, sem sentido.
- b) Operatória; sala de reuniões; audiência; e, baixo calão.
- c) Regulatórias; distributivas; redistributivas; e, constitutivas.
- d) Majoritária; empreendedora; clientelista; e, grupo de interesse.

Comentários:

De acordo com Theodore Lowi, quanto aos Impactos (de custos e benefícios) gerados/esperados na sociedade, as políticas públicas podem ser classificadas de 04 tipos: Políticas **regulatórias**, Políticas **distributivas**, Políticas **redistributivas** e Políticas **constitutivas** (Políticas estruturadoras),

O gabarito é a letra C.

(FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental - 2017)

Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.
2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.
3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.
4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

() Políticas Distributivas

() Políticas Redistributivas

() Políticas Constitutivas

() Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

a) 1, 2, 3 e 4.

b) 1, 3, 2 e 4.

c) 1, 4, 3 e 2.

d) 1, 2, 4 e 3.

e) 1, 3, 4 e 2.

Comentários:

Excelente questão para sedimentarmos os conceitos sobre a classificação das políticas públicas quanto aos Impactos Gerados na Sociedade. Vejamos cada uma das assertivas destacando as palavras-chave:

(1) Políticas **Distributivas** = Consistem na **distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade** ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. **Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.**

(3) Políticas **Redistributivas** = Tem o intuito de **redistribuir renda e direitos**, por meio do **deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos** (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.

(2) Políticas **Constitutivas** = Destinam-se à **definição das “regras do jogo” político**, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.

(4) Políticas **Regulatórias** = **Normatizam o funcionamento** de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As **normas produzidas** podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

O gabarito é a letra B.

5.2 – Classificação quanto ao papel nas relações sociais ou impactos que podem causar aos beneficiários

De forma bastante similar, Teixeira explica que, quanto **aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais**, as políticas públicas podem ser classificadas em **03 modalidades**:³⁴

Regulatória: visam **definir regras e procedimentos** que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade. Não visam benefícios imediatos para qualquer grupo. Por exemplo: ordens, proibições, portarias, decretos, etc.

Distributivas: visam **distribuir benefícios individuais**. Relacionadas à **alocação de recursos**. Costumam ser instrumentalizadas pelo **clientelismo**.

Redistributivas: visam **redistribuir recursos entre grupos sociais distintos**. Buscando certa **equidade**, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos.

Perceba que Teixeira não considera as **políticas constitutivas**. Isso acontece, pois, as políticas constitutivas apenas estabelecem as “regras do jogo”, não causando, diretamente, impactos na sociedade (ou seja, atuam apenas de forma indireta na sociedade).

³⁴ TEIXEIRA, C. E. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. 2002. p.3



(CESPE – TCU – Auditor Federal de Controle Externo)

Quanto aos seus impactos sobre as relações sociais, as políticas públicas podem ser classificadas como distributivas, redistributivas ou regulatórias.

Comentários:

Isso mesmo!

A banca se baseou na classificação de Teixeira.

Gabarito: correta.

(QUADRIX – CFP – Analista Técnico)

Alocação de recursos; ordens, proibições, decretos e portarias; e divisão dos recursos em dois grupos distintos são características das políticas:

- a) Estratégica, normativa e distributiva.
- b) Concessão, legislativa e divisória.
- c) Distributiva, regulatória e redistributiva.
- d) Redistributiva, normativa e concessão.
- e) Distributiva, legislativa e concessão.

Comentários:

Alocação de recursos está relacionada a políticas **distributivas**.

Ordens, proibições, decretos e portarias estão relacionados a políticas **regulatórias**.

Divisão dos recursos em dois grupos distintos está relacionada a políticas **redistributivas**.

O gabarito é a letra C.

5.3 – Classificação quanto à natureza ou grau de intervenção

Teixeira ainda ensina que, **quanto à natureza ou grau de intervenção**, as políticas públicas podem ser classificadas em **02 tipos**:

Estrutural: buscam interferir em **relações estruturais** como renda, emprego, propriedade, etc.

Conjuntural (Emergencial): são políticas que tem por objetivo **intervir** sobre uma **situação temporária e imediata**.

5.4 – Classificação quanto à abrangência dos possíveis benefícios

Teixeira destaca que, **quanto à abrangência dos possíveis benefícios**, as políticas públicas podem ser classificadas de **03 formas**:

Universais: são para **todos os cidadãos**.

Segmentais: são para um **segmento específico da população**, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)

Fragmentadas: são destinadas a **grupos sociais específicos** dentro de determinado segmento.

5.5 – Setorializada x Territorializada x Vertical x Horizontal

Procopiuck, ao seu turno, classifica as políticas públicas em **04 tipos³⁵**:

Setorializadas: Trata-se de uma **delimitação temática**. Ou seja, a delimitação das políticas públicas ocorre por “**temas**”.

Por exemplo: políticas públicas de combate às drogas, de conscientização sobre problemas ambientais, de promoção de direitos do cidadão, etc.

Territorializadas: Trata-se de uma **delimitação geográfica**. Ou seja, a delimitação das políticas públicas ocorre por “**área geográfica**” (circunscrição territorial).

Por exemplo: políticas públicas de desenvolvimento do semiárido, de combate ao contrabando e descaminho em fronteiras, etc.

³⁵ PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo, Atlas: 2013. pp.166-167

Verticais: São as mais tradicionais e comuns de serem encontradas. Procopiuck explica que “são políticas desenvolvidas com base em estruturas organizacionais relativamente simples e, normalmente, conduzidas a partir de diretrizes mais amplas. Dessas estruturas mais amplas emanam decisões que servem de guias gerais para decisões subsequentes até chegarem aos níveis operacionais de execução concreta da política pública.” Nas políticas verticais, para se “manter alinhamento e consistência do fluxo decisório, os âmbitos hierarquicamente inferiores devem tomar como referência as diretrizes superiores e coerentemente com elas executarem as ações de sua competência.”³⁶

Normalmente, as políticas públicas verticais são coordenadas no âmbito federal e traduzidas regionalmente para se ajustarem a peculiaridades contextuais e, finalmente, produzirem resultados operacionais.

Por exemplo: políticas de definição de responsabilidades sobre a educação básica no Brasil, a política tributária, a política de desenvolvimento urbano brasileira, etc.

Horizontais: Também chamadas de políticas públicas mutuamente integradas, as políticas horizontais são desenvolvidas entre partes de uma mesma organização ou por organizações que se encontram em um mesmo “nível hierárquico”.

Por exemplo: políticas de coleta e destinação de resíduos urbanos por municípios situados em áreas metropolitanas, políticas de combate ao tráfico de drogas no Mercosul, etc.



Conforme Custódio e Silva explicam, configura-se “uma grande dificuldade a utilização de um modelo setorializado com o propósito de proporcionar políticas de inclusão social que não retratem itens isolados e sim um aparato de direitos relacionados entre si. O alcance de uma condição isolada, além de ser mais difícil não oportuniza a inclusão e a participação cidadã.”³⁷

Nesse sentido, os autores ressaltam que “um dos contrapontos da setorialidade é justamente a intersetorialidade, compreendida como uma articulação de saberes e experiências na elaboração, aplicação e avaliação de ações, objetivando atingir resultados integrados em

³⁶ PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo, Atlas: 2013. pp.166-167

³⁷ CUSTÓDIO, A. V. SILVA, C. R. C. A intersetorialidade nas políticas públicas. XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.

situações ditas complexas. Pretende-se contribuir no **melhoramento da vida** em sociedade e no mesmo instante promover a reversão da exclusão social.”³⁸

Portanto, conforme ensina Cavalcanti, a “**intersetorialidade** é a **articulação entre as políticas públicas** por meio do **desenvolvimento de ações conjuntas** destinadas à **proteção social, inclusão** e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a **articulação de diferentes setores sociais** em torno de **objetivos comuns**, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais.”³⁹

Por sua vez, Campos define a **intersetorialidade** “como um processo **organizado e coletivo**, não pode ser espontânea. Trata-se de uma **ação deliberada** que requer o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve espaços **comunicativos**, capacidade de **negociação e intermediação de conflitos** para a resolução ou enfrentamento final do problema principal e para a **acumulação de forças**, na construção de sujeitos, na descoberta da possibilidade de agir”.⁴⁰



(Prefeitura do Rio de Janeiro – Câmara Municipal do Rio de Janeiro – Consultor Legislativo)

O tipo de políticas públicas chamadas de mutuamente integradas e que são desenvolvidas entre partes de uma mesma organização ou por organizações situadas hierarquicamente em um mesmo âmbito, como por exemplo as políticas de combate ao tráfico de drogas no Mercosul, são as do tipo:

- a) verticais
- b) horizontais
- c) setorializadas
- d) territorializadas

³⁸ CUSTÓDIO, A. V. SILVA, C. R. C. A intersetorialidade nas políticas públicas. XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.

³⁹ CAVALCANTI, BATISTA e SILVA (2013) *apud* CUSTÓDIO, A. V. SILVA, C. R. C. A intersetorialidade nas políticas públicas. XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.

⁴⁰ CAMPOS (2000) *apud* COMERLATTO, D. MATIELLO, A. COLLISELLI, L. RENK, E. C. KLEBA, M. E. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.

Comentários:

São as **Políticas Horizontais**, também chamadas de políticas públicas mutuamente integradas, que são desenvolvidas entre partes de uma mesma organização ou por organizações que se encontram em um mesmo “nível hierárquico”.

O gabarito é a letra B.

(CESPE – IPHAN – Analista - 2018)

A fim de atender demandas sociais, a intersetorialidade requer capacidade de negociação e intermediação de conflitos para a resolução de um problema coletivo.

Comentários:

Isso mesmo!

A intersetorialidade é “um processo **organizado e coletivo**, não pode ser espontânea. Trata-se de uma ação deliberada que requer o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve **espaços comunicativos**, capacidade de **negociação** e **intermediação de conflitos** para a resolução ou enfrentamento final do problema principal e para a acumulação de forças, na construção de sujeitos, na descoberta da possibilidade de agir”.⁴¹

É necessário um processo **organizado e coletivo**, envolvendo **comunicação, negociação e intermediação de conflitos**.

Gabarito: correta.

5.6 – Sociais x Macroeconômicas x Administrativas x Específicas

Há, ainda, uma outra classificação que divide as Políticas Públicas em **04 tipos**⁴²:

Sociais: São as políticas que ganham **mais destaque**. Envolvem as políticas públicas relacionadas à **educação, saúde, habitação, previdência social**, entre outras.

Macroeconômicas: Tratam-se das políticas públicas que englobam assuntos **fiscais, monetários, cambiais, industriais e comerciais**.

Administrativas: São as políticas públicas que envolvem ações para a **descentralização** da tomada de decisões, **democracia e participação social**.

⁴¹ CAMPOS (2000) apud COMERLATTO, D. MATIELLO, A. COLLISELLI, L. RENK, E. C. KLEBA, M. E. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.

⁴² CNBB. Campanha da Fraternidade 2019: O que são e quais os tipos de Políticas Públicas existem.

Específicas (Setoriais): Tratam-se das políticas públicas relacionadas ao **meio ambiente, cultura, agrárias, direitos humanos, mulheres, negros, jovens**, entre outras.



(FCC – AL-AP – Auxiliar Legislativo - 2020)

As políticas públicas dizem respeito ao conjunto de atividades que proporcionam sustentação para que o Estado, por meio da Administração pública, consolide um conjunto de objetivos relacionados ao desenvolvimento. Políticas Públicas inerentes à democracia e à participação social são consideradas do tipo:

- a) Específicas.
- b) Sociais.
- c) Macroeconômicas.
- d) Setoriais.
- e) Administrativas.

Comentários:

São as políticas **Administrativas** que envolvem ações para a descentralização da tomada de decisões, democracia e participação social.

O gabarito é a letra E.

6 – Ciclo de Políticas Públicas

Conforme explica Secchi, o **ciclo de políticas públicas** “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”.⁴³

Contudo, o autor explica que o ciclo de políticas públicas **raramente reflete a real dinâmica** (ou vida) de uma política pública, tendo em vista que as **fases**, normalmente, se apresentam **misturadas e as sequências se alternam**.

Ou seja, as políticas públicas são compostas por diversas “fases” sequenciais e interdependentes. Contudo, vale dizer que as fases **podem ocorrer ao mesmo tempo** (se misturarem e ficarem sobrepostas umas às outras) ou até mesmo em uma “ordem” diferente.

O que acontece é existem diversos “modelos” de ciclos de políticas públicas. Cada autor defende um “ciclo” diferente que traz fases diferentes. Vejamos alguns deles:

Para **Secchi**⁴⁴, o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases:

- 1) Identificação do problema
- 2) Formação da agenda
- 3) Formulação de alternativas
- 4) Tomada de decisão
- 5) Implementação
- 6) Avaliação
- 7) Extinção

Por sua vez, **Souza** entende que o ciclo de políticas públicas é composto pelos seguintes estágios⁴⁵:

- 1) Definição de agenda
- 2) Identificação de alternativas
- 3) Avaliação das opções

⁴³ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.43

⁴⁴ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.43

⁴⁵ SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre. 2006.

4) Seleção das opções

5) Implementação

6) Avaliação

Saraiva, ao seu turno, explica o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases⁴⁶:

1) Formação da Agenda

2) Elaboração

3) Formulação (Tomada de Decisão)

4) Implementação

5) Execução

6) Acompanhamento

7) Avaliação

Por fim, para **Howlett e Ramesh**⁴⁷, as fases das políticas públicas são as seguintes:

1) Construção da agenda

2) Formulação da política

3) Tomada de decisão

4) Implementação

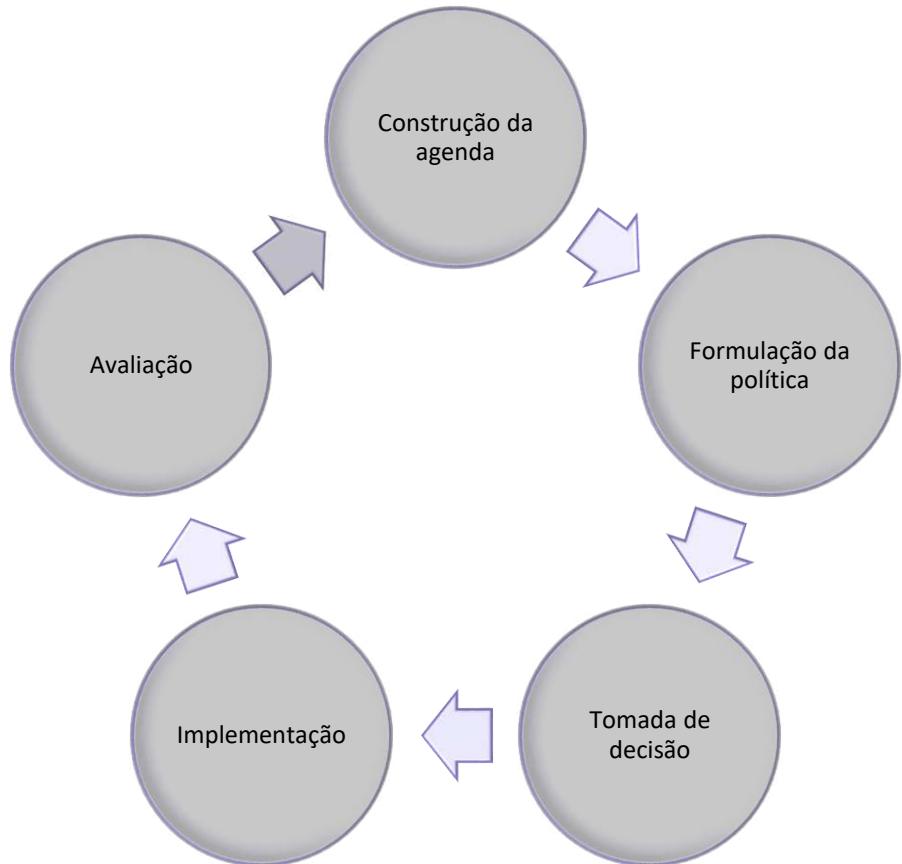
5) Avaliação

Perceba que todos os “modelos” acabam convergindo para uma mesma ideia.

Estudaremos, agora, cada uma dessas fases, tomando por base as fases das políticas pública na visão de Howlett e Ramesh.

⁴⁶ SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

⁴⁷ 1993



(FGV – Câmara de Aracajú-SE – Analista Administrativo - 2021)

O conceito de política pública modificou-se ao longo das últimas décadas. Atualmente considera-se que as políticas públicas têm uma natureza bastante complexa e controversa. O ciclo clássico de políticas públicas que englobava três etapas foi ampliado, no sentido de se compreender melhor seu processo.

Considerando essa nova perspectiva, as fases e a respectiva ordem de desenvolvimento das políticas públicas são:

- a) agenda, formulação, estratégia, execução, implementação e monitoramento;
- b) formação da agenda, decisão de implementação, execução e monitoramento;

- c) agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação;
- d) formulação, execução, implementação, acompanhamento e avaliação;
- e) agenda, formulação, execução, monitoramento e avaliação.

Comentários:

A assertiva levou em consideração o ciclo de políticas públicas proposto por Saraiva. De acordo com o autor, o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases⁴⁸:

- 1) Formação da Agenda**
- 2) Elaboração**
- 3) Formulação (Tomada de Decisão)**
- 4) Implementação**
- 5) Execução**
- 6) Acompanhamento**
- 7) Avaliação**

O gabarito é a letra C.

(FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental – 2017)

A literatura aponta as principais etapas ou fases para o processo de formulação de políticas públicas.

1. Identificação do problema
 2. Construção da agenda
 3. Formulação de alternativas (políticas públicas)
 4. Tomada de decisão
 5. Implementação
 6. Avaliação
-

⁴⁸ SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

Assinale a opção que descreve como ficou conhecida essa dinâmica.

- a) Ciclo de políticas públicas.
- b) Manual de políticas públicas.
- c) Problema público.
- d) Diagnóstico situacional.
- e) Decisão política.

Comentários:

A assertiva trouxe fases do **Ciclo de Políticas Públicas**.

Perceba que a banca se baseou o modelo de Secchi (sem considerar, contudo, a última fase que Secchi propõe: Extinção).

O ideal é que você mantenha a “mente aberta” para aceitar diversos “modelos” que a banca pode te apresentar, OK?

A ideia “central” será sempre a mesma. Contudo, os modelos apresentam fases/etapas diferentes.

O gabarito é a letra A.

(CESPE – TRE-PI – Analista Judiciário – 2017)

A partir da predefinição do problema, o processo ou ciclo de políticas públicas contempla os seguintes momentos: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

Comentários:

Questão correta.

A banca se baseou no modelo de Saraiva. De acordo com o autor, o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases:

- 1) Formação da Agenda**
- 2) Elaboração**
- 3) Formulação (Tomada de Decisão)**
- 4) Implementação**

5) Execução

6) Acompanhamento

7) Avaliação

Gabarito: correta.

Vejamos, agora, duas questões do CESPE/CEBRASPE. Em uma delas, o CESPE considerou que a **última fase** do ciclo de políticas públicas é a **extinção** (modelo de Secchi); na outra, o CESPE considerou que a **última fase** do ciclo de políticas públicas é a **avaliação** (conforme modelo de outros autores).

(CESPE – ABIN – Oficial de Inteligência – 2018)

A extinção é considerada a última fase do ciclo de políticas públicas porque trata da reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e sua substituição por novas políticas.

Comentários:

Questão correta.

A banca se baseou no modelo de Secchi.

Gabarito: correta.

(CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão – 2017)

A última etapa do ciclo de políticas públicas é a avaliação, que consiste na mensuração de resultados e de impactos com o propósito de compará-los às metas originais.

Comentários:

Questão correta.

Desta vez, a banca se baseou no modelo de outros autores (Souza, Saraiva e Howlett e Ramesh), que consideram que a última etapa do ciclo de políticas públicas é a avaliação.

Gabarito: correta.

O ideal é que você **mantenha a “mente aberta”**, meu amigo. A banca pode te apresentar diversos “modelos” diferentes. Contudo, a ideia “central” será sempre a mesma.

Tenho certeza que você conseguirá identificar quando a questão estiver errada. Vejamos um exemplo de uma questão errada do CESPE/CEBRASPE:

(CESPE – MPC-PA – Analista Ministerial – 2019)

O ciclo de políticas públicas é composto, em sua totalidade, apenas pelas etapas sequenciais de identificação do problema, construção da agenda, tomada de decisão e avaliação.

Comentários:

A questão está errada.

Perceba que a banca utilizou os termos “em sua totalidade” e “apenas”, com o objetivo de “restringir” o ciclo de políticas públicas a apenas aquelas fases mencionadas na assertiva.

Note que a assertiva omitiu uma fase imprescindível, qual seja: a fase de **implementação**. A implementação é uma fase que está presente em todos os modelos de ciclos de políticas públicas. Conforme veremos a seguir, a implementação é a fase em que a política pública é “retirada do papel” e as ações começam a ser executadas.

Tenho certeza de que, a partir de agora, você conseguirá identificar as questões e “matar” aquelas que trazem ciclos “coerentes” e as que trazem ciclos que “incoerentes” (ou seja, ciclos em que faltam alguma etapa imprescindível, por exemplo).

Gabarito: errada.

6.1 – Construção da agenda (Formação da Agenda)

A **agenda** consiste em um **conjunto de problemas ou temas** considerados **relevantes**.

Para Kingdon⁴⁹, a **agenda** consiste em uma “**lista de temas ou problemas** que são alvo em dado momento de **séria atenção**, tanto por parte das **autoridades governamentais** como de **pessoas fora do governo**, mas **estritamente associada às autoridades**.”

⁴⁹ KINGDON (2007)

Conforme explica Secchi, a **agenda** “pode tomar forma de um **programa** de governo, um **planejamento orçamentário**, um **estatuto** partidário ou, ainda, de uma simples **lista de assuntos** que o comitê editorial de um jornal entende como **importantes**”.⁵⁰

Em outras palavras, a **agenda** é composta por temas ou problemas que são considerados **importantes** e, por conta disso, merecem “**atenção**” e **intervenção** por parte do governo.

Portanto, a **construção da agenda** é a **primeira fase** do ciclo de políticas públicas. Nessa fase, o que se busca é **identificar os problemas públicos** que podem ser **solucionados** por meio das **políticas públicas**.

Ou seja, a **construção da agenda** começa com a **identificação do problema público**. Isto engloba a percepção do problema, a definição ou delimitação do problema e a **avaliação da possibilidade de resolução**.

Em outras palavras, o que se buscar é **identificar o problema** e **avaliar se ele pode ser “resolvido” por meio de políticas públicas**. Caso o problema não possa ser resolvido, ele não será considerado um problema (afinal, um problema só pode ser considerado um problema se ele puder ser resolvido). Por outro lado, caso seja verificado que o **problema pode ser “resolvido”** através de políticas públicas, e essa “**resolução**” for estabelecida como **prioridade**, o problema “**entrará** na **agenda**”.

Kingdon explica que “existe uma diferença entre uma **situação** e um **problema**. Toleramos vários tipos de situações todos os dias, e essas situações não ocupam lugares prioritários em agendas políticas. As situações passam a ser definidas como **problemas** e **aumentam suas chances de se tornarem prioridade na agenda** quando acreditamos que **devemos fazer algo para mudá-las**”⁵¹. Pode-se dizer, portanto, que na construção da agenda é importante diferenciar o que é uma “situação” (que são “toleradas” todos os dias) e o que é realmente um problema (que deve sofrer intervenção para ser solucionado).

É importante mencionar que o processo de construção de agenda é um **processo competitivo** que envolve a **participação de diversos grupos de interesse da sociedade**, os quais buscam que as suas demandas sejam “inclusas” na agenda.

Quando um problema público é identificado e inserido na agenda, ele passa a ser objeto de debates e controvérsias políticas na mídia.

Vale dizer que caso o problema/tema seja considerado “**urgente**” (por exemplo, a pandemia da COVID-19), ele pode entrar na agenda de modo **rápido** e **imediato**. Por outro lado, existem

⁵⁰ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013.

⁵¹ (Kingdon, 2006)

problemas/temas que vão sendo construídos “pouco a pouco” (por exemplo, falta de saneamento básico), com o objetivo de “entrarem” na agenda.

Por fim, vale dizer que, caso um problema “**deixe**” de ser considerado relevante, ele pode “**sair da agenda**”.

Tipos de Agenda

Coob e Elder explicam que existem **02 tipos de agenda**⁵²:

Agenda Política (agenda sistêmica): consiste no conjunto de **problemas ou temas** que a **comunidade política** percebe como **merecedor de intervenção pública**.

Agenda Formal (agenda institucional): trata-se da agenda que elenca os **problemas ou temas** que o **poder público já decidiu enfrentar**.

Secchi destaca, ainda, a existência da **agenda da mídia**, que consiste na lista de **problemas ou temas** que recebe uma **atenção especial dos diversos meios de comunicação**. Pelo fato da mídia possuir um grande poder sobre a opinião públicas, muitas vezes, a **agenda da mídia condiciona a agenda política** e a **agenda institucional**.

Kingdon, por sua vez, diferencia **03 tipos de agenda**:

Agenda Não Governamental (agenda sistêmica): trata-se da agenda que contém uma lista de **assuntos** que são **reconhecidos pela sociedade em geral** como “problemas”. Contudo, o **governo não dá muita atenção** a esses temas.

Agenda Governamental: trata-se da agenda que inclui os **problemas** que **merecem atenção do governo**. São problemas que já **estão sendo analisados** pelo governo de **modo formal e institucionalizado**.

Agenda de Decisão (agenda decisória): trata-se da agenda que inclui a lista dos **problemas** a serem decididos. Ou seja, a agenda decisória contém uma lista de **problemas** que **estão em um processo de decisão formal pelos agentes políticos** e que, de fato, **serão tema de uma política pública**.

⁵² COBB e ELDER (1983) apud SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.46

Condições para que um problema “entre” na agenda

Coob e Elder explicam que existem **03 condições para que um problema entre na agenda política**⁵³:

Atenção: diferentes atores (cidadãos, grupos de interesse, mídia, etc.) devem entender a situação como **merecedora de intervenção**.

Resolutividade: as possíveis ações para resolver o problema devem ser consideradas **necessárias e factíveis**.

Competência: o problema deve estar relacionado a **responsabilidades públicas**.

Teoria dos Fluxos Múltiplos

Kingdon⁵⁴ propõe um **modelo de fluxos múltiplos** que busca explicar o **porquê** de **alguns temas entram na agenda** do governo e **outros não**.

Em outras palavras, para o autor a dinâmica existente entre três fluxos fazem com que **determinados temas sejam priorizados** pelo governo (e entrem na agenda) enquanto **outros temas sejam desprezados** (e não entrem na agenda). Vejamos quais são esses **03 fluxos**⁵⁵:

Fluxo dos problemas: esse fluxo focaliza os **problemas públicos**. Os problemas públicos entram na agenda quando se entende que **deve ser feito algo para solucioná-los**.

Para Kingsdon, a atenção que os formuladores de política públicas (agentes políticos) dão aos problemas públicos ocorre em função de 03 elementos. Ou seja, existem 03 elementos que “auxiliam” os agentes políticos a avaliarem o problema para verificarem se o problema deve “entrar” na agenda. São eles:

Indicadores: dados que podem indicar que determinado tema é problemático ou crítico (piora acentuada de um problema, por exemplo) e que, portanto, merece uma atenção especial do governo.

Eventos, crises e símbolos: são situações que, associadas aos indicadores, ajudam a “reforçar” a percepção existente sobre determinado tema, transformando-o em um problema público relevante e inserindo-o na agenda. Por exemplo: manifestações populares.

⁵³ COBB e ELDER (1983) apud SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.47-48

⁵⁴ (Kingdon, 2006)

⁵⁵ FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

Feedback das ações governamentais: o monitoramento e avaliação dos programas implementados, identificando-se os resultados e consequências das ações governamentais, auxiliam o governo a “perceber” se determinado tema é relevante.

Fluxos de soluções: esse fluxo focaliza as **soluções/alternativas**. Um grupo de especialistas (conhecidos como *policy communities*) desenvolvem um conjunto de soluções e alternativas para problemas públicos.

Muitas vezes, são criadas soluções para problemas que nem estão “em pauta” no momento. Nesse sentido, Kingdon explica que “as pessoas não necessariamente resolvem problemas. (...) Em vez disso, elas geralmente **criam soluções** e, então, **procuram problemas para os quais possam apresentar suas soluções**”.

A ideia é que, uma vez que já existem soluções e alternativas para determinado problema, é mais “fácil” que esse problema ganhe espaço na agenda (afinal, ele já tem uma “solução pronta”).

As “soluções” que possuem viabilidade técnica e econômica, bem como aceitabilidade e compatibilidade com valores vigentes e aceitos pela sociedade, fazem com que as “propostas” de inclusão na agenda sejam mais facilmente reconhecidas e aceitas.

Fluxo político: esse fluxo focaliza a **política propriamente dita**. Tratam-se das **negociações e barganhas** que ocorrem entre os políticos. Dependendo desse “jogo de disputas”, determinados temas podem entrar na agenda, enquanto outros temas ficam de fora.

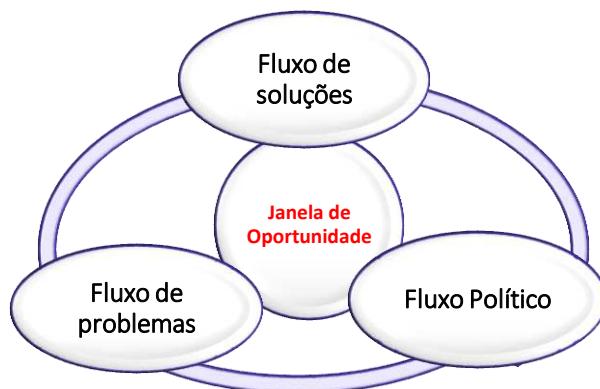
Está relacionado a **construção da consciência coletiva** sobre a **necessidade** de se **enfrentar um determinado problema público**.

Em geral, 03 elementos exercem influência no fluxo político:

- **Clima político nacional (“humor nacional”)**
- **Forças políticas organizadas (grupos de pressão)**
- **Mudanças no interior do governo**

Kingdon explica que determinado tema passa a **fazer parte da agenda** quando esses **03 fluxos** (que são relativamente independentes) entram em **convergência**. Essa convergência (ou “**momento crítico**”) faz com que surjam as “**janelas de oportunidade**”.

Em outras palavras, as **janelas de oportunidades** consistem em “momentos críticos”, que ocorrem quando há a **convergência dos 03 fluxos, abrindo (por um curto espaço de tempo) oportunidades para os grupos de interesse “defenderem” suas propostas e pressionarem o governo para que seus problemas sejam solucionados.**



(ESAF – CGU – Analista de Finanças e Controle – ADAPTADA)

De acordo com a literatura em políticas públicas, agenda governamental consiste em um conjunto de temas que, em dado momento, são alvo de séria atenção tanto por parte das autoridades governamentais como de atores fora do governo mas estreitamente associadas às autoridades. Sobre a formação ou construção da agenda de políticas públicas, pode-se afirmar que depende de uma diferenciação entre o que é uma situação e o que é um problema.

Comentários:

Isso mesmo!

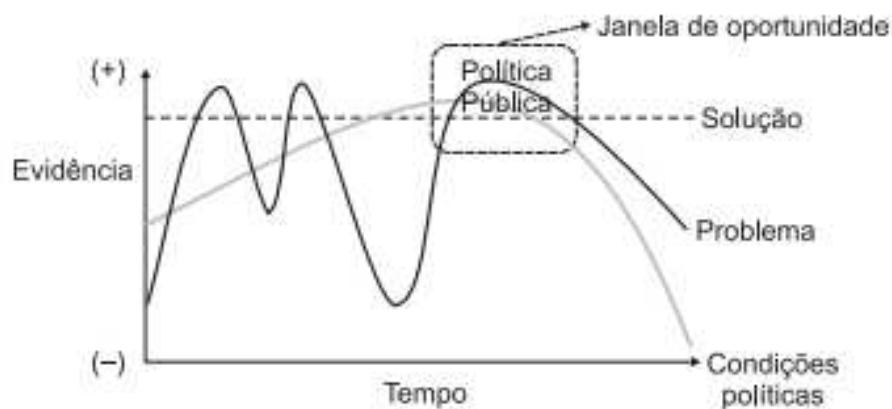
De acordo com Kingdon⁵⁶, a agenda consiste em uma “lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto por parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associada às autoridades.” O autor explica, ainda, que “existe uma diferença entre uma situação e um problema”. Portanto, na construção da agenda é importante diferenciar o que é uma “situação” (que são “toleradas” todos os dias) e o que é realmente um problema (que deve sofrer intervenção para ser solucionado).

Gabarito: correta.

(VUNESP – Prefeitura de São Paulo-SP – Assistente - Gestão de Política Públicas – 2016)

Observe a figura.

⁵⁶ KINGDON (2007)



(Secchi, 2014, pág. 54)

A figura esquematiza algumas das ideias do modelo de John Kingdon que interpreta a formação da agenda de políticas públicas, demonstrando que

- uma janela de oportunidade é a possibilidade de convergência dos três fluxos (problema, solução e condições políticas) que pode resultar na formação de agenda.
- o surgimento de uma política pública independe da confluência de problemas, soluções e condições políticas favoráveis.
- as condições políticas (fluxo da política) dependem da solução (fluxo de solução).
- janelas de oportunidades são situações frequentes e permanecem abertas por um longo tempo.
- a evidência de um problema público (fluxo dos problemas) é constante ao longo do tempo.

Comentários:

Kingdon explica que **determinado tema passa a fazer parte da agenda** quando **esses 03 fluxos** (que são relativamente independentes) **entram em convergência**. Essa convergência (ou “momento crítico”) faz com que surjam as “janelas de oportunidade”.

Em outras palavras, as **janelas de oportunidades** consistem em “momentos críticos”, que ocorrem quando há a **convergência dos 03 fluxos**, abrindo (por um curto espaço de tempo) oportunidades para os grupos de interesse “defenderem” suas propostas e pressionarem o governo para que seus problemas sejam solucionados.

O gabarito é a letra A.

6.2 – Formulação das políticas públicas (Formulação de Alternativas)

Depois que o problema foi inserido na agenda, é hora de **construir “soluções” (alternativas)** para enfrentar os problemas.

A etapa de **formulação de políticas públicas** envolve o **estabelecimento de objetivos**, bem como o **desenvolvimento, seleção e especificação** das **alternativas** consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.

É na etapa de formulação de políticas públicas que os **atores** (políticos, analistas, e demais atores envolvidos no processo) **resumem o que esperam** que sejam os resultados da política pública.⁵⁷

Em outras palavras, é na etapa de **formulação de políticas públicas** que são estabelecidos os **objetivos** e selecionadas as **soluções** (dentre as alternativas disponíveis) que resolverão os problemas de forma mais **eficiente, eficaz e efetiva**.

De acordo com o IPEA, “a **formulação da política** envolve um conjunto de **instituições** e **atores** na busca de **objetivos** relacionados a **demandas** de determinado público-alvo envolvido em um **problema** específico”. De acordo com o modelo proposto pelo Instituto, é nessa etapa que a política é “desenhada” e “caracterizada”. Para o IPEA, a fase de caracterização das políticas públicas envolve as seguintes fases:

Diagnóstico do problema: Quais são as **causas** do problema?

Objetivo: Para que serve a política pública?

Público-alvo: Para quem é desenhada política pública? Quem é o beneficiário da ação pública?

Meios e Instrumentos: Como será implementada a política pública?

Atores e Arranjo Institucional: Quem (agentes públicos, órgãos, agentes privados, etc.) estará envolvido na política pública e quais serão as suas atribuições e responsabilidades na execução da política pública?

Definição de Metas.

Vale dizer, ainda, que durante a fase de formulação de políticas públicas ocorre uma **interação** entre **diversos atores** (tanto atores “formuladores” de políticas, quanto atores que serão “impactados” pelas políticas). Dessa interação podem resultar **03 tipos de relações**⁵⁸:

A luta: trata-se de um contexto de **conflito** e **confronto** entre os atores. Cada parte envolvida busca concretizar seus interesses. É uma luta de soluções “**soma zero**” (ou seja, um dos lados “sai ganhando” e o outro lado “sai perdendo”).

O jogo: trata-se de um **contexto competitivo**, nas quais o **objetivo é “vencer”** a outra parte **sem**, contudo, “**eliminá-la**” totalmente do processo. Ou seja, nesse tipo de relação, o

⁵⁷ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.48

⁵⁸ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

objetivo das partes envolvidas é vencer; contudo, busca-se manter o outro lado ainda “vivo” na disputa, com o objetivo de que, futuramente, ele possa vir a ser um “aliado”. As **negociações** e **barganhas** são muito comuns nesse tipo de relação.

O debate: no debate os atores procuram “**convencer**” a outra parte sobre a adequação de suas propostas. Quem vence é aquele que consegue **transformar o adversário em um aliado**. Para convencer a outra parte, os atores se utilizam da **persuasão**, do **intercâmbio** (“troca de favores”) e até mesmo, em último caso, da **ameaça**.

Modelos de Formulação/Análise de Políticas Públicas

Vejamos, na tabela a seguir extraída e adaptada da obra de Paludo, algumas **abordagens/modelos de formulação/análise de políticas públicas** destacadas pelo autor:⁵⁹

⁵⁹ Transcrito e adaptado de PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**, 8^a edição. Rio de Janeiro, Editora Método: 2019. pp.515-516

Abordagem	Características
Institucional Clássica	<p>-Essa abordagem enfatiza o papel do Estado na concepção e implementação das políticas públicas. O foco está em entender como são definidas a estrutura e a organização, como são distribuídos os deveres e funções das instituições governamentais específicas.</p> <p>-As instituições governamentais são vistas como padrões estruturados de comportamento de indivíduos e grupos com capacidade de influenciar a formulação da política pública. As instituições podem ser estruturadas com a função de facilitar ou obstar (dificultar) o andamento das políticas públicas, em função de diferentes interesses.</p>
Neoinstitucionalista	<p>-Essa abordagem é um contraponto ao modelo Institucional Clássico.</p> <p>-As instituições políticas não são vistas como simples ecos de forças sociais, e as estruturas institucionais são mais do que uma “arena de competição” entre interesses rivais.</p> <p>-As instituições, além de estruturarem políticas, pautam o comportamento de atores sociais por definirem quem é capaz de participar em determinada arena política; estruturar várias estratégias políticas dos atores, e sem depender de que existam consensos ou de influenciarem o que tais atores acreditam ser possível e desejável. ou seja, as suas preferências.</p> <p>-Os atores políticos são dirigidos por deveres e papéis institucionais (ao invés de serem dirigidos por egoísmo calculado) e a política é organizada em torno da construção e da interpretação de significados (ao invés da criação de escolhas).</p>
Processual	<p>-Essa abordagem tem foco no processo político, visto como atividades políticas são estruturadas sequencial e logicamente em fase de identificação de situação-problema, formulação de agenda, legitimação, implementação e avaliação.</p>
Grupos de Interesse	<p>-De acordo com a Teoria dos Grupos, as políticas públicas podem ser vistas como resultado da articulação organizada de individuos ou organizações com interesses convergentes, que utilizam influência e poder de pressão para impor ao Estado a adoção de medidas que os beneficiem. Há duas formas de configuração de tais grupos:</p> <p>-Grupo de interesse: é formado por pessoas físicas e/ou jurídicas que, explicita ou implicitamente, defendem determinados propósitos, interesses, aspirações ou direitos que lhes coloquem em situação de vantagem em relação ao restante da sociedade ou de outros grupos quanto à alocação de recursos ou de poder.</p> <p>-Grupo de pressão: é o grupo de interesse detentor e com potencial de utilizar ativa e intencionalmente recursos humanos e materiais para a priorizar seus objetivos em discussões políticas até atingi-los. Os objetivos podem ser no sentido de defesa de mudança ou de manutenção do status quo.</p>
Racional	<p>-De acordo com essa abordagem, a política pública resulta do cumprimento eficiente de metas metodológica e rationalmente predefinidas.</p> <p>-Essa abordagem defende a ideia de que a racionalidade leva à elevação da eficiência na aplicação de recursos para obtenção de resultados otimizados. A eficiência da política pública, por sua vez, resultaria do cálculo do nível de satisfação ou insatisfação gerado para elevar valores social, política e economicamente demandados pela sociedade.</p> <p>-Essa abordagem parte do princípio de que os tomadores de decisão são conhecedores das preferências e valores da sociedade e sua importância relativa e que eles detêm domínio sobre as alternativas políticas possíveis, bem como o controle sobre suas consequências.</p> <p>-Os cálculos sobre as relações entre custos e benefícios se constituem nos parâmetros decisórios para escolha de alternativas mais eficientes.</p>
Sistêmica	<p>-De acordo com a abordagem sistêmica, a política pública é resultado da manifestação do sistema político para atender às necessidades e forças originadas na sociedade.</p> <p>-As demandas e forças externas são os inputs. O sistema político representa o meio de processamento de meios para atendê-las. E a política pública, por fim, representa o output (ou seja, a resposta à sociedade).</p> <p>-O sistema político é formado por estruturas e processos inter-relacionados destinados a alocar autoritariamente valores e recursos para a sociedade.</p> <p>-O sistema é formado por instituições e atividades em funcionamento para transformar demandas em decisões impositivas para execução legitimada da política pública.</p>



(CONSULPLAN – Câmara de Belo Horizonte-MG – Coordenador – 2018 - ADAPTADA)

A formulação de políticas públicas consiste, em linhas gerais, num processo de encontrar um conjunto de possíveis políticas para solução de determinado problema.

Comentários:

Isso mesmo!

A etapa de formulação de políticas públicas envolve o estabelecimento de objetivos, bem como o **desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas** (possíveis políticas) consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.

Gabarito: correta.

6.3 – Tomada de decisões

De início, cabe destacar que, dependendo do “modelo” de ciclo estudado, a tomada de decisões é considerada como parte pertencente à fase de “formulação das políticas públicas”. Nesse sentido, os autores que defendem esse modelo entendem que a tomada de decisão é uma das partes mais importantes da fase de formulação de políticas públicas.

A tomada de decisão é a fase em que se decide por uma ação (ou “não ação”) para tratar de um problema público.

A tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos **escolhem** (entre as **alternativas disponíveis**) aquela alternativa que eles entendem ser a **melhor solução** para o problema.

Existem os seguintes modelos de tomada de decisão:

Modelo Racional (Racional-compreensivo): considera que o responsável por tomar as decisões possui **informações completas** e a **capacidade plena para processá-las**, sendo capaz, ainda, de compreender as consequências exatas de cada decisão. Esse modelo parte do princípio de que o tomador de decisão **conhece todos os custos e benefícios** envolvidos em cada decisão. O objetivo é **optar** por políticas em que os **ganhos (benefícios) superem os custos**, e evitar aquelas políticas em que os custos sejam maiores do que os ganhos (benefícios). O foco está em buscar as alternativas mais **eficientes**.

O **Modelo de Decisão Racional** “foi desenvolvido sobre o pressuposto de que as **consequências** de cada opção de política pública podem ser **previstas com antecedência**. De acordo com o modelo, os tomadores de decisão devem escolher a **opção que maximize o alcance de seus objetivos**, valores e metas individuais.”⁶⁰

Em outras palavras, Paludo explica que, considerando as preferências mais relevantes da sociedade, o modelo racional-compreensivo “parte do pressuposto de que a intervenção por meio de políticas públicas deve ter sustentação em **ampla análise prévia** dos problemas sociais que contextualizam a situação-problema a ser resolvida”.⁶¹

Nesse modelo, os tomadores de decisão **analisam** de forma **abrangente e detalhada** cada alternativa disponível, com o objetivo de identificar aquela que pode maximizar de melhor maneira os valores e objetivos buscados. Portanto, trata-se de uma decisão **mais “lenta”**, pois requer o levantamento de todas as informações disponíveis sobre o assunto a ser decidido. Normalmente, busca-se **realizar grandes mudanças** a partir de objetivos e cursos de ação previamente definidos.⁶²

Embora pareça um modelo “ideal” que leva ao alcance de políticas públicas de forma mais **eficiente**, é de **difícil aplicação**, uma vez que necessita de uma **grande quantidade de informações**.

Modelo Incremental: busca-se solucionar os problemas de **maneira gradual** (ou seja, “**pouco a pouco**”, sem introduzir grandes modificações e sem introduzir rupturas de qualquer natureza).

Ao invés de especificar os objetivos e avaliar as decisões que podem atender a esses objetivos, os tomadores de decisão **escolhem as alternativas** através da **comparação entre as alternativas** e estimativa de quais dessas alternativas poderão produzir os resultados esperados. Portanto, a “melhor decisão” não será aquela que maximiza os valores e os objetivos dos tomadores de decisão, mas sim aquela que **assegura o “melhor acordo” entre os interesses envolvidos**.⁶³

Em contraponto ao modelo racional, o modelo incremental leva em consideração os “**custos** das **decisões**” e também leva em consideração que **nem sempre se tem todas as informações disponíveis**. Portanto, as decisões devem ser, muitas vezes, **incrementais**, de pequena escala, em processos de “**ajustamento mútuo entre os parceiros**”.⁶⁴

⁶⁰ FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

⁶¹ PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*, 8ª edição. Rio de Janeiro, Editora Método: 2019. p.514

⁶² RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

⁶³ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

⁶⁴ FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

Portanto, “o Modelo de Decisão Incremental analisa a tomada de decisão pública como um processo com **restrição de tempo e informação**, caracterizado por **conflitos, negociações e compromisso** entre os decisores com **interesses próprios**. Nesse modelo, ao invés de adotar alternativas de “maximização”, espera-se que as decisões tomadas por negociação sejam o resultado de **novas propostas versus os resultados de decisões anteriores**, resultando normalmente em **mudanças incrementais do status quo**.⁶⁵

Como vantagem desse modelo, pode-se mencionar a **menor tendência a conflitos** e a **maior rapidez na tomada de decisão**. Contudo, o modelo incremental mostra-se pouco compatível quando há necessidade de ocorrerem grandes mudanças. Trata-se de um modelo mais “**conservador**”.

O modelo incremental parte do princípio de que o problema só será resolvido após a **implementação de diversas políticas públicas** (pouco a pouco). Esse modelo tende a funcionar bem para **situações cotidianas**, do dia a dia. Contudo, mostra-se ineficaz para a resolução de problemas urgentes, que requerem grandes mudanças.

Em suma, Rua explica que, enquanto no “**modelo incremental** existe a convicção de que o conhecimento da realidade é sempre **limitado** e que as decisões envolvem **conflitos de poder** e precisam ser **ágeis e rápidas** - e por tudo isso devem ser **cautelosas** - no **modelo racional comprensivo**, parte-se do princípio de que **é possível conhecer o problema** de tal forma que se possa tomar **decisões de grande impacto**.⁶⁶

Enquanto o **modelo racional** define o problema de forma **completa**, o **modelo incremental** define e redefine o problema ao **longo do processo**.⁶⁶

Mixed-scanning (Sondagem mista): Os dois modelos que estudamos anteriormente apresentam alguns “problemas”. O modelo racional é considerado ingênuo por acreditar que a informação é “perfeita” e por não considerar adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões. O modelo incremental, por sua vez, mostra-se pouco compatível com a necessidade de mudanças e pode apresentar um viés conservador.

Nesse sentido, buscando solucionar esses “problemas” de ambos os modelos, Etzioni propôs o modelo chamado de *mixed-scanning*.

De acordo com esse modelo, existem 02 tipos de decisões, quais sejam: as **decisões ordinárias/incrementais** (decisões do dia a dia) e **decisões fundamentais/estruturantes** (decisões estratégicas, que estabelecem os rumos básicos das políticas públicas em geral).

⁶⁵ FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

⁶⁶ VUNESP (2015)

O mixed-scanning é um modelo **misto que envolve esses 02 tipos de decisões (incrementais e estruturantes)**. Rua explica que “basicamente, o *mixed-scanning* requer que os tomadores de decisão se engajem em uma **ampla revisão do campo de decisão**, sem se dedicar à análise detalhada de cada alternativa (conforme faz o modelo racional-compreensivo). Esta revisão permite que **alternativas de longo prazo sejam examinadas e levem a decisões estruturantes**. As **decisões incrementais**, por sua vez, **decorrem das decisões estruturantes** e envolvem **análise mais detalhadas de alternativas específicas**.”⁶⁷

Em outras palavras, **primeiro** os tomadores de decisão fazem uma **ampla revisão** do campo de decisão (sem se aprofundar na análise das alternativas), e então tomam uma **decisão estruturante**. **Depois**, os tomadores de decisão **analisam as alternativas específicas** (que decorreram das decisões estruturantes) de forma mais **detalhada**, e então tomam uma **decisão incremental**.

Por fim, Etzioni explica que “as **decisões incrementais** são tomadas apenas a partir de contextos estipulados pelas **decisões fundamentais** (e revisões fundamentais). Assim, os dois elementos da sondagem mista ajudam a reduzir os efeitos e limitações particulares um do outro; um **incrementalismo reduz um os aspectos irrealistas do racionalismo**, ao limitar os detalhes exigidos nas decisões fundamentais; e o **racionalismo “contextuante” ajuda a superar a tendência conservadora do incrementalismo** por meio da exploração de **alternativas de prazos mais longos**.”⁶⁸

***Garbage can* (lata de lixo):** o ponto central desse modelo é que as **soluções/alternativas procuram os problemas** (e não o contrário).

Ou seja, **primeiro são construídas diversas soluções em “tese”** (ou seja, soluções que ainda não tem um problema específico em mira). Essas soluções ficam “aguardando” em uma “lata de lixo” (isto é, a “lata de lixo” possui uma “coleção” de soluções em tese).

Depois, os agentes públicos buscam encontrar “problemas” que sejam resolvidos com essas soluções que eles possuem em sua “coleção”. Em outras palavras, os **gestores escolhem o problema a ser enfrentado a partir das soluções que eles já possuem** (isto é, a partir das capacidades já instaladas).

O modelo de decisão **garbage can** se aplica quando existe um **grande número de tomadores de decisão** e uma **grande dose de incerteza** sobre as **causas dos problemas e suas soluções**.⁶⁹

⁶⁷ RUA, Maria das Graças. *Especialização em Gestão Pública Municipal*. Políticas Públicas. Módulo Básico. PNAP. p.89.

⁶⁸ ETZIONI, Amitai. Reexame de estratégia mista de decisão. p. 225-227.

⁶⁹ COPERVE-UFSC 2018)



(IBFC – Prefeitura de Cuiabá – 2019 - ADAPTADA)

A tomada de decisão é a função de política pública em que se decide tomar um curso de ação (ou não ação) para tratar de um problema de políticas. Cientistas de políticas públicas usam uma variedade de modelos para capturar a dinâmica da tomada de decisão de políticas públicas. Acerca desse assunto, julgue a assertiva a seguir.

O modelo de decisão “racional” analisa a tomada de decisão pública como um processo com restrição de tempo e informação, caracterizado por conflitos, negociações e compromisso entre os tomadores de decisão com interesses próprios

Comentários:

Nada disso!

É o Modelo de Decisão **Incremental** que “analisa a tomada de decisão pública como um processo com restrição de tempo e informação, caracterizado por conflitos, negociações e compromisso entre os decisores com interesses próprios”.⁷⁰

Gabarito: errada.

(CONSULPLAN – Câmara de Belo Horizonte-MG – Coordenador – 2018)

Um modelo de construção de políticas públicas afirma que a compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro. Em síntese, o modelo defende que “soluções procuram por problemas”. Este importante conceito, trazido na década de 70 por Cohen, March e Olsen, denomina-se:

- a) garbage can (“lata de lixo”).
- b) policy makers (“decisores de política”).
- c) multiple streams (“múltiplas correntes”).
- d) advocacy coalition (“coalizão de defesa”).

Comentários:

⁷⁰ FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

O ponto central do modelo **Garbage can (lata de lixo)** é que as soluções/alternativas procuram os problemas (e não o contrário).

O gabarito é a letra A.

6.4 – Implementação

A **implementação** é a etapa em que a política pública é “**retirada do papel**”. Ou seja, é nessa fase que os **planos** e as **decisões** são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as **ações** começam a ser **executadas** para que a política pública passe a “**funcionar na prática**” conforme foi planejado e decidido.

Secchi explica que é na fase de **implementação** que “são produzidos os **resultados concretos** da política pública. A fase de implementação é aquela em que **regras, rotinas e processos** sociais são convertidos de intenções em **ações**”. É nessa fase que a Administração Pública reveste-se de sua função precípua, qual seja: executar as políticas públicas. Portanto, a **implementação** envolve a **execução** da política pública.⁷¹

Conforme explica Rua, “a **implementação**, portanto, compreende o conjunto dos **eventos** e **atividades** que acontecem **após a definição das diretrizes** de uma política, que incluem tanto o **esforço para administrá-la**, como seus substantivos **impactos** sobre pessoas e eventos.”⁷²



Conforme vimos anteriormente, Saraiva entende que a **implementação** e a **execução** das políticas públicas são duas fases diferentes.

Para o autor, a **implementação** é “constituída pelo **planejamento** e **organização** do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da **preparação para pôr em prática a política pública**, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.”⁷³

A **execução**, por sua vez, é “o **conjunto de ações** destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É **pôr em prática** efetiva a política, é a sua **realização**. Essa etapa inclui o estudo dos

⁷¹ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. pp.55-57

⁷² RUA, Maria das Graças. *Especialização em Gestão Pública Municipal*. Políticas Públicas. Módulo Básico. PNAP. p.89.

⁷³ SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia.”⁷⁴

Modelos de Implementação de Políticas Públicas

Conforme explica Sabatier, existem **02 modelos** de implementação das políticas públicas⁷⁵:

Modelo top-down (de cima para baixo): esse modelo é caracterizado pela clara **separação** entre o momento da **tomada de decisão** (realizado pelos “**agentes políticos**”, tomadores de decisão) e o momento de **implementação** (realizado pela “burocracia”, executores). Em outras palavras, existe a clara distinção entre **Política** (agente políticos, tomadores de decisão, considerado um processo mais “importante”) e **Administração** (burocracia, executores, considerado um processo menos “importante”). Trata-se de um **processo linear** de implementação de políticas públicas.

Portanto, o papel da burocracia (por exemplo: professores, médicos, polícias) é apenas de executar as políticas públicas que foram decididas pelos agentes políticos. **A burocracia não tem qualquer poder decisório** (ou seja, as decisões “vêm de cima”, e a burocracia apenas executa).

Trata-se de um modelo que produz uma **lentidão no processo decisório** (afinal, as demandas dependem da decisão de escalões superiores).

Modelo bottom-up (de baixo para cima): esse modelo é caracterizado pela **maior liberdade dos “burocratas”** e de outros atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Ou seja, os **implementadores (executores)** de políticas públicas **participam** mais do processo e tem uma **maior liberdade para decidirem** sobre “soluções” durante a implementação das políticas públicas (posteriormente, os tomadores de decisão dos altos escalões “legitimam” as práticas que foram adotadas pelos burocratas).

Ou seja, a ideia é que os “executores” das políticas públicas também exerçam influência sobre o processo de implementação. Ou seja, “o formato que a política pública adquiriu após a tomada de decisão não é definitivo, e a **política pública é modificável** por aqueles que a implementam no dia a dia.”⁷⁶ À vista disso, alguns autores consideram que, no modelo bottom-up, o **principal ator é o burocrata**.

Trata-se de um modelo com maior **flexibilidade no processo decisório**.

⁷⁴ SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

⁷⁵ SABATIER (1986) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.63

⁷⁶ SABATIER (1986) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.61

Vale destacar, ainda, que existe um modelo caracterizado pela **junção dos dois modelos (top-down e bottom-up)**, conhecido como **modelo híbrido**. Nesse sentido, Antunes explica que, “a partir dos anos 90, com a Reforma do Estado, a maioria das políticas públicas passaram a ser implementadas com a **junção dos dois modelos, de forma híbrida.**”⁷⁷

Por fim, vale dizer que “o **monitoramento da implementação** permite **identificar problemas e especificar medidas corretivas** para saná-los, aumentando a probabilidade de uma política pública atingir os objetivos pretendidos.”⁷⁸



(CESPE – MCT – Analista)

De acordo com o modelo bottom-up, a implementação transforma e adapta as políticas originais.

Comentários:

Isso mesmo!

No modelo bottom-up, a ideia é que os “executores” das políticas públicas também exerçam influência sobre o processo de implementação. Ou seja, “o formato que a política pública adquiriu após a tomada de decisão não é definitivo, e a **política pública é modificável** por aqueles que a implementam no dia a dia.”⁷⁹

Gabarito: correta.

(FUNDATÉC – SPGG-RS – Analista de Planejamento e Orçamento- 2018)

Considere a etapa de implementação de uma política pública e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As abordagens top down e bottom-up são totalmente contraditórias.
- b) A implementação compreende a etapa de produção de resultados da política pública.
- c) O modelo de implementação bottom-up tem como principal ator o burocrata.
- d) O modelo top down apresenta um processo de implementação linear.

⁷⁷ ANTUNES, Flávia. *O Ciclo de Políticas Públicas*. Gestão em Pauta. 2016.

⁷⁸ CESPE (2006)

⁷⁹ SABATIER (1986) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.61

e) No modelo bottom-up, o formato da política pública após tomada de decisão não é definitivo e pode ser modificado pelos que a implementam no dia a dia.

Comentários:

A única assertiva que está incorreta é a letra A.

Isso, pois, as abordagens top-down e bottom-up **não** são contraditórias. Existe, inclusive, um modelo caracterizado pela **junção dos dois modelos** (top-down e bottom-up), conhecido como **modelo híbrido**.

O gabarito é a letra A.

6.5 – Avaliação das políticas. Coleta, análise e interpretação de informações quantitativas e qualitativas para avaliação de programas governamentais.

De acordo com Anderson⁸⁰, a **avaliação das políticas públicas** é o “processo de **julgamentos** deliberados sobre a **validade de propostas** para a ação pública, bem como sobre o **sucesso** ou a **falha** de projetos que foram colocados em prática”.

Secchi, por sua vez, explica que “a **avaliação** é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são **examinados** com o intuito de conhecer melhor o **estado** da política e o **nível de redução do problema** que a gerou. É o momento-chave para a produção de **feedback** sobre as **fases antecedentes**.”

Ou seja, é na etapa de avaliação que são analisados o “**andamento**” e os **resultados** das políticas públicas. O que se busca é verificar se as **ações** e os **resultados** atingidos estão de acordo com tudo que foi **planejado anteriormente**. Ou seja, busca-se verificar o “nível de redução do problema público” (isto é, busca-se verificar se o *status quo* foi alterado de forma a **reduzir ou eliminar** o “problema público”). Busca-se avaliar os “**benefícios**” gerados pela política pública. Portanto, pode-se dizer que a etapa de avaliação está **relacionada ao desempenho** da política pública.

Um dos principais **objetivos** da avaliação das políticas públicas é **fornecer as informações** necessárias à **tomada de decisões**, para que os gestores possam tomar as melhores decisões e, consequentemente, a **qualidade das políticas públicas** seja aprimorada.

Cunha explica ainda que, “além do caráter de **mensuração objetiva de resultados**, a **avaliação** possui também **aspectos qualitativos**, constituindo-se em um **julgamento sobre o valor das intervenções governamentais** por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe

⁸⁰ Anderson (1979) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.62

a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos, e a avaliação deve verificar o **cumprimento das metas estabelecidas.**⁸¹

Por oportuno, gostaria de destacar um texto do CEBRASPE sobre a avaliação de políticas públicas: “Pesquisadores têm defendido que o **objetivo último da avaliação** seja a **melhoria das condições sociais** (*social betterment*). Nessa perspectiva, avaliação consiste em uma série de atividades desenvolvidas para ajudar a **corrigir, apoiar e entender** a forma como as **pessoas percebem as políticas** e os programas implementados para **atender necessidades humanas**. O **objetivo final da avaliação** é, então, a **melhoria social**, para a qual a **avaliação pode contribuir** ao prestar assistência a instituições democráticas na seleção, na supervisão, no aprimoramento e na percepção (produção) do sentido dos programas e das políticas sociais. Na ausência de um compromisso com a melhoria das condições sociais e com a melhoria do padrão de vida da população, a avaliação de um programa passa a ser um mero exercício de aplicação de modelos quantitativos e qualitativos a uma realidade específica.”⁸²

Portanto, pode-se dizer que “a **avaliação de uma política pública** é um importante **instrumento de controle social**, na medida em que contribui para que essa política produza os **resultados almejados pela sociedade**.”⁸³

Por fim, cabe destacar que, de acordo com o § 16 do art. 37 da Constituição Federal (incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021) os **órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente**, devem realizar **avaliação das políticas públicas**, inclusive com **divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados**, na forma da lei.



(CESPE – EBC – Analista)

Na avaliação de políticas públicas, são aceitos como métodos válidos tanto os quantitativos quanto os qualitativos.

Comentários:

Isso mesmo! Conforme explica Cunha, além do caráter de mensuração **objetiva** de resultados (aspectos **quantitativos**), a avaliação possui também aspectos **qualitativos**, constituindo-se em um

⁸¹ CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018.

⁸² CEBRASPE (2019)

⁸³ CEBRASPE (2019)

julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários.⁸⁴

Gabarito: correta.

Avaliação x Monitoramento

É muito importante dizer que avaliação e monitoramento são coisas diferentes.

Conforme explica o Governo Federal⁸⁵, “a **avaliação** deve ser um **processo objetivo** de exame e diagnóstico da política pública sob análise. Devem ser considerados, dentre outros aspectos, a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais stakeholders, e a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados.” À vista disso, a avaliação deve ser **conduzida preferencialmente por outros órgãos independentes**, não diretamente responsáveis pela execução da política pública.

O **monitoramento**, por sua vez, tem **papel extremamente relevante na execução** das políticas públicas, e não deve ser desprezado em qualquer hipótese. Trata-se de “um **processo contínuo ao longo da implementação**, realizado pelo **próprio órgão** responsável pela política pública. Tem como objetivo **controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas**. O monitoramento permite **identificar problemas e falhas durante a execução** que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública e, assim, reúne condições para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação.” Portanto, com o objetivo de **retroalimentar o ciclo** de ajustes de uma política e o seu plano de gestão de riscos (ou seja, fornecer “**feedback**”), o **monitoramento** deve ser realizado de **forma rotineira**.



(CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

A atividade de monitoramento constitui um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de ajustes de uma política.

Comentários:

Isso mesmo! O monitoramento é “um **processo contínuo** ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de

⁸⁴ CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018.

⁸⁵ Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.

inssumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. Com o objetivo de **retroalimentar o ciclo de ajustes** de uma política e o seu plano de gestão de riscos (ou seja, fornecer “**feedback**”), o monitoramento deve ser realizado de **forma rotineira**.

Gabarito: correta.

Tipos de Avaliação

Avaliação quanto ao momento de realização (quanto à perspectiva temporal)

Quanto ao momento de realização, a avaliação pode ser de **03 tipos**:

Avaliação Ex ante (Avaliação Diagnóstica / Controle Prévio): Trata-se de uma avaliação “inicial”, que **ocorre antes da implementação**. Busca-se **identificar a situação**. Essa avaliação é realizada para **avaliar a viabilidade do programa/política pública** a ser implementado. Trata-se de um **controle proativo**, que **busca evitar erros no desenho e formulação** de programas/políticas públicas.

Avaliação In itinere (Avaliação Formativa / Controle Concomitante / Avaliação Intermediária): Trata-se de uma avaliação que **ocorre durante a implementação**. Busca-se **avaliar o “andamento” do programa/política pública**. Essa avaliação é realizada para **se adquirir mais “conhecimento”** sobre o processo, com o objetivo de **melhorar a implementação e o desenvolvimento** do programa/política. Trata-se de um **controle reativo**, que busca **detectar e corrigir os desvios** que ocorrem durante a execução das atividades.

Avaliação Ex post (Avaliação Somativa / Controle Posterior): Trata-se de uma avaliação “final”, que **ocorre após da implementação**. Busca-se **avaliar os resultados do programa/política pública**. Essa avaliação é realizada para **avaliar se o programa/política pública atingiu os resultados esperados**. Busca-se **verificar a eficácia** do programa/política pública. Trata-se de um tipo de controle que tem foco no **resultado**.



(CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas.

Avaliação ex post é uma avaliação concebida e realizada em conjunto com a fase de planejamento e com o processo de implementação, sendo efetivada quando a política, o programa ou o projeto se encontram em fase inicial.

Comentários:

Nada disso! A Avaliação Ex post é uma **avaliação “final”**, que **ocorre após da implementação**. Busca-se avaliar os **resultados** do programa/política pública. Essa avaliação é realizada para avaliar se o programa/política pública atingiu os resultados esperados. Busca-se verificar a eficácia do programa/política pública. Trata-se de um tipo de controle que **tem foco no resultado**.

Gabarito: errada.

(CESPE/CEBRASPE – CGE-CE – Auditor de Controle Interno - 2019)

O modelo de avaliação com foco específico na identificação e eliminação de erros de formulação e de desenho em políticas públicas, antes de sua implementação, é denominado avaliação

- a) ex-post.
- b) de processos.
- c) de custo-efetividade.
- d) de desempenho.
- e) ex-ante.

Comentários:

É a **Avaliação Ex ante** que ocorre **antes da implementação**. Trata-se de um controle proativo, que busca **evitar erros no desenho e formulação** de programas/políticas públicas.

O gabarito é a letra E.

Avaliação quanto à função (quanto à natureza)

Quanto à função, a avaliação pode ser de **02 tipos**:

Avaliação Somativa (avaliação de conteúdo): busca-se obter informações necessárias para basear a **tomada de decisão** referente à **continuidade de um programa/política pública** (o programa deve continuar “como está”, expandir ou terminar?). Esse tipo de avaliação se refere ao estudo dos “resultados” obtidos pelo programa. O foco está no **resultado**.

Avaliação Formativa: busca-se obter informações para a melhoria do objetivo. É **realizada durante o processo de implementação/execução** do programa/política pública, com o objetivo de fornecer informações sobre o “andamento” do programa. Busca-se verificar se

tudo está ocorrendo de acordo com o planejado e, se necessário, melhorar o funcionamento do que já está sendo colocado em prática. O foco está no **processo**.

Em outras palavras, “a avaliação formativa visa verificar, periodicamente, em que medida os **participantes** do programa ou do **processo** estão aceitando e desempenhando seus papéis. Essa avaliação contrasta as atividades com o plano, descreve os problemas de implementação e analisa de que maneira a equipe lidou com eles, assim como documenta e analisa os custos desse esforço. Por fim, relata como observadores e participantes julgam a **qualidade do processo**.⁸⁶

Trata-se de uma avaliação que tem **caráter pedagógico** e busca **investigar como a política pública funciona**, bem como **avaliar as estratégias utilizadas** para o alcance dos resultados.⁸⁷



(CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas.

Avaliação de conteúdo — tipo de avaliação com foco nos resultados e impactos — destina-se a informar os gestores para que estes decidam se a política ou o programa devem continuar, ser interrompidos ou ser alterados.

Comentários:

Isso mesmo!

A Avaliação Somativa (**avaliação de conteúdo**) busca obter informações necessárias para basear a tomada de decisão referente à continuidade de um programa/política pública (o programa deve continuar “como está”, expandir ou terminar?). Esse tipo de avaliação se refere ao estudo dos “resultados” obtidos pelo programa. O foco está no resultado.

Gabarito: correta.

(CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas no âmbito de determinado programa.

⁸⁶ CEBRASPE (2019)

⁸⁷ CESPE (2018)

Comentários:

Nada disso! A avaliação formativa tem foco no **processo**.

É a avaliação somativa que tem foco no resultado.

Gabarito: errada.

Avaliação quanto ao agente avaliador (Quem avalia?)

Quanto ao agente avaliador, a avaliação pode ser de **04 tipos⁸⁸**:

Avaliação Interna: Trata-se da avaliação realizada por indivíduos que possuem envolvimento direto ou indireto com o programa/política pública (ou seja, indivíduos “de dentro” da instituição responsável pelo programa/política pública). Como aspecto positivo, pode-se citar a maior “proximidade” do avaliador com o objeto avaliado, o que proporciona um maior acesso aos dados e elimina a “resistência” que o indivíduo pode ter com “avaliadores externos”. Contudo, como aspecto negativo, pode-se citar a perda da “imparcialidade” da avaliação.

Avaliação Externa: Trata-se da avaliação realizada por indivíduos “de fora” da instituição responsável pelo programa/política pública (ou seja, indivíduos que não integram o quadro de pessoal da instituição responsável pelo programa/política pública). Como aspecto positivo, pode-se citar a maior “imparcialidade” do avaliador com o objeto avaliado, e a maior objetividade. Contudo, como aspecto negativo, pode-se citar o menor “acesso aos dados”, e a possível resistência por parte dos “avaliados”. Pressupõe-se que esse tipo de avaliação seja realizado por especialistas com experiência e conhecimento em metodologias de avaliação.

Avaliação Mista: Trata-se da avaliação realizada tanto por indivíduos “de dentro” da instituição responsável pelo programa/política pública, quanto por indivíduos “de fora” da instituição. Trata-se de uma combinação da avaliação interna com a avaliação externa. O que se busca é obter as vantagens de ambos os tipos de avaliação. Ou seja, o objetivo é que o avaliador externo (maior imparcialidade) mantenha uma maior proximidade com o avaliador interno e, assim, tenha um maior acesso aos dados e menor resistência por parte dos avaliados.

Avaliação Participativa: Trata-se de uma avaliação que envolve, no processo avaliativo, a integração dos usuários (beneficiários dos programas/políticas públicas) e dos gestores. Ou

⁸⁸ ALVARENGA, F. O. Avaliação de política públicas de inclusão digital: um estudo de caso do UCA em Tiradentes.

seja, o que se busca é a participação dos beneficiários, com o instituto de minimizar a “distância” entre avaliadores e beneficiários de programas/políticas públicas.



(AOCP – EBSERH – Assistente Social – 2017)

“É realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa. Supostamente são especialistas com experiência e conhecimento de metodologia de avaliação”. O enunciado se refere à

- a) avaliação participativa.
- b) avaliação mista.
- c) avaliação interna.
- d) avaliação composta.
- e) avaliação externa.

Comentários:

É a **Avaliação Externa** que é realizada por indivíduos “de fora” da instituição responsável pelo programa/política pública (ou seja, indivíduos que não integram o quadro de pessoal da instituição responsável pelo programa/política pública). Pressupõe-se que esse tipo de avaliação seja realizado por especialistas com experiência e conhecimento em metodologias de avaliação.

O gabarito é a letra E.

Avaliação quanto ao conteúdo da avaliação

Quanto ao conteúdo, a avaliação pode ser de **03 tipos⁸⁹**:

Avaliação Conceitual (Design): tem por objetivo analisar a **concepção** do programa/políticas pública no que tange a sua **racionalidade, coerência e consistência**.

⁸⁹ ALVARENGA, F. O. Avaliação de política públicas de inclusão digital: um estudo de caso do UCA em Tiradentes.

Avaliação do Processo de Implementação e Gestão do Programa: tem por objetivo analisar a maneira pela qual o programa/políticas pública é gerido e executado, medindo a capacidade de uma Entidade em relação à concepção, à implementação, à monitorização e à avaliação.

Avaliação de Impactos e Resultados: tem por objetivo analisar o nível em que o programa/política pública alcança os objetivos ou atinge o valor de parâmetros ou critérios definidos e os custos disponíveis.

Avaliação quanto à metodologia

Quanto à metodologia, a avaliação pode ser de **03 tipos⁹⁰**:

Avaliação de Metas: tem por objetivo analisar o grau de sucesso da política pública em relação ao alcance das metas (objetivos) propostas. O foco está na eficácia.

Avaliação de Impacto: tem por objetivo identificar os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública. O foco está na efetividade.

Avaliação de Processos: tem por objetivo investigar o alcance e “cobertura” de um programa/políticas pública, o grau em que se está alcançando a população beneficiária e, principalmente, o acompanhamento de seus processos internos. O foco está na eficiência.

(...)

Por fim, vale destacar um outro tipo de avaliação:

Avaliação jurídica: tem por objetivo examinar a conformidade dos atos do gestor com a lei ao conduzir a política pública, o programa ou o projeto.⁹¹



(CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas.

Avaliação jurídica consiste no exame da conformidade dos atos do gestor com a lei ao conduzir a política pública, o programa ou o projeto.

⁹⁰ ALVARENGA, F. O. Avaliação de política públicas de inclusão digital: um estudo de caso do UCA em Tiradentes.

⁹¹ CEBRASPE (2020)

Comentários:

Isso mesmo! Assertiva perfeita.

Gabarito: correta.

Critérios, Indicadores e Padrões

Para a avaliação das políticas públicas são utilizados alguns critérios, que servem como base para os julgamentos. Esses critérios ajudam o avaliador a julgar se a política pública funcionou bem ou não.

Nesse sentido, Secchi⁹² destaca que os **principais critérios** utilizados para as avaliações são:

Economicidade: refere-se ao nível de utilização de **recursos (inputs)**.

Produtividade: refere-se ao nível de saídas de um **processo produtivo (outputs)**.

Eficiência econômica: trata da relação entre **outputs** (produtividade) e **inputs** (recursos utilizados).

Eficiência administrativa: trata do **seguimento de prescrições**, ou seja, do nível de **conformidade da execução** a métodos preestabelecidos.

Eficácia: corresponde ao nível de **alcance de metas ou objetivos** preestabelecidos.

Equidade: trata da **homogeneidade** de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Efetividade: Está relacionado ao **impacto** das ações. É alcançar os resultados pretendidos, de forma a **alterar a realidade**. Não basta alcançar os objetivos; deve haver **transformação**. A efetividade está vinculada ao **grau de satisfação e atingimento das necessidades** do público-alvo das políticas públicas.

Esses critérios são **operacionalizados** por meio de indicadores. Os **indicadores** são artifícios (**proxies**) utilizados para medir os **inputs** (recursos utilizados), os **outputs** (produtividade) e os **resultados (outcomes)**. Vejamos cada um desses indicadores⁹³:

⁹² SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.63

⁹³ Adaptado de SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.64

Indicadores de input (entradas no sistema): são relacionados a **gastos** financeiros, **recursos** humanos empregados ou **recursos** materiais utilizados.

Indicadores de output (produtividade): são relacionados à **produtividade** de serviços ou produtos. Por exemplo: quantidade de buracos tapados nas estradas, quantidade de lixo coletado, quilômetros de estradas construídas, número de pessoas atendidas em um posto de saúde, etc.

Indicadores de resultado (outcomes): são relacionados aos **efeitos** da política pública sobre os *policytakers* (beneficiários das políticas públicas) e à **capacidade de resolução** ou **mitigação do problema** para o qual a política pública havia sido elaborada. Por exemplo: médias ou percentuais de satisfação dos usuários/cidadãos, qualidade dos serviços, acessibilidade da política pública, número de reclamações recebidas, cumprimento das diretrizes pelos agentes públicos, etc.

Secchi⁹⁴ explica que os **indicadores de input** medem **esforços**, e os **indicadores de output** e **indicadores de resultados** medem **realizações**.

Por fim, esses indicadores são comparados com padrões. Os **padrões** (ou **parâmetros**) servem como referência comparativa aos indicadores. De acordo com Secchi⁹⁵, os principais tipos de padrão são:

Padrões absolutos: metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas **anteriormente** à implementação da política pública;

Padrões históricos: valores ou descrições **já alcançados no passado** e que facilitam a comparação por períodos (meses, anos) e, por consequência, geram informações sobre declínio ou melhora da política pública;

Padrões normativos: metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um **benchmark** ou **standard ideal**.



(CESPE – TCU – Auditor Federal de Controle Externo)

⁹⁴ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.64

⁹⁵ Idib. p.64

A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.

Comentários:

Isso mesmo! Assertiva correta.

Gabarito: correta.

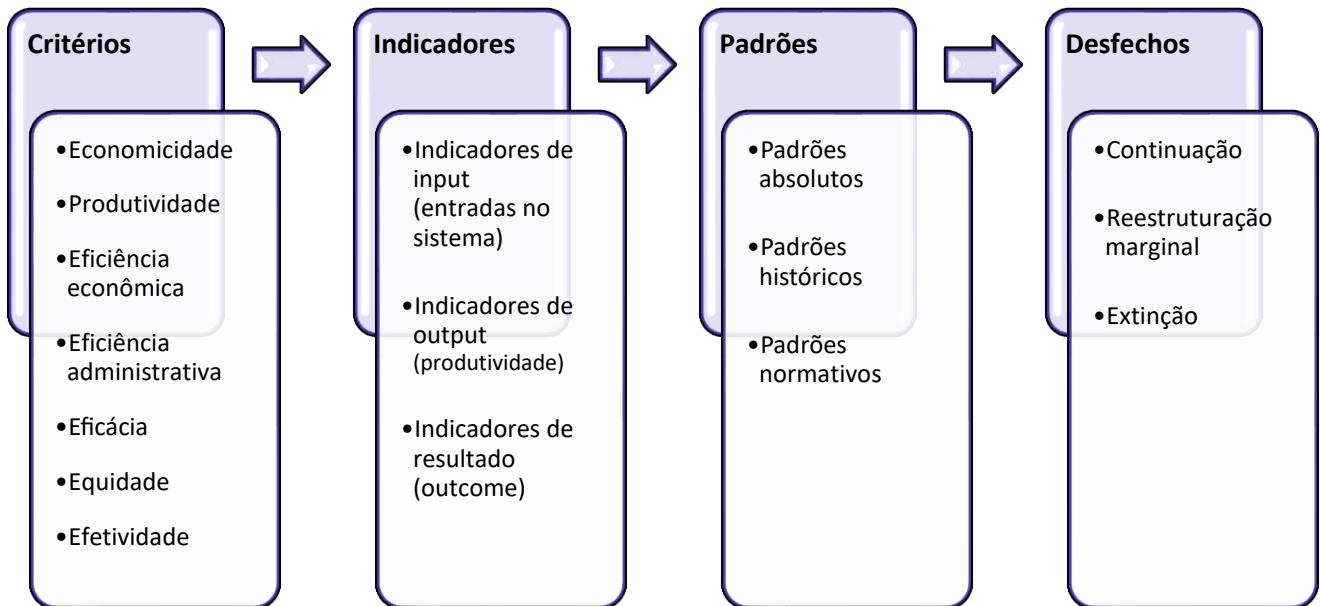
Desfechos

A avaliação da política pública pode ter, como resultado, os seguintes **desfechos**⁹⁶:

a) **continuação** da política pública da maneira que ela está.

b) **reestruturação marginal** de aspectos práticos da política pública (casos em que foram observadas algumas adversidades; portanto, existe a necessidade de serem feitos alguns ajustes).

c) **extinção** da política pública (casos em que o “problema” público foi resolvido, ou quando as adversidades observadas na implementação da política pública são muito grandes e insuperáveis).



⁹⁶ Idib. p.65



(AOCP – UFPB – Tecnólogo – Gestão Pública - 2019)

São critérios para a fase de avaliação: Economicidade, Eficiência econômica, Eficiência administrativa, Eficácia, Efetividade e Equidade. Sobre esses critérios, é correto afirmar que

- a) Economicidade: trata da relação entre recursos e produtos (produtividade).
- b) Efetividade: atendimento e satisfação das necessidades e anseios do público-alvo.
- c) Eficácia: trata da conformidade da execução aos métodos estabelecidos.
- d) Eficiência Econômica: trata da utilização dos recursos (inputs).
- e) Equidade: atendimento do alcance das metas estabelecidas.

Comentários:

De acordo com Secchi⁹⁷ os **principais critérios** utilizados para as avaliações são:

Economicidade: refere-se ao nível de utilização de **recursos (inputs)**.

Produtividade: refere-se ao nível de saídas de um **processo produtivo (outputs)**.

Eficiência econômica: trata da relação entre **outputs** (produtividade) e **inputs** (recursos utilizados).

Eficiência administrativa: trata do **seguimento de prescrições**, ou seja, do nível de conformidade da execução a métodos preestabelecidos.

Eficácia: corresponde ao nível de **alcance de metas ou objetivos** preestabelecidos.

Equidade: trata da **homogeneidade** de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Efetividade: Está relacionado ao **impacto** das ações. É alcançar os resultados pretendidos, de forma a **alterar a realidade**. Não basta alcançar os objetivos; deve haver **transformação**. A efetividade está vinculada ao **grau de satisfação** e **atingimento das necessidades** do público-alvo das políticas públicas.

⁹⁷ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.63

O gabarito é a letra B.

(FGV – TJ-GO – Analista Judiciário - 2014)

A avaliação da política pública é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos colocados em prática. Fazem parte desse processo elementos, critérios, indicadores e também padrões, como os normativos, que são:

- a) as metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas anteriormente à implementação da política pública;
- b) os valores ou descrições, já alcançados no passado, que facilitam a comparação por períodos e geram informações sobre declínios ou melhorias;
- c) são artifícios (proxies) que podem ser criados para medir input, output e resultado (outcome);
- d) a visualização dos erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismos exagerados;
- e) as metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um standard ideal.

Comentários:

Letra A: errada. A assertiva trouxe o conceito de padrões **absolutos**.

Letra B: errada. A assertiva trouxe o conceito de padrões **históricos**.

Letra C: errada. A assertiva trouxe o conceito de **indicadores**.

Letra D: errada. A assertiva descreveu um tipo de **controle preventivo**.

Letra E: correta. Isso mesmo! Padrões normativos são metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um benchmark ou standard ideal.

O gabarito é a letra E.

Controle Censitário x Controle por Amostragem

Controle censitário: envolve a **análise de todos os itens** envolvidos no processo, um por um. Ou seja, são coletadas informações de todos os itens de uma “população”.

Vantagens: elimina a variabilidade amostral. Portanto, se o resultado tem que ser preciso, o censo é indicado.

Desvantagens: envolve maiores custos e maior tempo.

O **censo** é indicado quando:

- a) população é tão pequena que os custos envolvidos (tempo e dinheiro) acabam sendo praticamente os mesmos, se comparados aos custos da amostragem.
- b) o tamanho da amostra é muito grande (se comparado ao tamanho da população como um todo). Portanto, o “esforço adicional” para a realização do censo será pequeno.
- c) há necessidade de coleta de informações precisas (necessidade de alta precisão dos dados coletados).

Controle por amostragem: envolve a **análise de apenas uma parte** (de uma “amostra”) dos itens envolvidos em um processo. Ou seja, são coletadas informações de apenas uma amostra da “população”, e o resultado é obtido através de métodos probabilísticos.

Vantagens: mais barato e mais rápido.

A **amostragem** é indicada quando:

- a) os custos de um censo são extremamente elevados e acabam inviabilizando a utilização do censo.
- b) a população é considerada “infinita”.
- c) há necessidade de obtenção rápida de informações.



(CESPE – SECONT-ES – Auditor do Estado)

O censo é o oposto da técnica de amostragem e deve ser utilizado sempre que houver necessidade de alta precisão dos dados.

Comentários:

Isso mesmo!

Quando há necessidade de coleta de informações precisas, é mais indicado que seja utilizado o censo.

Gabarito: correta.

Métodos Quantitativos x Métodos Qualitativos

A análise das políticas públicas pode ser realizada através de métodos **quantitativos ou qualitativos**.

Métodos Quantitativos (objetivos): São capazes de **medir** um resultado de forma objetiva. O valor numérico obtido representa o fenômeno que está sendo medido. Os resultados podem ser medidos mais facilmente. Por exemplo: número de homicídios, número de óbitos por doença contagiosa, etc.

Métodos Qualitativos (subjetivos): são métodos mais **subjetivos** (dependem do julgamento individual de cada pessoa). Buscam avaliar as “mudanças” ocorridas ou “sentidas” em determinado processo. Por exemplo: avaliação do sentimento da população em relação à segurança na cidade; ou então, avaliação da população em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade.

Perceba que somente através de métodos **quantitativos** (número de óbitos por doença contagiosa, por exemplo) não é possível aferir o “sentimento” da população em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade.

Portanto, é indicado que nas análises das políticas públicas, sempre que possível, sejam utilizados métodos **quantitativos e qualitativos complementarmente**, com o objetivo de se obter resultados mais **homogêneos e abrangentes**.



(CESPE – EBC – Analista)

Na avaliação de políticas públicas, são aceitos como métodos válidos tanto os quantitativos quanto os qualitativos.

Comentários:

Isso mesmo! Na avaliação das políticas públicas podem ser utilizados métodos qualitativos ou então métodos quantitativos.

Gabarito: correta.

Tipos de Análises

As políticas públicas podem ser analisadas através de duas técnicas: **Análise Custo-Benefício** e **Análise Custo-Efetividade**. Essas técnicas são utilizadas para auxiliar o gestor público a tomar decisões sobre quais políticas públicas ele deve implementar.

Análise Custo-Benefício (ACB): é utilizada quando os **custos** e os **resultados** das políticas públicas podem ser traduzidos em **unidades monetárias** (dinheiro). Trata-se de uma análise **quantitativa**.

Se uma política pública tem resultados maiores do que os custos envolvidos, pode-se dizer que se trata de um programa viável. Busca-se, em regra, implementar os programas que tem o **melhor custo-benefício**.

Por exemplo: o governo decide reduzir a carga tributária sobre algum produto. Nesse caso, os resultados e os custos poderão ser medidos monetariamente. Em outras palavras, é possível avaliar e medir quanto dinheiro essa redução da carga tributária irá “custar” ao governo (custos), bem como será possível avaliar e medir quanto dinheiro os contribuintes “economizarão” (resultados).

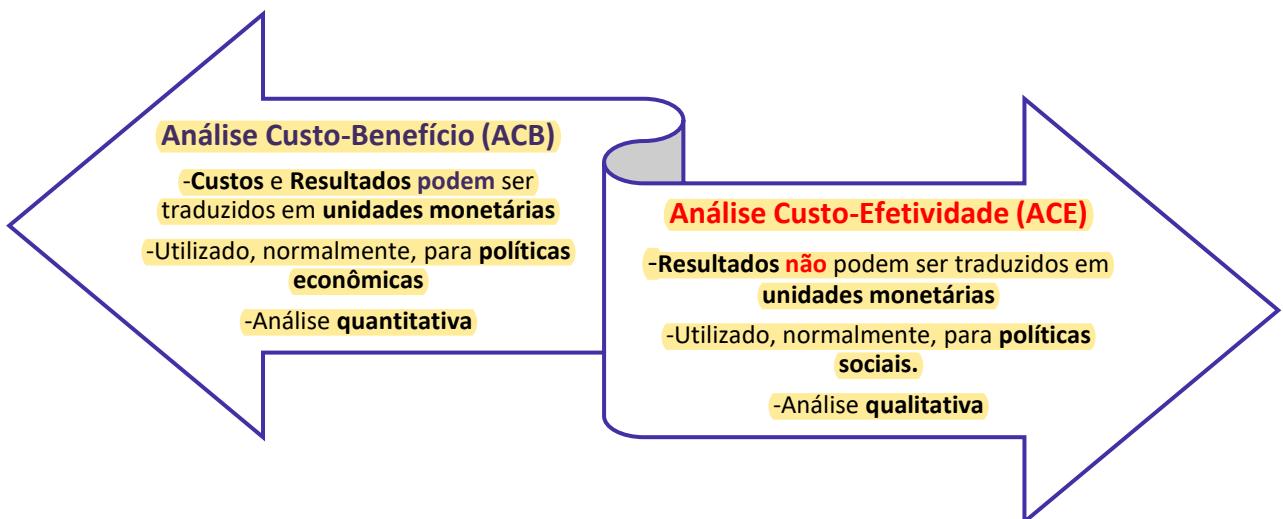
Análise Custo-Efetividade (ACE): é utilizada quando os **resultados (impactos)** **não podem ser aferidos monetariamente**. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais. Trata-se de uma análise **qualitativa**.

Os **custos**, por outro lado, continuam podendo ser avaliados monetariamente.

Esse tipo de análise tem por objetivo analisar qual política pública traz os melhores impactos (resultados pretendidos), com os menores custos envolvidos.

Por exemplo: Vamos imaginar uma política pública que tenha por objetivo reduzir a criminalidade na cidade. Perceba que os custos dessa política pública continuam podendo ser analisados monetariamente (ou seja, conseguimos aferir quanto dinheiro essa política pública irá custar ao governo).

Contudo, os resultados não poderão ser avaliados monetariamente. Nesse caso, poderão ser avaliados, por exemplo: a redução do número de roubos, a redução do número de homicídios, etc.



(FMP – TCE-RS – Auditor Público Externo - ADAPTADA)

O método de Análise Custo-Benefício compara os custos (monetários) com os benefícios econômicos do projeto.

Comentários:

Isso mesmo! A análise custo-benefício é utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias (dinheiro). Trata-se de uma análise quantitativa.

Gabarito: correta.

Métodos de Coleta de Dados

Segundo o Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União, os principais métodos utilizados para a coleta de dados são: a **pesquisa documental**, o **estudo de caso**, a **pesquisa (survey)**, a **pesquisa experimental**, a **pesquisa quase-experimental** e a **pesquisa não-experimental**. Vejamos cada uma delas⁹⁸:

⁹⁸ TCU, Manual de Auditoria Operacional. Brasília: 2010.

Pesquisa documental: abrange o exame de toda espécie de **registros administrativos**, tais como balanços, relatórios e estatísticas oficiais.

Estudo de Caso: O Estudo de Caso é um método utilizado para compreender uma **situação complexa**. O **contexto** e a **situação** são analisados como um todo. Busca-se, assim, compreender a situação como um todo, de forma abrangente. Normalmente, o estudo de caso é complementado por outros métodos, como a pesquisa, por exemplo.

Pesquisa: A pesquisa permite que sejam obtidas informações de caráter **quantitativo** e **qualitativo**. Frequentemente, a pesquisa é utilizada em conjunto com estudos de caso, com o objetivo servir de **suporte para as análises de caráter qualitativo**, típicas do estudo de caso. A pesquisa pode ser **censitária** ou por **amostragem**.

Pesquisa Experimental: A pesquisa experimental é utilizada para verificar se um programa é a causa de determinado efeito. Em outras palavras, ela tem por objetivo entender a relação de “**causa e efeito**” entre um programa governamental e determinada situação.

Para isso, são selecionados dois grupos: **1) o grupo experimental** ou de tratamento, que será exposto ao programa; e **2) o grupo de controle**, que não será exposto ao programa.

Caso sejam observadas diferenças nos resultados obtidos entre ambos os grupos, haverá indícios de que essas diferenças são provenientes da presença do “programa” na vida das pessoas.

A pesquisa experimental requer que as unidades de pesquisa, em ambos os grupos, sejam selecionadas de forma **randômica** ou **aleatória**, para evitar resultados tendenciosos.

Pesquisa Quase-Experimental: A realização da **pesquisa experimental** envolve muitas dificuldades (especialmente relacionados à seleção dos grupos). Dessa forma, a **pesquisa quase-experimental** apresenta-se como um **método alternativo**.

Nesse tipo de pesquisa, os grupos de comparação são selecionados com base na **disponibilidade** e na **oportunidade** (e não de forma randômica ou aleatória).

Busca-se, entretanto, selecionar grupos que sejam o mais equivalentes/parecidos possível, para garantir a equivalência entre os grupos, e permitir a correta aferição da relação de “causa e efeito”.

Pesquisa Não-Experimental: Muitas vezes, é impossível utilizar até mesmo os métodos quase-experimentais. Nesse caso, podem ser utilizadas as pesquisas não-experimentais.

A pesquisa não-experimental fornece **valiosas informações sobre os programas**. Contudo, esse tipo de pesquisa **não é capaz de fornecer boas informações sobre a relação de “causa e feito” entre o programa e os resultados**; ou seja, ela não permite avaliar, de forma satisfatória, se os resultados obtidos podem, de fato, serem atribuídos aos programas.

Portanto, se o objetivo for avaliar a relação de “causa e efeito”, é necessário que a pesquisa não-experimental seja realizada em conjunto com outros métodos.

Técnicas de Coleta de Dados

De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: **questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes**. Vejamos maiores detalhes sobre cada uma dessas técnicas⁹⁹:

Questionários: São **formulários estruturados**, compostos por **perguntas padronizadas**, que são utilizados para quantificar informações padronizadas sobre um grande número de unidades de pesquisa. Os questionários permitem que as respostas sejam comparadas e, através de análises estatísticas, as conclusões sejam “generalizadas”.

Entrevistas: Trata-se de uma **técnica presencial** de obtenção de informação, por meio de **perguntas e respostas**. As entrevistas podem ocorrer de forma **individual** ou **coletiva**. Além disso, as entrevistas podem ser de três tipos:

-**estruturadas:** nesse caso, são utilizadas questões fechadas, ou seja, questões pré-definidas.

-**não-estruturadas:** são utilizadas questões abertas, ou seja, as questões são formuladas na hora da entrevista, de acordo com cada situação.

-**semi-estruturadas:** a entrevista é composta tanto por questões fechadas quanto por questões abertas.

Observação Direta: Consiste na **análise presencial** de determinada situação (um programa governamental, por exemplo). O profissional observa presencialmente a situação, e registra sistematicamente as informações, de acordo com um “roteiro” pré-definido. O profissional que realiza a observação direta utiliza **anotações de campo**, deve ter uma boa **capacidade de “percepção seletiva”**, e deve ser capaz de coletar **informações válidas, exatas e confiáveis**.

De acordo com Patton¹⁰⁰, as **vantagens** desse método são as seguintes:

- permite ao observador compreender o contexto no qual se desenvolvem as atividades;

⁹⁹ TCU, Manual de Auditoria Operacional. Brasília: 2010.

¹⁰⁰ Patton (1987) *apud* TCU, Manual de Auditoria Operacional. Brasília: 2010.

- permite ao observador testemunhar os fatos, sem depender de informações de terceiros;
- permite que um observador treinado perceba aspectos que escapam aos participantes, rotineiramente envolvidos com o programa;
- pode captar aspectos do programa sobre os quais os participantes não desejam falar numa entrevista, por ser um tema delicado ou embaráçoso;
- traz para a análise as percepções do próprio observador, que, ao serem confrontadas com as percepções dos entrevistados, fornecem uma visão mais completa do programa estudado;
- permite que o observador forme impressões que extrapolam o que é possível registrar, mesmo nas mais detalhadas anotações de campo, e que podem auxiliar na compreensão do programa e dos seus participantes.

Uso de dados Existentes: Em determinadas situações, no processo de avaliação, pode ser interessante a utilização de **dados que já existem**. O benefício deste método é que os custos (tempo e dinheiro) são menores. Afinal, os dados já estão disponíveis para serem utilizados.

Contudo, a utilização de dados existentes requer alguns cuidados especiais. Nesse sentido, os dados devem ser, dentre outros: confiáveis; completos; adequados ao objetivo da análise e armazenados de forma correta.

Métodos de Análise de Dados

Depois dos dados terem sido coletados, é necessário que esses dados sejam analisados. Nesse sentido, os principais métodos de análise de dados são¹⁰¹:

Tabulação de frequências: Esse método é utilizado para analisar as informações coletadas através de questionários. Após a coleta de informações, os **dados devem ser tabulados**; isto é, as informações devem ser checadas e dispostas de forma a permitir que sejam realizados cálculos de frequência, representação gráfica das informações, etc. Em outras palavras, consiste em “organizar” os dados para que seja mais fácil “visualizar” as informações obtidas.

Análise gráfica de dados: Depois que os dados já foram coletados e devidamente tabulados, podem ser elaborados **diversos tipos de gráficos** (histogramas, gráficos de barras, gráficos

¹⁰¹ TCU, Manual de Auditoria Operacional. Brasília: 2010.

de dispersão, etc.). Com isso, é possível sintetizar as informações e visualizar “tendências”, bem como desempenhos extremos (diferenças grandes nos resultados, sejam bons ou ruins). Por exemplo: através de um gráfico, é possível verificar a desigualdade na distribuição de bens ou serviços públicos.

Análise qualitativa: A análise **qualitativa (subjetiva)** é feita com base no julgamento profissional de especialistas. Portanto, depende do julgamento dos avaliadores. Esse tipo de análise envolve a **comparação entre informações proveniente de diversas fontes**.

De acordo com Patton¹⁰², na análise e interpretação de dados qualitativos podem ser adotados:

a) Análise de conteúdo: técnica de análise sistemática de informação textual, organizada de forma padronizada, que permite realizar inferência sobre seu conteúdo. Pode ser usada para analisar transcrições de entrevistas grupos focais e documentos, como relatórios, descrição de política pública. Recomenda-se usar software adequado em caso de grande quantidade de material a ser analisado.

b) Triangulação: uso de diferentes métodos de pesquisa e/ou de coleta de dados para estudar a mesma questão, com o objetivo de **fortalecer as conclusões finais**, podendo assumir as formas a seguir indicadas:

- coletar dados de **diferentes fontes** sobre a mesma questão;
- empregar **diferentes entrevistadores e pesquisadores** de campo para evitar vieses na coleta de dados;
- usar **múltiplos métodos de pesquisa** para estudar a mesma questão;
- usar **teorias diferentes para interpretar** os dados coletados.

c) Interpretações alternativas: uma vez formulada uma interpretação a partir das principais relações identificadas na análise, devem-se buscar interpretações alternativas; caso não sejam encontradas evidências substantivas que sustentem essas interpretações, reforça-se a confiança na interpretação originalmente formulada. Em uma auditoria operacional de qualidade, os **argumentos** sustentados pela equipe devem ser confrontados com os melhores **contra-argumentos** possíveis (ISSAI 3000/4.5, 2004).

d) Caso negativo: relacionado ao item anterior, trata-se de identificar as situações que não seguem a interpretação principal ou corrente em razão de circunstâncias específicas e que, por isso mesmo, funcionam como “exceções (casos negativos) que confirmam a regra” e que ajudam a esclarecer os limites e as características da interpretação principal.

¹⁰² Patton (1987) *apud* TCU, Manual de Auditoria Operacional. Brasília: 2010.



Vejamos, agora, duas questões do CESPE/CEBRASPE:

(CESPE – TRE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma **tarefa típica da etapa de construção de agendas** consiste em

- a) organizar as demandas sociais.
- b) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.
- c) construir alianças políticas.
- d) julgar os efeitos previstos para uma política pública.
- e) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

Comentários:

É na fase de construção da agenda que as necessidades/demandas da população (problemas públicos) são incluídas nas prioridades do poder público. Ou seja, uma tarefa típica da fase de construção de agenda é a **organização das demandas sociais**.

Portanto, o gabarito é a letra A.

O gabarito é a letra A.

(CESPE/CEBRASPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao planejamento e à formulação de políticas públicas.

I A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas; nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas é designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

II A criação de políticas públicas envolve unicamente as seguintes atividades, que compõem o ciclo das políticas públicas e ocorrem como uma progressão linear: formulação, implementação e avaliação.

III Na fase de implementação, regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções a ações.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

A **primeira assertiva** está considerada correta pela banca. De fato, o ciclo de políticas públicas é composto por diversas “etapas”. Conforme explica Secchi, o ciclo de políticas públicas “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”.¹⁰³

Contudo, a banca “forçou a barra” ao considerar que “**designar atores** responsáveis pela execução de **tarefas intermediárias**” é uma atividade típica da etapa de construção de agendas.

A **designação de atores** responsáveis pela execução de tarefas intermediárias está relacionada à etapa de **Formulação de Políticas**.

Nesse sentido, de acordo com o IPEA, “a **formulação da política** envolve um conjunto de instituições e atores na busca de objetivos relacionados a demandas de determinado público-alvo envolvido em um problema específico”. De acordo com o modelo proposto pelo Instituto, é nessa etapa que a política é “**desenhada**” e “**caracterizada**”. Para o IPEA, a fase de caracterização das políticas públicas envolve as **seguintes fases**:

Diagnóstico do problema: Quais são as causas do problema?

Objetivo: Para que serve a política pública?

¹⁰³ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.43

Público-alvo: Para quem é desenhada política pública? Quem é o beneficiário da ação pública?

Meios e Instrumentos: Como será implementada a política pública?

Atores e Arranjo Institucional: Quem (agentes públicos, órgãos, agentes privados, etc.) estará envolvido na política pública e quais serão as suas atribuições e responsabilidades na execução da política pública?

Definição de Metas.

Portanto, a banca deveria ter considerado essa assertiva ERRADA.

Outro fato que corrobora e reforça a ideia de que a banca deveria ter considerado essa assertiva errada é que, na questão anterior (de 2017) a “Letra E” (que foi considerada incorreta pela banca) é praticamente IDÊNTICA a esta assertiva. Vamos comparar as duas assertivas:

(2017) Enunciado da Questão Anterior + Letra E - A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público. (Considerada ERRADA pela banca)

(2020) Assertiva I desta Questão - A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas; nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas é designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público. (Considerada CORRETA pela banca)

Pois é.... As duas assertivas são praticamente idênticas e, portanto, a banca deveria ter considerado que a Assertiva I está ERRADA. Contudo, a banca considerou a assertiva CORRETA.

“E agora, Stefan?”

Infelizmente, esse tipo de coisa acontece. O ideal é não se abalar, e “bola pra frente”!

Você irá perceber que esse descuido da banca não impedia que o aluno marcasse a assertiva correta. Isso, pois, a assertiva II está errada, e a assertiva III está correta. Nesse sentido, não haveria outra resposta “possível”, a não ser considerar as assertivas I e III corretas.

Vejamos as demais assertivas.

A **segunda assertiva** está errada. Nada disso! Conforme vimos, existem diversos modelos de “ciclos” de políticas públicas. Nenhum dos modelos é composto “unicamente” pelas etapas mencionadas na assertiva.

Além disso, está errado dizer que o ciclo ocorre de maneira “linear”. Embora as políticas públicas sejam compostas por diversas “fases” sequenciais e interdependentes, as fases podem ocorrer ao **mesmo tempo** (se **misturarem** e ficarem **sobrepostas** umas às outras) ou até mesmo em uma “ordem” diferente.

A **terceira assertiva** está correta. Isso mesmo! É na etapa de implementação que a política pública é “retirada do papel”. Ou seja, é nessa fase que os **planos e as decisões são colocados em prática**. Em outras palavras, é nessa fase que as ações **começam a ser executadas** (ações) para que a política pública passe a “funcionar na prática” conforme foi planejado e decidido.

O gabarito é a letra C.

7 – Processo de Políticas Públicas

Para Procopiuck, o **processo** de políticas públicas pode ser sintetizado de acordo **06 fases**¹⁰⁴.

Iniciação: Essa fase envolve:

- Pensamento criativo sobre o problema.
- Definição de objetivos.
- Criação de opções.
- Tentativas e exploração preliminar de conceitos, demandas e possibilidades.

Estimação: Trata-se da fase que envolve:

- Investigação de conceitos e de demandas.
- Estimativas de impactos.
- Exame normativo das consequências prováveis.
- Delineamento de um programa.
- Estabelecimento de critérios de desempenho esperado e de indicadores.

Seleção: A fase de seleção envolve:

- Debates sobre as possíveis opções.
- Compromissos, negociações e ajustes de interesses.
- Redução de incertezas sobre as opções.
- Integração de elementos de decisão não racionais e de questões ideológicas.
- Decisão entre as opções.
- Atribuição de responsabilidades para a execução.

¹⁰⁴ Extraído e adaptado de PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo, Atlas: 2013. p. 142

Implementação: Essa fase envolve:

- Desenvolvimento de regras, estruturas de regulação e linhas gerais para execução das decisões.
- Mudança nas decisões para se ajustarem às restrições operacionais.
- Transformação das decisões em termos operacionais.**
- Elaboração de um programa com objetivos e padrões de desempenho, incluindo cronogramas de operações.

Avaliação: Trata-se da fase que envolve:

- Comparação** entre o **desempenho real** e o **desempenho esperado** em termos dos critérios estabelecidos previamente.
- Atribuição de responsabilidades em relação às discrepâncias observadas no desempenho.

Conclusão: A fase de conclusão envolve:

- Determinação dos custos, das consequências e dos benefícios** decorrentes das ações adotadas na política.
- Comparar o que foi necessário e o que foi requisitado.
- Especificar os problemas detectados no momento da conclusão.



(CESPE/CEBRASPE – TJ-PA – Analista Judiciário - 2020)

As políticas públicas são elementos fundamentais para a formação de programas de ação governamental. Esse processo pode ser sintetizado em seis fases, entre as quais se inclui a fase de seleção, a qual envolve a

- a) definição de objetivos.
- b) investigação de conceitos e demandas.
- c) definição das estimativas de impacto.
- d) transformação das decisões em termos operacionais.
- e) integração de elementos de decisão não racionais e ideológicos.

Comentários:

Letra A: errada. A definição de objetivos está relacionada à fase de **Iniciação**.

Letra B: errada. A investigação de conceitos e demandas está relacionada à fase de **Estimação**.

Letra C: errada. A estimativa de impacto está relacionada à fase de **Estimação**.

Letra D: errada. A transformação das decisões em termos operacionais está relacionada à fase de **Implementação**.

Letra E: correta. Isso mesmo! A fase de seleção envolve:

- Debates sobre as possíveis opções.
- Compromissos, negociações e ajustes de interesses.
- Redução de incertezas sobre as opções.
- Integração de elementos de decisão não racionais e de questões ideológicas.**
- Decisão entre as opções.
- Atribuição de responsabilidades para a execução.

O gabarito é a letra E.

8 – Modelo Lógico

Conforme explica Sousa, o **modelo lógico** consiste em uma “**representação gráfica** da teoria de **funcionamento** de um programa, benefício, serviço ou **política pública** que retrata as relações entre os **componentes necessários** a sua implementação e os **efeitos esperados** sobre a população.” O autor explica que o modelo “não pretende ser um retrato preciso da realidade, mas um **recurso analítico** importante para se **compreender melhor o processo de construção** de uma ação pública” sendo que “a principal preocupação dessa ferramenta não é gerar medidas, mas **descrever** de forma **clara e sucinta** as **intervenções públicas**”.¹⁰⁵

O modelo lógico é uma **metodologia de formulação de políticas públicas** formado por **05 componentes (elementos)**¹⁰⁶:

Insumos: Referem-se aos **recursos** do setor público (orçamentários ou não) necessários para atingir os objetivos da política pública.

¹⁰⁵ SOUSA, M. F. **Modelo Lógico**. CGIN/DECON/SENARC/SEDS/MC. 2019.

¹⁰⁶ Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post**. Volume 2. Brasília, 2018.

Processos: São as **ações** que combinam os recursos disponíveis para produzir bens e serviços a fim de atacar as causas do problema.

Produtos: São os **bens** ou **serviços resultantes de um processo**, ou seja, as **entregas** (outputs) que a política pública faz para atacar as causas do problema e gerar resultados.

Resultados: São **mudanças** incidentes sobre as causas do problema, que **decorrem de um ou mais produtos**.

Impactos: **Mudança de longo prazo** no problema que a política busca enfrentar, **alinhado aos objetivos** da política. Ou seja, tratam-se das contribuições da política pública para determinadas mudanças sociais.

O **modelo lógico** exibe a **relação lógica causal entre esses 05 componentes**, “explicitando os mecanismos por meio dos quais visa-se obter os resultados e impactos indicados a curto, médio e longo prazos. Isso permite testar a consistência do encadeamento lógico desses componentes, orientando e identificando fragilidades para a sua execução com **foco nos resultados e impactos pretendidos**”.¹⁰⁷

O governo federal destaca que “na **avaliação ex post**, o **modelo lógico** permite comparar o que era esperado da política com o que se realizou com a sua execução até o momento atual. Destaca-se que já **desde o início da execução** da política pública, já se pode retomar o modelo lógico e apresentar os indicadores associados a cada um dos seus componentes que tenham sido produzidos ou evidenciados.”¹⁰⁸



¹⁰⁷ Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.

¹⁰⁸ Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.



(CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas composta pelos seguintes elementos: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

Comentários:

Isso mesmo! O modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas formado por 05 componentes (elementos):

- Insumos
- Processos
- Produtos
- Resultados
- Impactos

Gabarito: correta.

RESUMO ESTRATÉGICO

Conceito de Políticas Públicas

As políticas públicas consistem em um **conjunto de decisões, ações e atividades** que o governo desempenha para alcançar resultados que **melhorem a vida dos cidadãos**.

Ou seja, trata-se de um conjunto de **ações, planos, metas e objetivos** que o governo traça, com o objetivo de alcançar o **bem-estar social (bem comum)**.

Problema Público

Sjöblom define **problema público** como “a **diferença** entre a **situação atual** e uma **situação ideal** possível. Um problema existe quando o **status quo** é considerado **inadequado** e quando existe a **expectativa do alcance de uma situação melhor**.¹⁰⁹

Um problema só pode ser considerado “público” quando ele é **relevante** para a **coletividade** (é relevante para uma quantidade notável de pessoas).

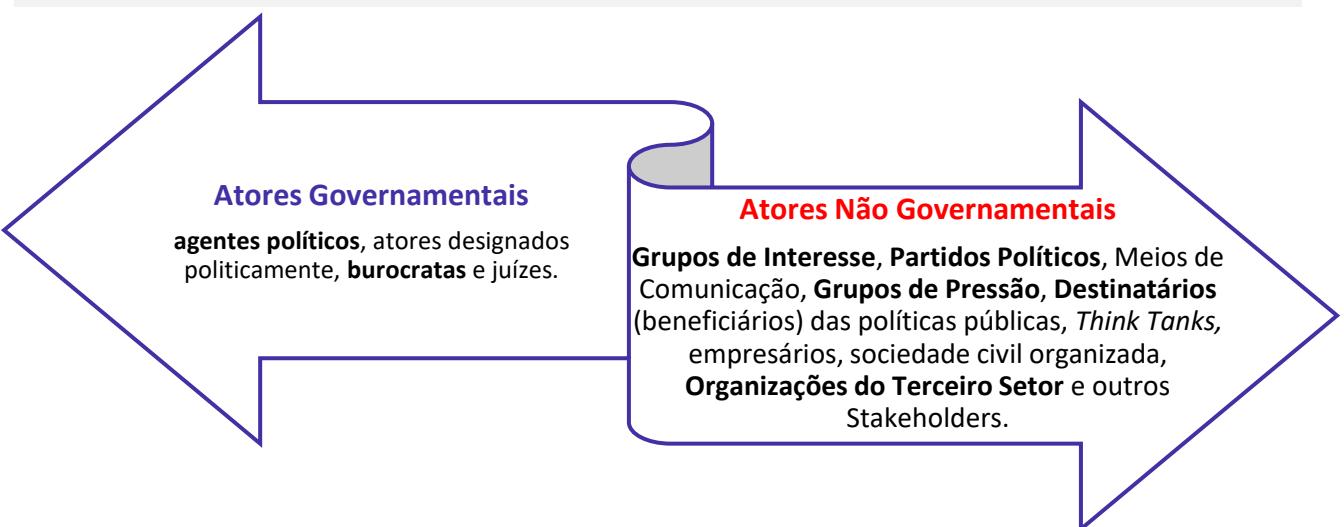


Abordagem Estatista x Abordagem Multicêntrica

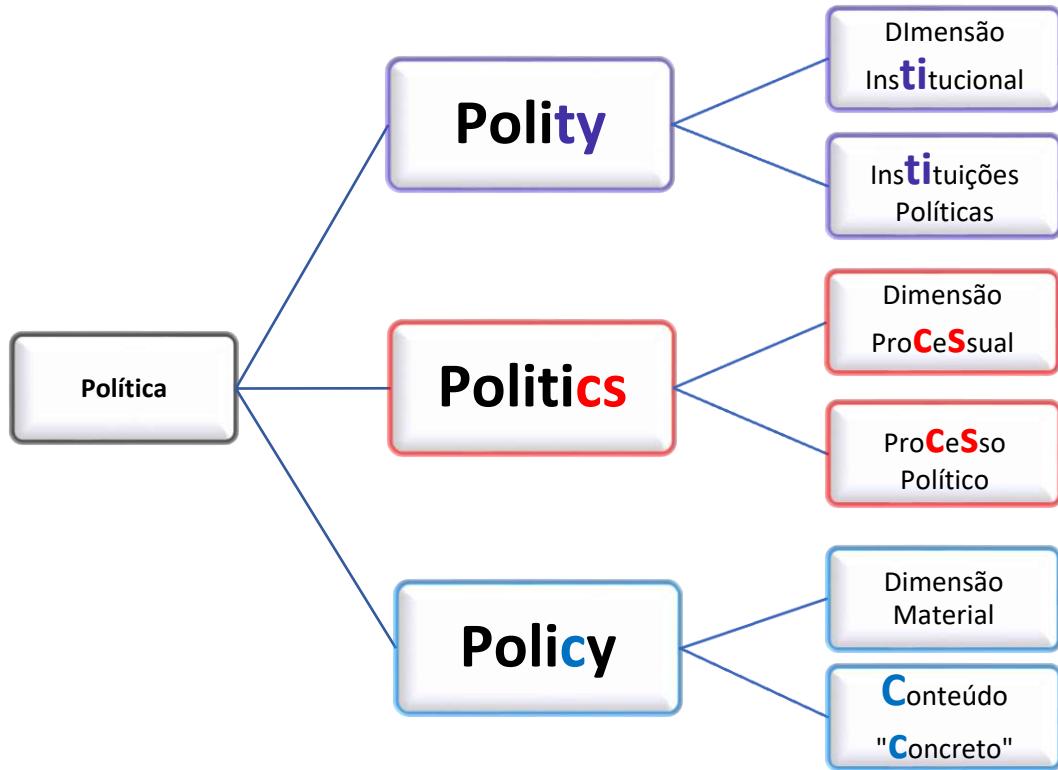
¹⁰⁹ SJÖBLOM (1984) *apud* SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.10



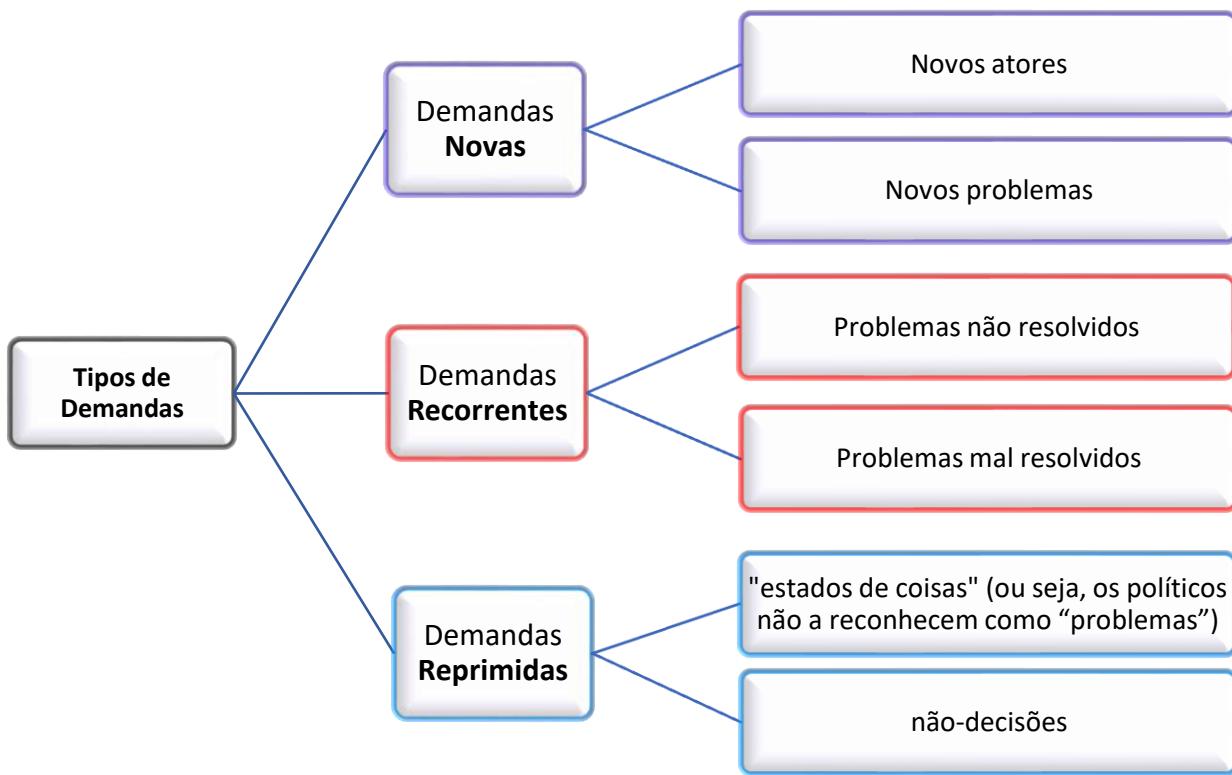
Atores



Dimensões da Política



Tipos de Demandas

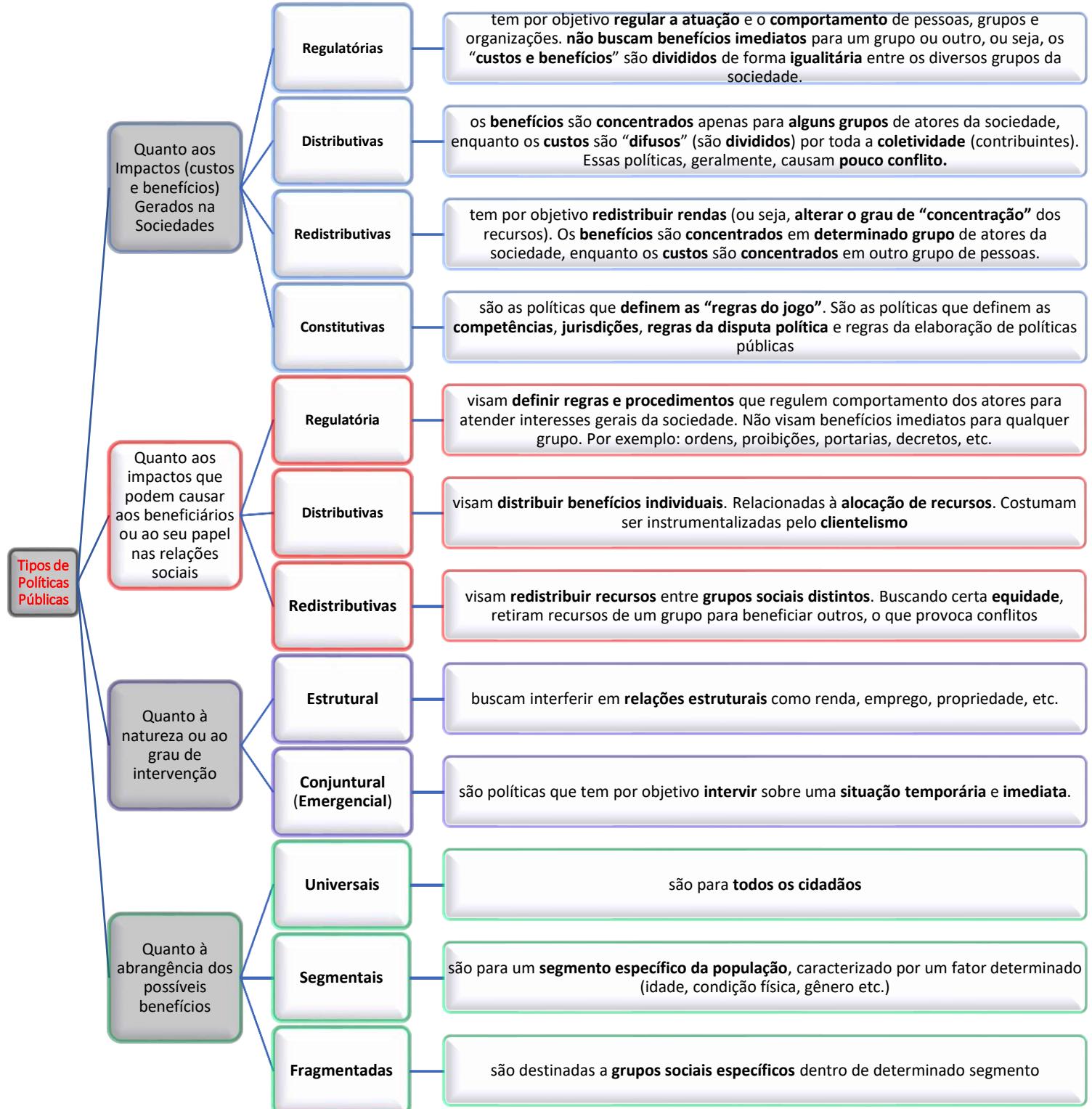


Política Pública x Decisão Política

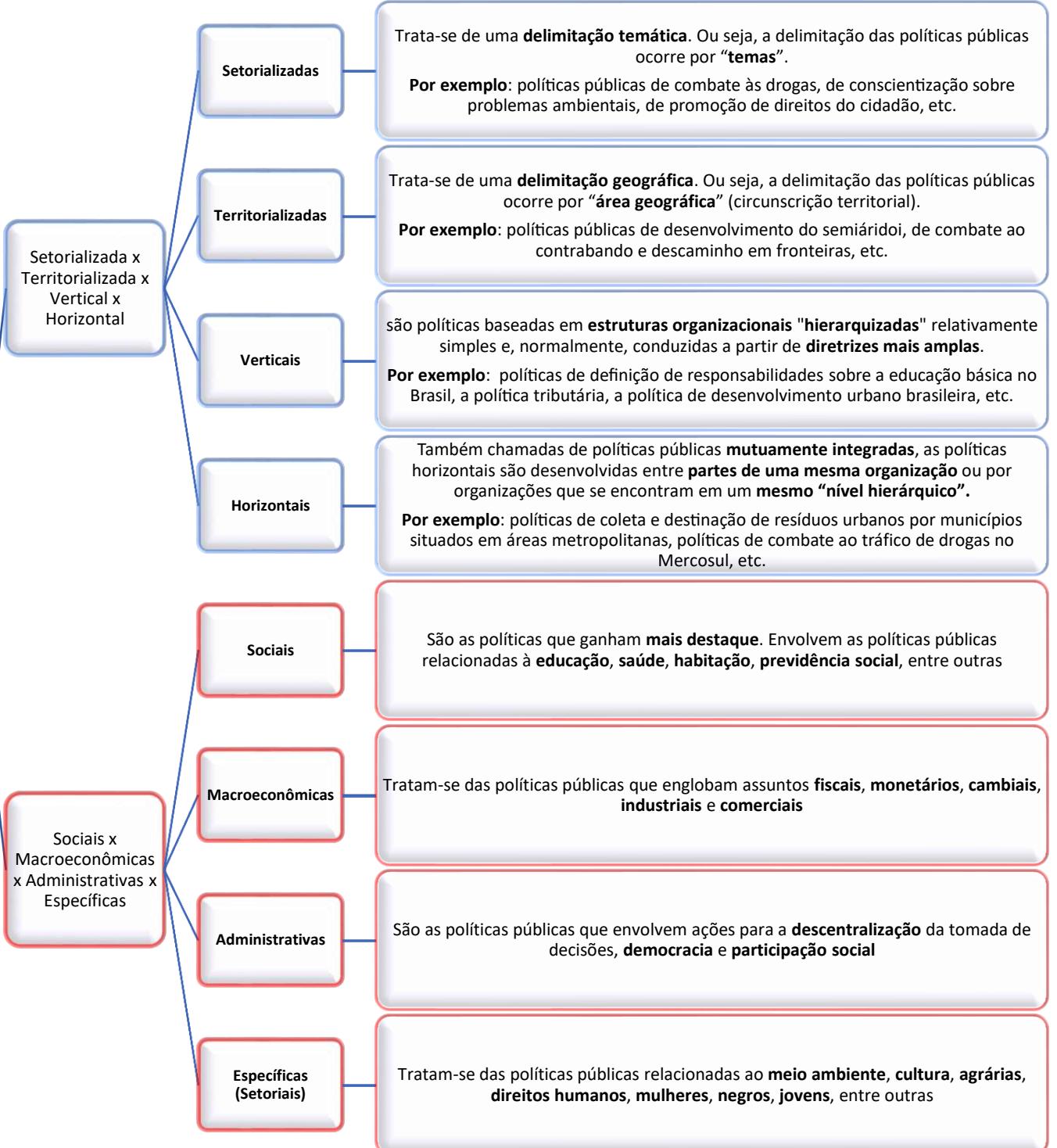
A **política pública**, normalmente, **envolve mais do que uma decisão** e requer **diversas ações estratégicamente selecionadas para implementar** as decisões tomadas. A **decisão política** por sua vez, corresponde a **uma escolha** dentre um leque de alternativas, conforme a **hierarquia das preferências dos atores envolvidos**, expressando (em maior ou menor grau) uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Portanto, pode-se dizer que uma **política pública** depende de **decisões políticas** (ou seja, a **política pública é resultado de decisões políticas**); contudo, nem toda **decisão política** chega a constituir uma **política pública**.¹¹⁰

Tipos de Políticas Públicas

¹¹⁰ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.



Tipos de Políticas Públicas

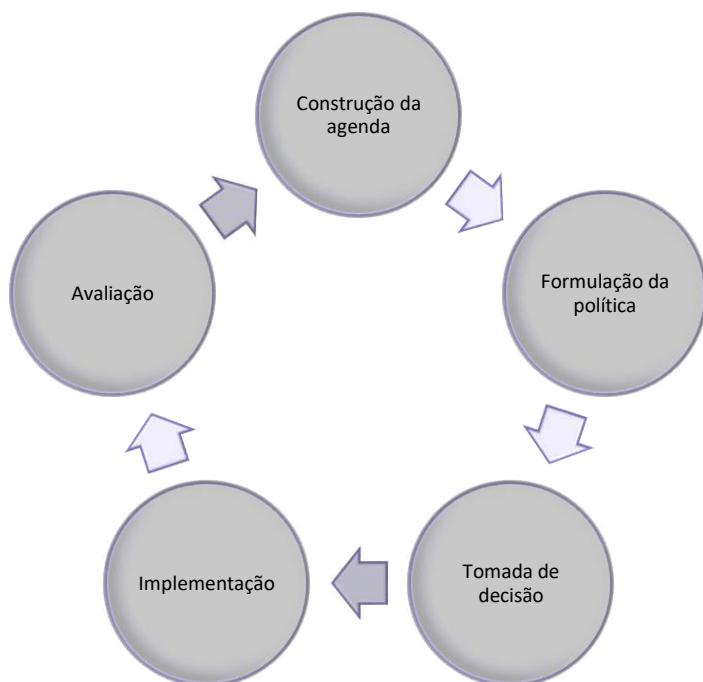


Ciclo de Políticas Públicas

Conforme explica Secchi, o **ciclo de políticas públicas** “é um esquema de visualização e interpretação que **organiza** a vida de uma política pública em **fases sequenciais e interdependentes**”.¹¹¹

Contudo, o autor explica que o ciclo de políticas públicas **raramente reflete a real dinâmica** (ou vida) de uma política pública, tendo em vista que as **fases**, normalmente, se apresentam **misturadas** e as **sequências se alternam**.

Ou seja, as políticas públicas são compostas por diversas “fases” sequenciais e interdependentes. Contudo, vale dizer que as fases **podem ocorrer ao mesmo tempo** (se misturarem e ficarem sobrepostas umas às outras) ou até mesmo em uma “**ordem**” diferente.



Construção da Agenda

A **agenda** consiste em um **conjunto de problemas** ou **temas** considerados **relevantes**.

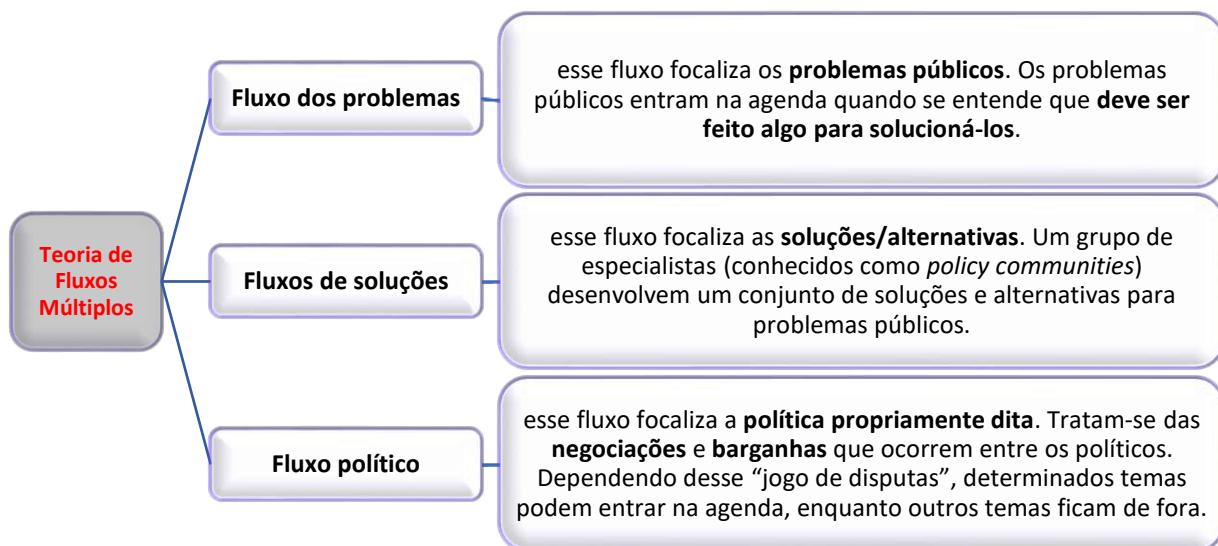
Para Kingdon¹¹², a **agenda** consiste em uma “**lista de temas** ou **problemas** que são alvo em dado momento de **séria atenção**, tanto por parte das **autoridades governamentais** como de **pessoas fora do governo**, mas **estritamente associada às autoridades**.”

¹¹¹ SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. p.43
¹¹² KINGDON (2007)

A **construção da agenda** é a **primeira fase** do ciclo de políticas públicas. Nessa fase, o que se busca é **identificar os problemas públicos** que podem ser **soltionados** por meio das **políticas públicas**.

Ou seja, a **construção da agenda** começa com a **identificação do problema público**. Isto engloba a percepção do problema, a definição ou delimitação do problema e a **avaliação da possibilidade de resolução**.

Teoria dos Fluxos Múltiplos



As **janelas de oportunidades** consistem em “**momentos críticos**”, que ocorrem quando há a **convergência dos 03 fluxos, abrindo** (por um curto espaço de tempo) **oportunidades** para os grupos de interesse “**defenderem**” suas propostas e **pressionarem o governo** para que seus problemas **sejam solucionados**.

Formulação das Políticas Públicas

A etapa de **formulação de políticas públicas** envolve o **estabelecimento de objetivos**, bem como o **desenvolvimento, seleção e especificação** das **alternativas** consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.

Em outras palavras, é na etapa de **formulação de políticas públicas** que são estabelecidos os **objetivos** e selecionadas as **soluções** (entre as alternativas disponíveis) que resolverão os problemas de forma mais **eficiente, eficaz e efetiva**.

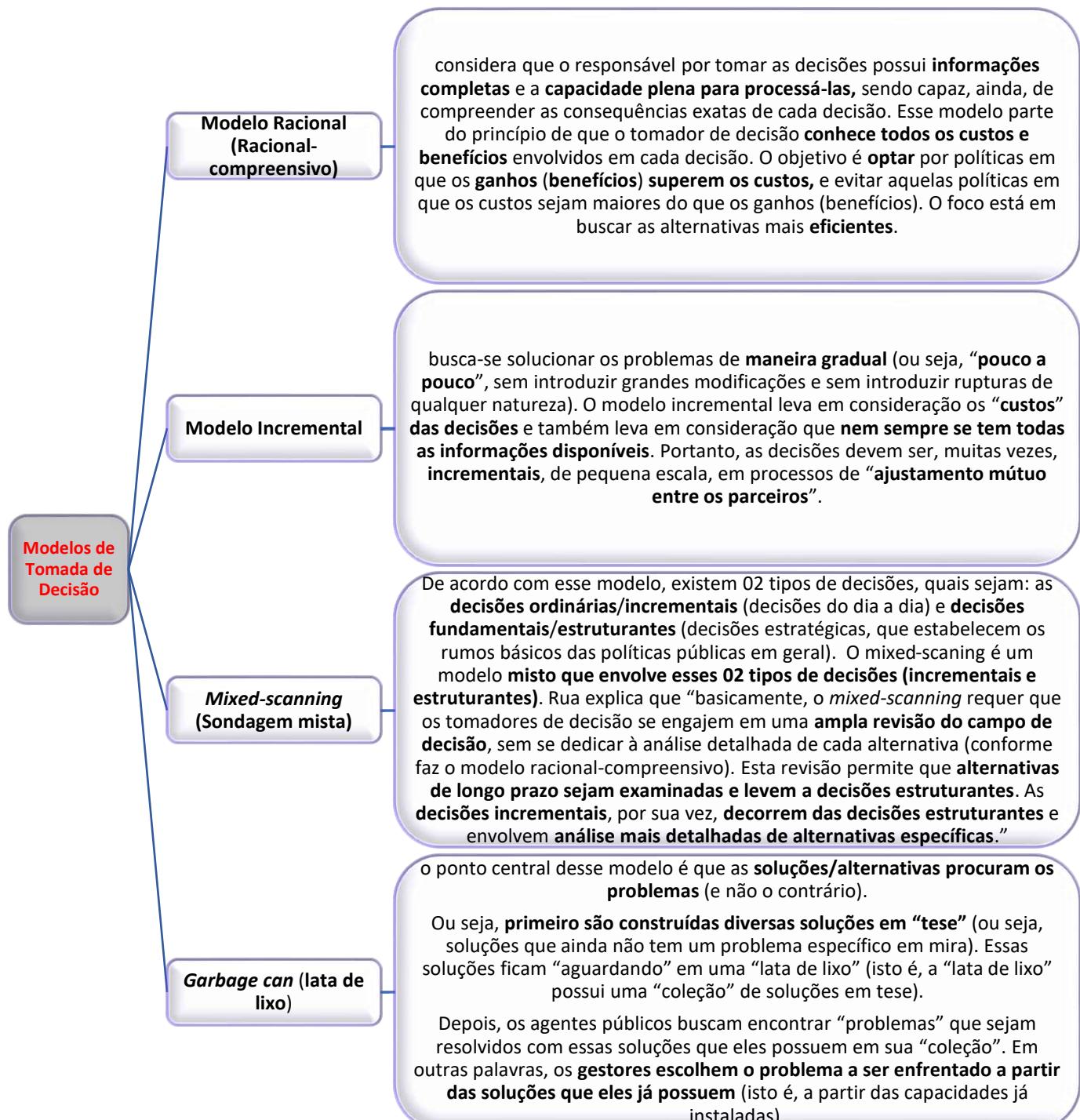
Vejamos, na tabela a seguir extraída e adaptada da obra de Paludo, algumas **abordagens/modelos** de **formulação/análise de políticas públicas** destacadas pelo autor:¹¹³

¹¹³ Transcrito e adaptado de PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*, 8ª edição. Rio de Janeiro, Editora Método: 2019. pp.515-516

Abordagem	Características
Institucional Clássica	<p>-Essa abordagem enfatiza o papel do Estado na concepção e implementação das políticas públicas. O foco está em entender como são definidas a estrutura e a organização, como são distribuídos os deveres e funções das instituições governamentais específicas.</p> <p>-As instituições governamentais são vistas como padrões estruturados de comportamento de indivíduos e grupos com capacidade de influenciar a formulação da política pública. As instituições podem ser estruturadas com a função de facilitar ou obstar (dificultar) o andamento das políticas públicas, em função de diferentes interesses.</p>
Neoinstitucionalista	<p>-Essa abordagem é um contraponto ao modelo Institucional Clássico.</p> <p>-As instituições políticas não são vistas como simples ecos de forças sociais, e as estruturas institucionais são mais do que uma “arena de competição” entre interesses rivais.</p> <p>-As instituições, além de estruturarem políticas, pautam o comportamento de atores sociais por definirem quem é capaz de participar em determinada arena política; estruturar várias estratégias políticas dos atores, e sem depender de que existam consensos ou de influenciarem o que tais atores acreditam ser possível e desejável. ou seja, as suas preferências.</p> <p>-Os atores políticos são dirigidos por deveres e papéis institucionais (ao invés de serem dirigidos por egoísmo calculado) e a política é organizada em torno da construção e da interpretação de significados (ao invés da criação de escolhas).</p>
Processual	<p>-Essa abordagem tem foco no processo político, visto como atividades políticas são estruturadas sequencial e logicamente em fase de identificação de situação-problema, formulação de agenda, legitimação, implementação e avaliação.</p>
Grupos de Interesse	<p>-De acordo com a Teoria dos Grupos, as políticas públicas podem ser vistas como resultado da articulação organizada de individuos ou organizações com interesses convergentes, que utilizam influência e poder de pressão para impor ao Estado a adoção de medidas que os beneficiem. Há duas formas de configuração de tais grupos:</p> <p>Grupo de interesse: é formado por pessoas físicas e/ou jurídicas que, explicita ou implicitamente, defendem determinados propósitos, interesses, aspirações ou direitos que lhes coloquem em situação de vantagem em relação ao restante da sociedade ou de outros grupos quanto à alocação de recursos ou de poder.</p> <p>Grupo de pressão: é o grupo de interesse detentor e com potencial de utilizar ativa e intencionalmente recursos humanos e materiais para a priorizar seus objetivos em discussões políticas até atingi-los. Os objetivos podem ser no sentido de defesa de mudança ou de manutenção do status quo.</p>
Racional	<p>-De acordo com essa abordagem, a política pública resulta do cumprimento eficiente de metas metodológica e rationalmente predefinidas.</p> <p>-Essa abordagem defende a ideia de que a racionalidade leva à elevação da eficiência na aplicação de recursos para obtenção de resultados otimizados. A eficiência da política pública, por sua vez, resultaria do cálculo do nível de satisfação ou insatisfação gerado para elevar valores social, política e economicamente demandados pela sociedade.</p> <p>-Essa abordagem parte do princípio de que os tomadores de decisão são conhecedores das preferências e valores da sociedade e sua importância relativa e que eles detêm domínio sobre as alternativas políticas possíveis, bem como o controle sobre suas consequências.</p> <p>-Os cálculos sobre as relações entre custos e benefícios se constituem nos parâmetros decisórios para escolha de alternativas mais eficientes.</p>
Sistêmica	<p>-De acordo com a abordagem sistêmica, a política pública é resultado da manifestação do sistema político para atender às necessidades e forças originadas na sociedade.</p> <p>-As demandas e forças externas são os inputs. O sistema político representa o meio de processamento de meios para atendê-las. E a política pública, por fim, representa o output (ou seja, a resposta à sociedade).</p> <p>-O sistema político é formado por estruturas e processos inter-relacionados destinados a alocar autoritariamente valores e recursos para a sociedade.</p> <p>-O sistema é formado por instituições e atividades em funcionamento para transformar demandas em decisões impositivas para execução legitimada da política pública.</p>

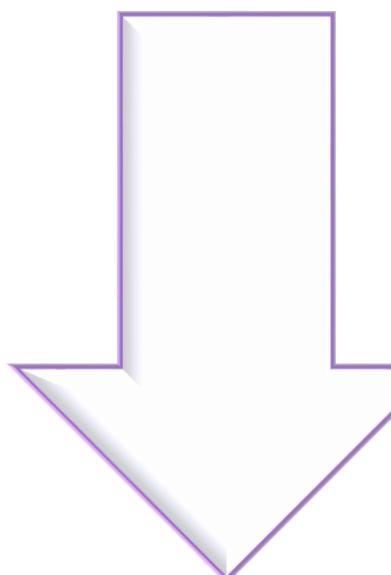
Tomada de Decisões

A tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos **escolhem** (entre as **alternativas disponíveis**) aquela alternativa que eles entendem ser a **melhor solução** para o problema.



Implementação

A **implementação** é a etapa em que a política pública é “**retirada do papel**”. Ou seja, é nessa fase que os **planos** e as **decisões** são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as **ações** começam a ser **executadas** para que a política pública passe a “**funcionar na prática**” conforme foi planejado e decidido.

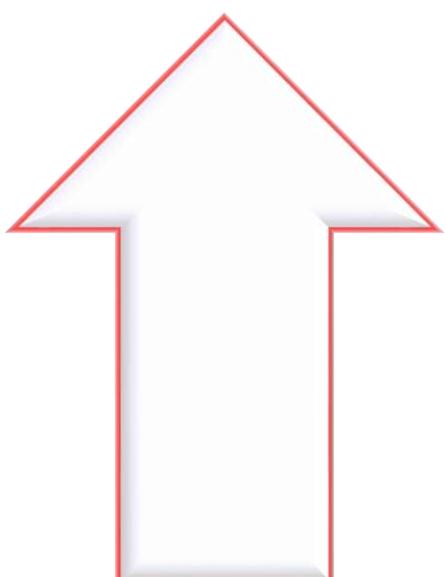


Modelo top-down (de cima para baixo):

é caracterizado pela clara **separação** entre o momento da **tomada de decisão** (realizado pelos “**agentes políticos**”, tomadores de decisão) e o momento de **implementação** (realizado pela “**burocracia**”, executores). Em outras palavras, existe a clara distinção entre **Política** (agente políticos, tomadores de decisão, considerado um processo mais “importante”) e **Administração** (burocracia, executores, considerado um processo menos “importante”). Trata-se de um **processo linear** de implementação de políticas públicas.

Portanto, o papel da burocracia (por exemplo: professores, médicos, polícias) é apenas de executar as políticas públicas que foram decididas pelos agentes políticos. **A burocracia não tem qualquer poder decisório** (ou seja, as decisões “vem de cima”, e a burocracia apenas executa).

Trata-se de um modelo que produz uma **lentidão no processo decisório** (afinal, as demandas dependem da decisão de escalões superiores).



Modelo bottom-up (de baixo para cima):

esse modelo é caracterizado pela **maior liberdade dos “burocratas”** e de outros atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Ou seja, os **implementadores (executores)** de políticas públicas **participam** mais do processo e tem uma **maior liberdade para decidirem** sobre “soluções” durante a implementação das políticas públicas (posteriormente, os tomadores de decisão dos altos escalões “legitimam” as práticas que foram adotadas pelos burocratas).

Ou seja, a ideia é que os “executores” das políticas públicas também exerçam influência sobre o processo de implementação. Ou seja, “o formato que a política pública adquiriu após a tomada de decisão **não é definitivo**, e a **política pública é modificável** por aqueles que a implementam no dia a dia.” À vista disso, alguns autores consideram que, no modelo bottom-up, o **principal ator é o burocrata**.

Trata-se de um modelo com maior **flexibilidade no processo decisório**.

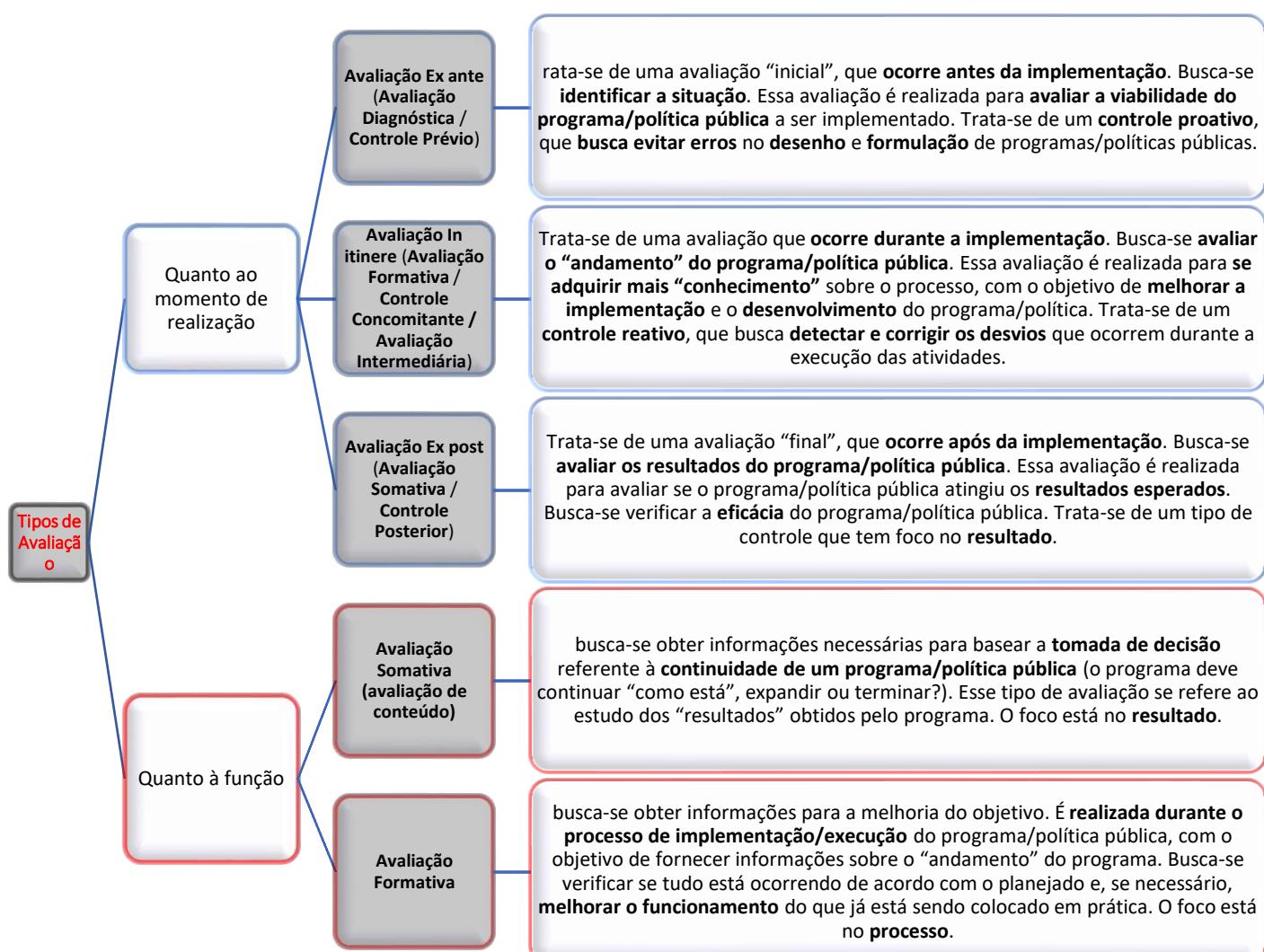
Existe um modelo caracterizado pela **junção dos dois modelos (top-down e bottom-up)**, conhecido como **modelo híbrido**. Nesse sentido, Antunes explica que, “a partir dos anos 90, com a Reforma do Estado, a maioria das políticas públicas passaram a ser implementadas com a **junção dos dois modelos, de forma híbrida**.¹¹⁴

¹¹⁴ ANTUNES, Flávia. *O Ciclo de Políticas Públicas*. Gestão em Pauta. 2016.

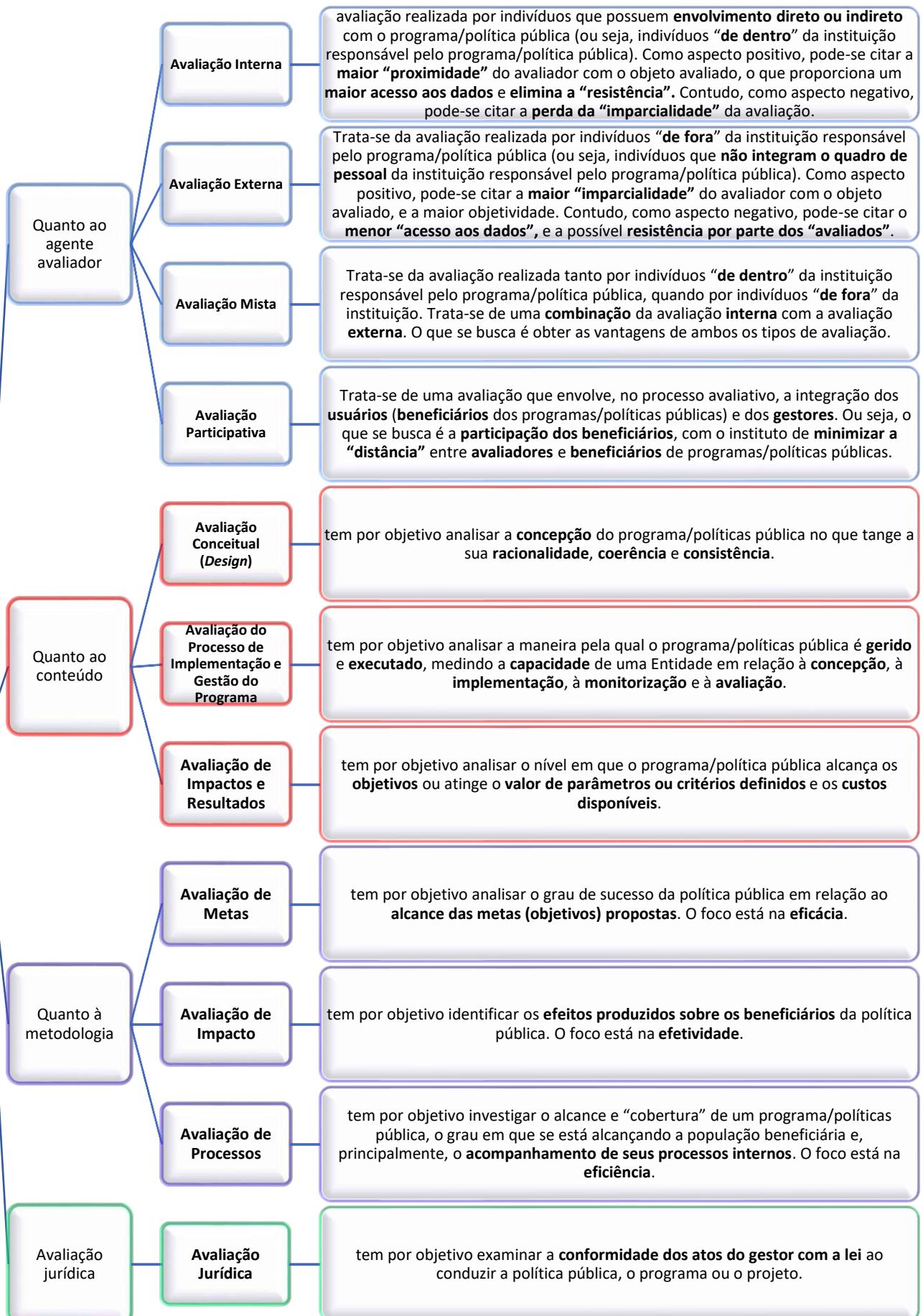
Avaliação

Secchi explica que “a **avaliação** é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são **examinados** com o intuito de conhecer melhor o **estado** da política e o **nível de redução do problema** que a gerou. É o momento-chave para a produção de **feedback** sobre as **fases antecedentes**.”

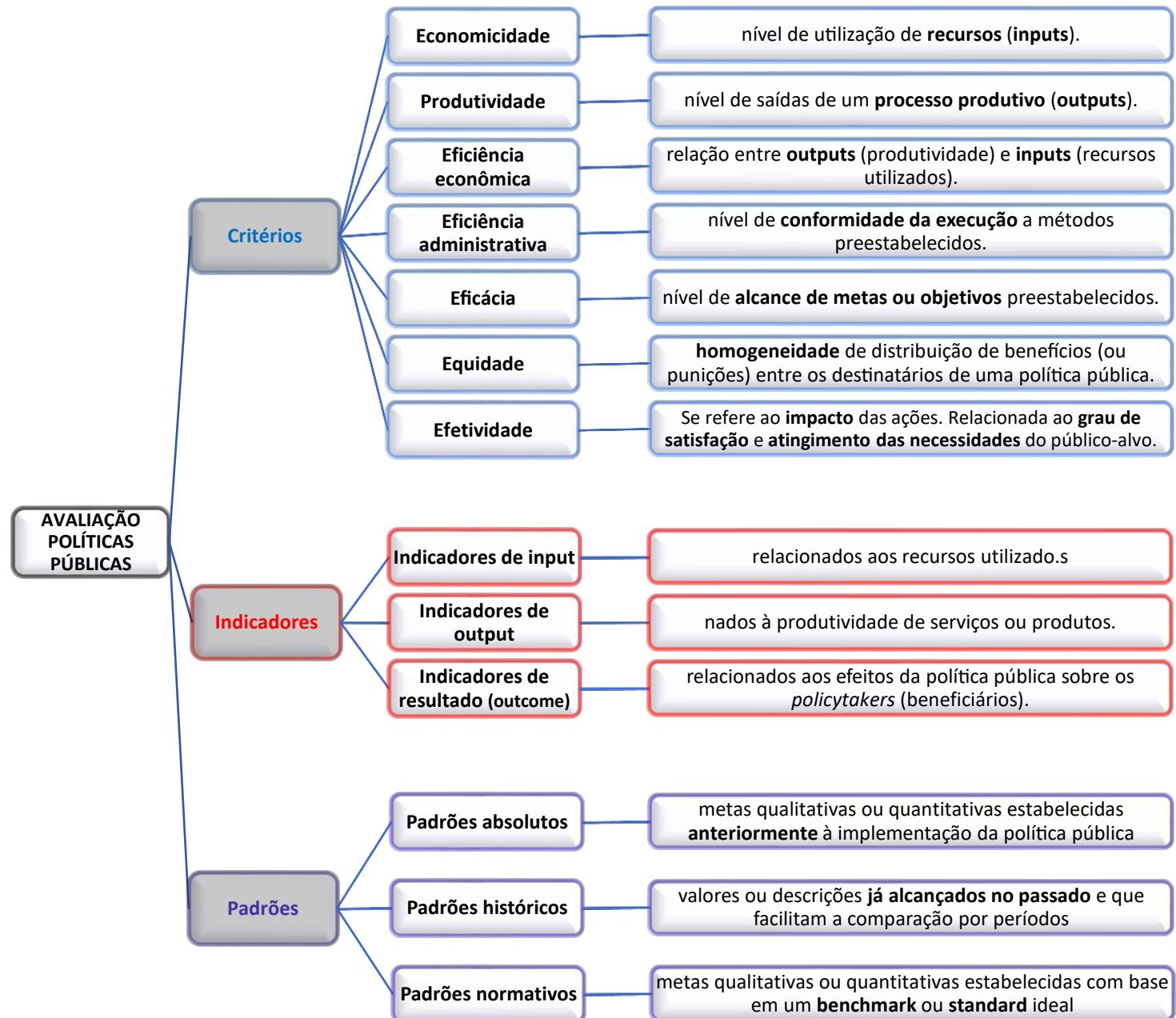
Ou seja, é na etapa de avaliação que são analisados o “**andamento**” e os **resultados** das políticas públicas. O que se busca é verificar se as **ações** e os **resultados** atingidos estão de acordo com tudo que foi **planejado anteriormente**. Ou seja, busca-se verificar o “nível de redução do problema público” (isto é, busca-se verificar se o *status quo* foi alterado de forma a **reduzir ou eliminar** o “problema público”). Busca-se avaliar os “**benefícios**” gerados pela política pública. Portanto, pode-se dizer que a etapa de avaliação está **relacionada ao desempenho** da política pública.

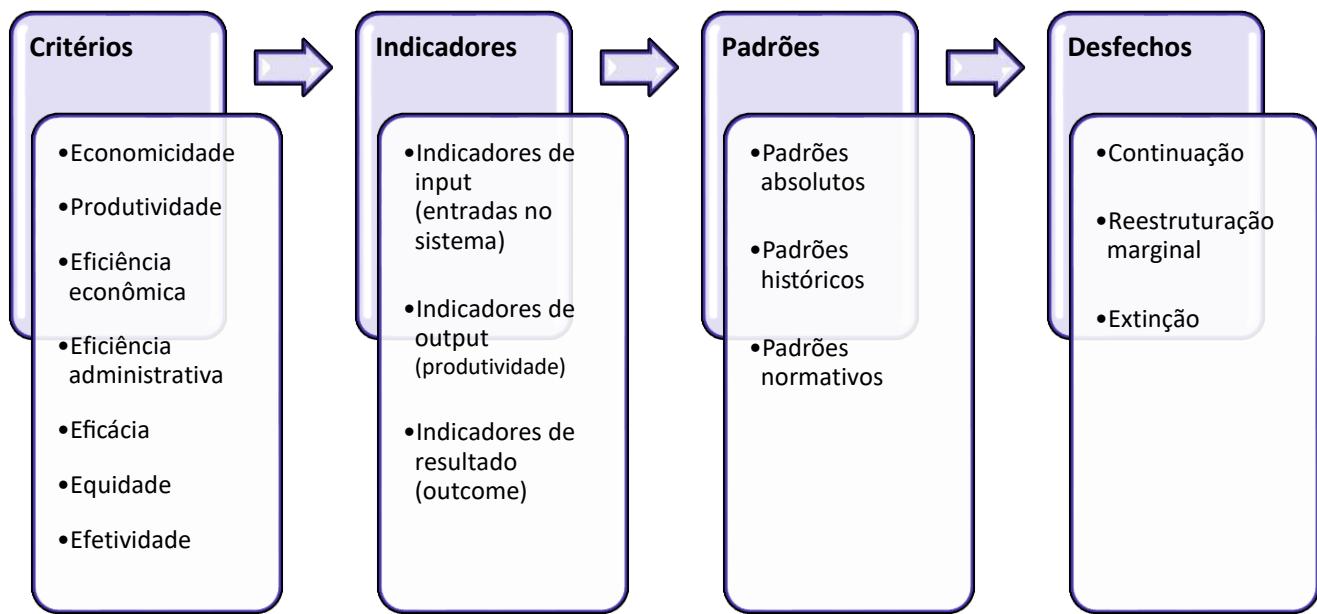


Tipos de Avaliação



Critérios, indicadores e padrões





Análise Custo-Benefício x Análise Custo-Efetividade

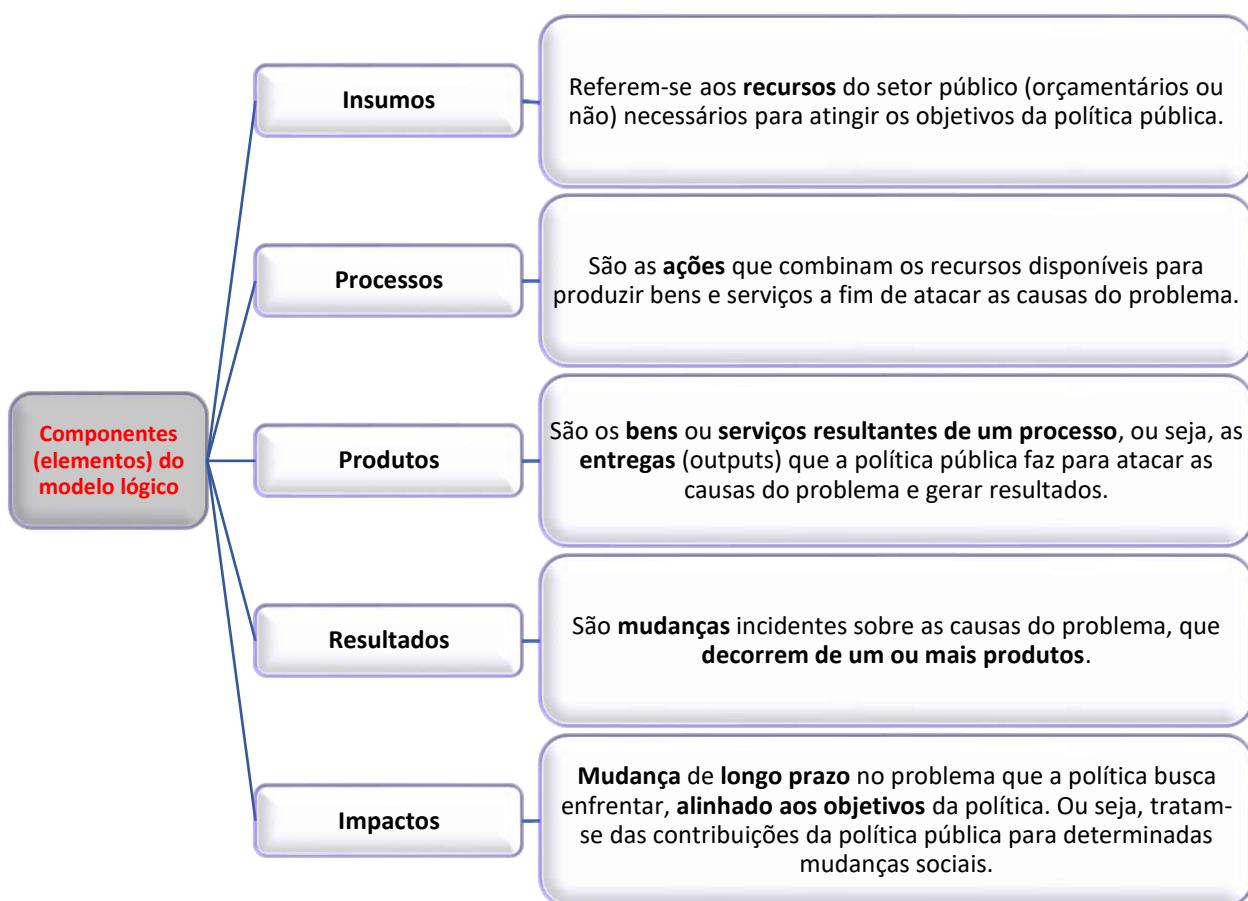


Fases do Processo de Políticas Públicas (Procopiuck)

Fases	A fase envolve:
Iniciação	<ul style="list-style-type: none"> -Pensamento criativo sobre o problema. -Definição de objetivos. -Criação de opções. -Tentativas e exploração preliminar de conceitos, demandas e possibilidades.
Estimação	<ul style="list-style-type: none"> -Investigação de conceitos e de demandas. -Estimativas de impactos. -Exame normativo das consequências prováveis. -Delineamento de um programa. -Estabelecimento de critérios de desempenho esperado e de indicadores.
Seleção	<ul style="list-style-type: none"> -Debates sobre as possíveis opções. -Compromissos, negociações e ajustes de interesses. -Redução de incertezas sobre as opções. -Integração de elementos de decisão não racionais e de questões ideológicas. -Decisão entre as opções. -Atribuição de responsabilidades para a execução.
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento de regras, estruturas de regulação e linhas gerais para execução das decisões. -Mudança nas decisões para se ajustarem às restrições operacionais. -Transformação das decisões em termos operacionais. -Elaboração de um programa com objetivos e padrões de desempenho, incluindo cronogramas de operações.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> -Comparação entre o desempenho real e o desempenho esperado em termos dos critérios estabelecidos previamente. -Atribuição de responsabilidades em relação às discrepâncias observadas no desempenho.
Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> -Determinação dos custos, das consequências e dos benefícios decorrentes das ações adotadas na política. -Comparar o que foi necessário e o que foi requisitado. -Especificar os problemas detectados no momento da conclusão.

Modelo Lógico

Conforme explica Sousa, o **modelo lógico** consiste em uma “**representação gráfica** da teoria de **funcionamento** de um programa, benefício, serviço ou **política pública** que retrata as relações entre os **componentes necessários** a sua implementação e os **efeitos esperados** sobre a população.” O autor explica que o modelo “não pretende ser um retrato preciso da realidade, mas um **recurso analítico** importante para se **compreender melhor o processo de construção** de uma ação pública” sendo que “a principal preocupação dessa ferramenta não é gerar medidas, mas **descrever** de forma **clara e sucinta** as **intervenções públicas**”.¹¹⁵



O **modelo lógico** exibe a **relação lógica causal entre esses 05 componentes**, “explicitando os mecanismos por meio dos quais visa-se obter os resultados e impactos indicados a curto, médio e longo prazos. Isso permite testar a consistência do encadeamento lógico desses componentes, orientando e identificando fragilidades para a sua execução com **foco nos resultados e impactos pretendidos**”.¹¹⁶

¹¹⁵ SOUSA, M. F. *Modelo Lógico*. CGIN/DECON/SENARC/SEDS/MC. 2019.

¹¹⁶ Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV – Senado Federal - Analista Legislativo – Administração – 2022)

As políticas públicas resultam do processo decisório governamental. Nelas, são identificados problemas, prioridades, estratégias e atores que concorrem para sua execução. E sua avaliação permite aprimorar, inovar e, até mesmo, mudar o rumo da ação governamental.

O processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas é complexo e dinâmico. No entanto, estudos trazem a noção de ciclo de políticas públicas como um referencial para pensar e pôr em prática as políticas públicas. Na perspectiva do ciclo, cada etapa ressalta um aspecto desse processo, sem descartar possibilidades de interação entre cada uma delas.

Considerando o ciclo das políticas públicas, a teoria do equilíbrio pontuado, que ajuda a identificar momentos de estabilidade e de mudanças incrementais no foco das políticas públicas, está melhor relacionada com a seguinte etapa do ciclo:

- a) formulação de alternativas.
- b) avaliação.
- c) tomada de decisão.
- d) formação da agenda.
- e) implementação.

Comentários:

“A **Teoria do Equilíbrio Pontuado** explica o comportamento de **estabilidade e mudança** nos processos políticos em relação à trajetória anterior, enquanto a maior parte dos modelos teóricos concentra-se em explicar a estabilidade ou a mudança nas políticas públicas (True et al., 2007)”.

“A estabilidade e a mudança são elementos importantes para analisar o processo de elaboração das políticas públicas. Alguns modelos de análise foram desenvolvidos para explicar a estabilidade

(Modelo Incremental) ou a mudança (Teoria dos Múltiplos Fluxos). Por sua vez, a Teoria do Equilíbrio Pontuado busca contemplar tanto a estabilidade quanto a mudança de políticas públicas (Bryan; Baumgartner; Jones, 2007)."

Nesse sentido, "A Teoria do Equilíbrio Pontuado analisa esses movimentos no processo das políticas públicas a partir de uma base teórica dupla, que contempla as **instituições políticas** e o **processo decisório** a partir da **racionalidade limitada**. A principal explicação para essa característica do processo de políticas públicas advém da interação de instituições políticas de diversos níveis e o processo decisório marcado pela rationalidade limitada, criando padrões de estabilidade e mobilização. Essa teoria enfatiza dois elementos relacionados ao processo de políticas: a definição do issue e o **estabelecimento da agenda**. Um issue, ou questão de política, é definido pelo discurso público e, na medida em que entra ou sai da agenda, definições de políticas públicas podem ser reforçadas ou questionadas (Bryan; Baumgartner; Jones, 2007)."¹

Portanto, considerando o ciclo das políticas públicas, a teoria do equilíbrio pontuado, que ajuda a identificar momentos de estabilidade e de mudanças incrementais no foco das políticas públicas, está melhor relacionada com a etapa de **formação da agenda**.

O gabarito é a letra D.

2. (FGV – CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle – 2022)

Diversos autores apontam características comuns aos problemas públicos para facilitar o processo de identificação, podendo, assim, o analista de políticas categorizar e buscar soluções para novos desafios a partir de problemas anteriores de natureza semelhante. Entretanto, nem todos os problemas públicos compartilham características. No universo de problemas públicos contemporâneos merecem destaque os *wicked problems*, problemas desestruturados que desafiam continuamente os analistas.

Os *wicked problems* são singulares e diferenciam-se dos demais problemas públicos:

- a) pela dificuldade de serem resolvidos e pelo potencial para criar problemas;
- b) pela complexidade técnica e pelo alto grau de imprevisibilidade, incerteza e risco;
- c) pela interligação com vários outros problemas e por não possuírem uma solução correta ou definitiva;
- d) por não possuírem clara delimitação de fronteiras e por envolverem bens públicos;

¹ CARVALHO, Daniel Izaias de. Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Brasil no período de 1980-2014. UNB. Rev. Serv. Público Brasília 69 (1) 85-110 jan/mar 2018.

e) por envolverem soluções com escolhas trágicas, assim como a redistribuição de riquezas e recursos.

Comentários:

De acordo com a Capella, as características dos *wicked problems* são:²

a) Ausência de uma formulação definitiva: são problemas difíceis de serem definidos porque estão sempre sujeitos à contestação por diferentes grupos sociais. Muitas vezes, as soluções adotadas é que acabam por delimitar o problema.

b) **Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva:** problemas desse tipo não são resolvidos, geralmente desaparecem da agenda ao esgotarem-se os recursos disponíveis para enfrentá-lo.

c) **Inexistência de uma solução correta:** ao contrário de problemas clássicos, passíveis de serem enfrentados pela ciência, as soluções para os wicked problems não se encaixam nas categorias “falso ou verdadeiro”, ou “certo ou errado”. Soluções são apenas “melhores” ou “piores”.

d) Impossibilidade de testar soluções previamente: cada wicked problem é único e específico para seu contexto, o que torna inviável transpor soluções de um caso para outro.

e) **Interligação a diversos outros problemas:** os wicked problems estão sempre interligados a outros problemas e cada tentativa de solução pode gerar consequências imprevistas ou novos problemas. Assim, as ações adotadas não podem ser rapidamente desfeitas, limitando a oportunidade para aprendizado por meio de tentativa e erro.

f) São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados que disputam sobre as interpretações em torno da natureza do problema.

Portanto, a única alternativa que trouxe uma das características dos wicked problems foi a letra C.

Todas as demais alternativas trouxeram características dos “demais problemas públicos” (ou seja, características dos problemas públicos “em geral”).

O gabarito é a letra C.

3. (FGV – CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle - Auditoria e Fiscalização – 2022)

² Peters (2015) apud CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP. pp, 27-28.

A análise de políticas públicas pode ser entendida como a atividade orientada para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados à resolução de problemas públicos. Para tanto, se faz necessário compreender as diferentes formas de avaliar e identificar ineficiências antes, durante e depois da implementação de políticas públicas. Essa avaliação, quando feita de forma preliminar à tomada de decisão, é denominada ex ante.

Essa metodologia ocorre:

- a) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa ao monitoramento da política pública em andamento;
- b) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a orientar a decisão para que a política pública formulada seja a mais efetiva, eficaz e eficiente;
- c) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a produzir propostas de melhoria de políticas públicas já instituídas;
- d) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar os impactos de políticas públicas após sua implementação;
- e) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar o custo-benefício da política pública implementada.

Comentários:

A Avaliação Ex ante (Avaliação Diagnóstica / Controle Prévio) trata-se de uma avaliação “inicial”, que ocorre antes da implementação. Busca-se identificar a situação. Essa avaliação é realizada para avaliar a viabilidade do programa/política pública a ser implementado. Trata-se de um controle proativo, que busca evitar erros no desenho e formulação de programas/políticas públicas.

Portanto, a única alternativa que trouxe conceito relacionado à avaliação ex ante foi a letra B.

O gabarito é a letra B.

4. (FGV – Câmara de Aracajú-SE – Analista Administrativo - 2021)

O conceito de política pública modificou-se ao longo das últimas décadas. Atualmente considera-se que as políticas públicas têm uma natureza bastante complexa e controversa. O ciclo clássico de políticas públicas que englobava três etapas foi ampliado, no sentido de se compreender melhor seu processo.

Considerando essa nova perspectiva, as fases e a respectiva ordem de desenvolvimento das políticas públicas são:

- a) agenda, formulação, estratégia, execução, implementação e monitoramento;

- b) formação da agenda, decisão de implementação, execução e monitoramento;
- c) agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação;
- d) formulação, execução, implementação, acompanhamento e avaliação;
- e) agenda, formulação, execução, monitoramento e avaliação.

Comentários:

A assertiva levou em consideração o ciclo de políticas públicas proposto por Saraiva. De acordo com o autor, o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases³:

- 1) Formação da Agenda**
- 2) Elaboração**
- 3) Formulação (Tomada de Decisão)**
- 4) Implementação**
- 5) Execução**
- 6) Acompanhamento**
- 7) Avaliação**

O gabarito é a letra C.

5. (FGV – FUNSAÚDE-CE – Analista Administrativo - 2021)

Caso o poder público tenha o intuito de conceder benefícios sociais, mas sem criar uma situação conflituosa entre os diversos atores e grupos de interesse da sociedade, é recomendada a elaboração de uma política do tipo

- a) regulatória.
 - b) constitutiva.
 - c) redistributiva.
 - d) distributiva.
-

³ SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

e) processual.

Comentários:

No caso narrado pelo enunciado é recomendado que o poder público elabore uma política **distributiva**. As políticas **distributivas** são aquelas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes). Essas políticas, geralmente, causam pouco conflito, uma vez que o “custo” é dividido por toda a coletividade (ou seja, os custos acabam sendo “baixos” e as pessoas acabam não “percebendo” esses custos).

Por outro lado, as políticas **redistributivas** são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas. Trata-se de políticas que tem por objetivo redistribuir rendas (ou seja, alterar o grau de “concentração” dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas/privilegiadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade. Em outras palavras, trata-se de “tirar dos ricos” (grupo “perdedor”) para “dar aos pobres” (grupo “ganhador”). Essas políticas geralmente provocam muitos conflitos, pois representam um jogo de “soma zero” (situação “ganha-perde”).

O gabarito é a letra D.

6. (FGV – MPE-RJ – Analista do Ministério Público – 2019)

Existem diversas tipologias para classificar as políticas públicas. Uma das tipologias utiliza o critério de impacto das políticas públicas nos beneficiários.

Considerando esse critério, é correto afirmar que as políticas do sistema previdenciário e a ampliação da geração de energia elétrica são, respectivamente:

- a) constitutiva e redistributiva;
- b) distributiva e regulatória;
- c) constitutiva e regulatória;
- d) redistributiva e distributiva;
- e) redistributiva e regulatória.

Comentários:

As Políticas **distributivas** são aquelas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).

As Políticas **redistributivas**, por sua vez, são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas.

Portanto, as **políticas previdenciárias** são consideradas do tipo **redistributiva**. Ou seja, um grupo restrito de pessoas (os “segurados ativos” de determinado regime previdenciário) custeia o benefício de um outro grupo de pessoas (aposentados e pensionistas, por exemplo).

Já a **ampliação da geração de energia elétrica** é considerada uma política **distributiva**. Ou seja, os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade (para as pessoas que passarão a “receber” energia elétrica), enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).

O gabarito é a letra D.

7. (FGV – DPE-RJ – Analista do Ministério Público – 2019)

O Governo do País Alfa, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais entre os habitantes da comunidade, decide implementar políticas públicas que beneficiem apenas grupos específicos e que sejam custeadas por outros atores, que não os beneficiários.

Com base na tipologia proposta por Lowi quanto às classes de políticas públicas, o governo deve realizar políticas:

- a) regulatórias, a exemplo da instituição de regras para segurança alimentar para alimentos básicos;
- b) distributivas, a exemplo da instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa;
- c) constitutivas, a exemplo da instituição de reforma agrária para terras que não cumprem a função social;
- d) redistributivas, a exemplo das cotas raciais no acesso às universidades;
- e) enunciativas, a exemplo do bolsa-família para indivíduos de baixa renda.

Comentários:

Se o governo pretende reduzir as desigualdades, deve optar por políticas **redistributivas**.

As Políticas **redistributivas** são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas.

Tratam-se de políticas que tem por objetivo **redistribuir rendas** (ou seja, **alterar o grau de “concentração”** dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade.

As **cotas raciais no acesso às universidades** são um exemplo de política redistributiva.

O gabarito é a letra D.

8. (FGV – Prefeitura de Niterói-RJ – Analista de Políticas Públicas – 2018)

Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela _____, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo _____.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo - distributiva
- b) camada mais rica da sociedade - distributiva
- c) sociedade como um todo - redistributiva
- d) camada mais rica da sociedade - regulatória
- e) sociedade como um todo - regulatória

Comentários:

A política pública financiada pela **sociedade como um todo** (contribuintes), que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo **distributiva**.

O gabarito é a letra A.

9. (FGV – AL-RO – Analista Legislativo – 2018)

Conforme a tipologia de políticas públicas, apresentada no modelo de Lowi, assinale a opção que indica um exemplo de Política pública redistributiva.

- a) Política de emergência para vítimas de enchente.

- b) Campanha de vacinação contra febre amarela.
- c) Programa de reforma agrária.
- d) Distribuição de cestas básicas.
- e) Elaboração do código do consumidor.

Comentários:

Letra A: errada. Trata-se de uma política **distributiva**, onde os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade (vítimas afetadas pela enchente), enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).

Letra B: errada. Trata-se de uma política **distributiva**, onde os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade (indivíduos vacinados pela febre amarela), enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).

Letra C: correta. De fato, o programa de reforma agrária é um exemplo de política redistributiva.

Letra D: errada. Trata-se de uma política **distributiva**, onde os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade (indivíduos que recebem as cestas básicas), enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).

Letra E: errada. Trata-se de uma política **regulatória**, que tem por objetivo regular a atuação e o comportamento de pessoas, grupos e organizações.

O gabarito é a letra C.

10. (FGV – MPE-AL – Analista do Ministério Público – 2018)

Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem

- a) policêntrica.
- b) estado-cêntrica.
- c) político-cêntrica.
- d) tecnocêntrica.
- e) endocêntrica.

Comentários:

É para a **Abordagem Estatista (Estado-cêntrica)** que a gestão das políticas públicas é algo estritamente relacionado aos atores governamentais. Em outras palavras, para a abordagem estatista o **Estado** detém a **exclusividade** (“monopólio”) para **fazer políticas públicas**.

O gabarito é a letra B.

11. (FGV – MPE-AL – Analista do Ministério Público – 2018)

Determinado município decidiu mudar radicalmente sua política de IPTU. Por essa nova política, a partir do ano de 2019, todos os imóveis avaliados em até 200 mil reais terão isenção de IPTU, e aqueles com valores superiores a 1 milhão de reais serão tributados em dobro, garantindo a manutenção do valor arrecadado e o financiamento das políticas urbanas. O caso apresentado, segundo a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, é um exemplo de política

- a) constitutiva.
- b) regulatória.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) intervencionista.

Comentários:

O caso narrado pelo enunciado da questão apresenta uma política **redistributiva**.

Perceba que para “compensar” a redução de receita decorrente da “isenção” de IPTU ao imóveis avaliados em até 200 mil reais (normalmente, imóveis pertencentes a indivíduos menos abastados financeiramente), o Município optou por “dobrar” o valor do IPTU dos imóveis avaliados acima de 1 milhão (normalmente, pertencentes a indivíduos mais abastados financeiramente).

Ou seja, o Município está “tirando dos ricos” (grupo de indivíduos que detém imóveis mais caros) para “dar aos pobres” (grupo de indivíduos que possuem imóveis mais baratos).

O gabarito é a letra C.

12. (FGV – MPE-AL – Analista do Ministério Público – 2018)

Avaliar uma política pública pressupõe que exista definição prévia de critérios e padrões, monitorados por intermédio de indicadores.

Em relação ao momento em que se realiza a avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() ex ante – realizada com o intuito de verificar a viabilidade do programa ou projeto e ocorre em momento anterior ao início do mesmo.

() ex post – destina-se a investigar em que medida o programa ou projeto atingiu os resultados esperados por seus formuladores

() ex tunc – julga se o programa ou projeto deve continuar ou não.

a) V - F - F.

b) F - V - F.

c) V - V - F.

d) F - F - V.

e) F - V - V.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. De fato, a Avaliação Ex ante ocorre antes da implementação. Busca-se identificar a situação. Essa avaliação é realizada para avaliar a viabilidade do programa/política pública a ser implementado. Trata-se de um controle proativo, que busca evitar erros no desenho e formulação de programas/políticas públicas.

A **segunda assertiva** está correta. De fato, a Avaliação Ex post ocorre após a implementação. Busca-se avaliar os resultados do programa/política pública. Essa avaliação é realizada para avaliar se o programa/política pública atingiu os resultados esperados. Busca-se verificar a eficácia do programa/política pública. Trata-se de um tipo de controle que tem foco no resultado.

A **terceira assertiva** está errada. É a **Avaliação Somativa** que busca obter informações necessárias para basear a tomada de decisão referente à continuidade de um programa/política pública (o programa deve continuar “como está”, expandir ou terminar?). Esse tipo de avaliação se refere ao estudo dos “resultados” obtidos pelo programa. O foco está no resultado.

O gabarito é a letra C.

13. (FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental - 2017)

Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.

2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.
3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.
4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

() Políticas Distributivas

() Políticas Redistributivas

() Políticas Constitutivas

() Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

- a) 1, 2, 3 e 4.
- b) 1, 3, 2 e 4.
- c) 1, 4, 3 e 2.
- d) 1, 2, 4 e 3.
- e) 1, 3, 4 e 2.

Comentários:

Excelente questão para sedimentarmos os conceitos sobre a classificação das políticas públicas quanto aos Impactos Gerados na Sociedade. Vejamos cada uma das assertivas destacando as palavras-chave:

(1) Políticas **Distributivas** = Consistem na **distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade** ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. **Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.**

(3) Políticas **Redistributivas** = Tem o intuito de **redistribuir renda e direitos**, por meio do **deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos** (ou

economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.

(2) Políticas **Constitutivas** = Destinam-se à **definição das “regras do jogo” político**, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.

(4) Políticas **Regulatórias** = **Normatizam o funcionamento** de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As **normas produzidas** podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

O gabarito é a letra B.

14. (FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental – 2017)

A literatura aponta as principais etapas ou fases para o processo de formulação de políticas públicas.

1. Identificação do problema
2. Construção da agenda
3. Formulação de alternativas (políticas públicas)
4. Tomada de decisão
5. Implementação
6. Avaliação

Assinale a opção que descreve como ficou conhecida essa dinâmica.

- a) Ciclo de políticas públicas.
- b) Manual de políticas públicas.
- c) Problema público.
- d) Diagnóstico situacional.
- e) Decisão política.

Comentários:

A assertiva trouxe fases do **Ciclo de Políticas Públicas**.

Perceba que a banca se baseou o modelo de Secchi (sem considerar, contudo, a última fase que Secchi propõe: Extinção).

O ideal é que você mantenha a “mente aberta” para aceitar diversos “modelos” que a banca pode te apresentar, OK?

A ideia “central” será sempre a mesma. Contudo, os modelos apresentam fases/etapas diferentes.

O gabarito é a letra A.

15. (FGV – SEPOG – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental - 2017)

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
- III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. De fato, a política pública, normalmente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

A **segunda assertiva** está correta. De fato, a decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando (em maior ou menor grau) uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis

A **terceira assertiva** está correta. Isso mesmo! Pode-se dizer que uma política pública depende de decisões políticas (ou seja, a política pública é resultado de decisões políticas). Em outras palavras, uma política pública implica (requer) uma decisão política.

Contudo, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

O gabarito é a letra E.

16. (FGV – TJ-GO – Analista Judiciário - 2014)

A avaliação da política pública é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos colocados em prática. Fazem parte desse processo elementos, critérios, indicadores e também padrões, como os normativos, que são:

- a) as metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas anteriormente à implementação da política pública;
- b) os valores ou descrições, já alcançados no passado, que facilitam a comparação por períodos e geram informações sobre declínios ou melhorias;
- c) são artifícios (proxies) que podem ser criados para medir input, output e resultado (outcome);
- d) a visualização dos erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismos exagerados;
- e) as metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um standard ideal.

Comentários:

Letra A: errada. A assertiva trouxe o conceito de padrões **absolutos**.

Letra B: errada. A assertiva trouxe o conceito de padrões **históricos**.

Letra C: errada. A assertiva trouxe o conceito de **indicadores**.

Letra D: errada. A assertiva descreveu um tipo de **controle preventivo**.

Letra E: correta. Isso mesmo! Padrões normativos são metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um benchmark ou standard ideal.

O gabarito é a letra E.

17. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Com a avaliação *ex ante*, é possível evitar erros de formulação e desenho em um projeto.

Comentários:

Isso mesmo!

A Avaliação Ex ante é um tipo de avaliação “inicial”, que **ocorre antes da implementação**. Trata-se de um controle proativo, que **busca evitar erros no desenho e formulação** de programas/políticas públicas.

Gabarito: correta.

18. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

A análise custo-benefício baseia-se na relação entre os custos relativos e os resultados de uma política pública.

Comentários:

Nada disso!

A análise custo-benefício é uma análise **quantitativa**, utilizada quando os **custos** e os **resultados** das políticas públicas podem ser traduzidos em **unidades monetárias** (dinheiro).

Busca-se analisar os programas e identificar, aqueles que tem o **melhor custo-benefício**.

Gabarito: errada.

19. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Avaliações formativas tem foco em processos, na implementação de uma política pública.

Comentários:

Isso mesmo!

A Avaliação Formativa é realizada durante o processo de **implementação/execução** do programa/política pública, com o objetivo de fornecer informações sobre o “andamento” do programa, com o objetivo de verificar se tudo está ocorrendo de acordo com o planejado e, se necessário, melhorar o funcionamento do que já está sendo colocado em prática. O foco está no **processo**.

Gabarito: correta.

20. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

A implementação de políticas públicas é um processo caracterizado pelo desenho das atividades a serem executadas e pelo planejamento de produtos e resultados a serem atingidos.

Comentários:

Nada disso!

A implementação é a etapa em que a política pública é “**retirada do papel**”. Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são **colocados em prática**. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser **executadas** para que a política pública passe a “funcionar na prática” conforme foi planejado e decidido.

Gabarito: errada.

21. (CESPE/CEBRASPE – TJ-PA – Analista Judiciário - 2020)

Assinale a opção que apresenta o tipo de política pública que define as responsabilidades sobre a educação básica no Brasil.

- a) setorializada
- b) territorializada
- c) vertical
- d) horizontal
- e) integrada

Comentários:

As políticas públicas de definição de responsabilidades sobre a educação básica no Brasil, são exemplos de políticas **verticais**.

O gabarito é a letra C.

22. (CESPE/CEBRASPE – TJ-PA – Analista Judiciário - 2020)

As políticas públicas que buscam mudar o grau de concentração de recursos, quanto à sua finalidade, classificam-se como

- a) estruturadoras.
- b) constitutivas.

- c) redistributivas.
- d) distributivas.
- e) regulatórias.

Comentários:

São as políticas **redistributivas** que tem por objetivo **redistribuir rendas** (ou seja, **alterar o grau de “concentração”** dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade.

O gabarito é a letra C.

23. (CESPE/CEBRASPE – MPC-PA – Analista Ministerial - 2019)

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação de políticas públicas.

I Análises de custo benefício visam maximizar benefícios e minimizar custos.

II A metodologia de avaliação da eficácia é uma avaliação do tipo ex ante, por ser sempre realizada previamente à implementação da política pública.

III A avaliação jurídica, ou de conformidade, é uma metodologia de avaliação de resultados cujo objetivo é verificar se um programa produziu efeitos (positivos ou negativos) no ambiente externo em que interveio, em termos econômicos, técnicos, socioculturais, institucionais ou ambientais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. Isso mesmo! A análise custo-benefício é uma análise **quantitativa**, utilizada quando os **custos** e os **resultados** das políticas públicas podem ser traduzidos em **unidades monetárias** (dinheiro).

Busca-se analisar os programas e identificar aqueles que tem o **melhor custo-benefício** (ou seja, maiores benefícios a menores custos). Em outras palavras, o que se busca através da análise custo-benefício é utilizar a menor quantidade de recursos (minimizar os custos) e gerar os maiores benefícios (maximizar os benefícios).

A **segunda assertiva** está errada. Nada disso! A eficácia está relacionada aos **resultados**. Portanto, a verificação da **eficácia** é realizada através da avaliação **Ex post** (Controle Posterior). Busca-se verificar a eficácia do programa/política pública. A avaliação Ex Post é de um tipo de controle que tem foco no **resultado**.

A **terceira assertiva** está errada. Nada disso! A **Avaliação jurídica** tem por objetivo examinar a **conformidade dos atos do gestor com a lei** ao conduzir a política pública, o programa ou o projeto.⁴

O gabarito é a letra A.

24. (CESPE/CEBRASPE – MPC-PA – Analista Ministerial - 2019)

Assinale a opção correta, relativa ao planejamento e à avaliação de políticas públicas.

- a) A avaliação consiste na mensuração subjetiva dos resultados de políticas públicas e programas governamentais.
- b) O monitoramento é utilizado unicamente na etapa de formulação de políticas públicas.
- c) A fase de implementação da política pública caracteriza-se pelo levantamento de alternativas de soluções para o problema público identificado.
- d) As avaliações de meio-termo, ou de processo, permitem aplicar correções na fase final da implementação de políticas públicas.
- e) A classificação de uma avaliação de política pública em função do seu período de execução divide-se apenas em avaliação inicial (ex ante) e avaliação de resultados (ex post).

Comentários:

Letra A: errada. A avaliação busca a mensuração **objetiva** dos resultados das políticas públicas e programas governamentais.

Letra B: errada. Nada disso! Conforme explica o governo federal, o monitoramento tem papel extremamente relevante na **execução** das políticas públicas, e não deve ser desprezado em qualquer hipótese. Trata-se de “um processo contínuo ao longo da **implementação**, realizado pelo

⁴ CEBRASPE (2020)

próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas.”⁵

Letra C: errada. A implementação é a etapa em que a política pública é “**retirada do papel**”. Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são **colocados em prática**. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser **executadas** para que a política pública passe a “funcionar na prática” conforme foi planejado e decidido.

Letra D: correta. Isso mesmo! A avaliação dos processos permite identificar se estão ocorrendo desvios durante a execução das atividades (na fase de implementação) e, se necessário, aplicar as decisões correções.

Letra E: errada. Quanto ao momento de realização (período de execução), a avaliação pode ser de 03 tipos:

Avaliação Ex ante

Avaliação In itinere

Avaliação Ex post

O gabarito é a letra D.

25. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

A avaliação de uma política pública é um importante instrumento de controle social, na medida em que contribui para que essa política produza os resultados almejados pela sociedade.

Comentários:

Isso mesmo! Assertiva correta!

Gabarito: correta.

26. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

Na fase de implementação das políticas públicas, regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações.

Comentários:

⁵ Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.

Isso mesmo!

É na etapa de implementação que a política pública é “retirada do papel”. Ou seja, é nessa fase que os **planos e as decisões são colocados em prática**. Em outras palavras, é nessa fase que as ações **começam a ser executadas** (ações) para que a política pública passe a “funcionar na prática” conforme foi planejado e decidido.

Gabarito: correta.

27. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

A formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento de alternativas para tratar de eventuais problemas na agenda do governo.

Comentários:

Isso mesmo!

A etapa de formulação de políticas públicas envolve o **estabelecimento de objetivos**, bem como o **desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas** consideradas mais convenientes para determinado problema.

Gabarito: correta.

28. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

Uma agenda é uma lista de questões ou problemas considerados de interesse público que demandam soluções.

Comentários:

Isso mesmo!

A agenda é composta por temas ou problemas que são considerados importantes e, por conta disso, merecem “atenção” e intervenção por parte do governo (demandam soluções).

Gabarito: correta.

29. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

Por ser uma etapa final do ciclo da política pública, a avaliação de programas tem por objetivo último a melhoria social.

Comentários:

Questão bastante capciosa. Vamos analisar por partes.

Primeiro: a avaliação pode ser considerada uma etapa final do ciclo de políticas públicas? Sim!

Segundo: a avaliação tem por objetivo último a melhoria social? Sim! O próprio CEBRASPE já se manifestou nesse sentido, ao afirmar que “Pesquisadores têm defendido que o **objetivo último da avaliação seja a melhoria das condições sociais** (social betterment). Nessa perspectiva, **avaliação** consiste em uma série de atividades desenvolvidas para ajudar a **corrigir, apoiar e entender** a forma como as pessoas percebem as **políticas e os programas implementados para atender necessidades humanas**. O **objetivo final da avaliação** é, então, a **melhoria social**, para a qual a avaliação pode contribuir ao prestar assistência a instituições democráticas na seleção, na supervisão, no aprimoramento e na percepção (produção) do sentido dos programas e das políticas sociais. Na ausência de um compromisso com a melhoria das condições sociais e com a melhoria do padrão de vida da população, a avaliação de um programa passa a ser um mero exercício de aplicação de modelos quantitativos e qualitativos a uma realidade específica.”⁶

Em um primeiro momento você poderia imaginar que a questão está correta. Contudo, a assertiva está errada.

Explico: a avaliação de políticas e programas tem por objetivo último a melhoria social **não porque** é uma etapa final do ciclo de políticas públicas. Em outras palavras (invertendo a ordem da assertiva para facilitar o entendimento), o que assertiva está dizendo é que “a avaliação de programas tem por objetivo último a melhoria social por ser uma etapa final do ciclo da política pública.” E isso está errado. Não há qualquer relação entre ser uma “etapa final” e “ter por objetivo a melhoria social”.

A avaliação de programas tem por objetivo último a melhoria social por “**corrigir, apoiar e entender** a forma como as pessoas percebem as **políticas e os programas implementados para atender necessidades humanas**” (conforme o próprio CEBRASPE já afirmou).

De fato, é uma questão que envolve bastante interpretação de texto e que, em um primeiro momento, pode ter “derrubado” muitos candidatos.

Questão bem difícil e que, agora, ficou “molezinha” pra você, não é mesmo? 😊

Gabarito: errada.

30. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

A avaliação está intrinsecamente relacionada ao desempenho de determinada ação, de um projeto, programa ou uma política.

⁶ CEBRASPE (2019)

Comentários:

Isso mesmo!

É na etapa de avaliação que são analisados o “**andamento**” e os **resultados** das políticas públicas. O que se busca é verificar se as ações e os resultados atingidos estão de acordo com tudo que foi planejado anteriormente. Ou seja, busca-se verificar o “**nível de redução do problema público**” (ou seja, busca-se verificar se o status quo foi alterado de forma a reduzir ou eliminar o “problema público”). Busca-se avaliar os “**benefícios**” gerados pela política pública. Portanto, pode-se dizer que a etapa de avaliação está relacionada ao **desempenho** da política pública.

Gabarito: correta.

31. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

O objetivo de uma avaliação de impacto consiste na averiguação contínua do plano de execução de um programa governamental, o que inclui mudanças no plano inicial.

Comentários:

Nada disso!

A Avaliação de Impacto tem por objetivo identificar os **efeitos produzidos sobre os beneficiários** da política pública. O foco está na **efetividade**.

Gabarito: errada.

32. (CESPE – TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

Assinale a opção que indica a avaliação que busca verificar se determinada política pública responde a um problema bem delimitado e evita a ocorrência de erros de formulação e desenho.

- a) avaliação de resultados
- b) avaliação ex post
- c) avaliação de processos
- d) avaliação ex ante
- e) avaliação de performance

Comentários:

É a **Avaliação Ex ante** que ocorre **antes da implementação**. Trata-se de um controle proativo, que busca **evitar erros no desenho e formulação** de programas/políticas públicas.

O gabarito é a letra D.

33. (CESPE – IPHAN – Analista - 2018)

O que garante a efetivação das políticas públicas intersetoriais é o fato de seus atores agirem conforme as normas e regras.

Comentários:

Nada disso!

Agir conforme as regras e normas **não “garante”** a efetivação das políticas públicas intersetoriais.

A intersetorialidade é “um processo **organizado e coletivo**, não pode ser espontânea. Trata-se de uma ação deliberada que requer o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve **espaços comunicativos**, capacidade de **negociação** e **intermediação de conflitos** para a resolução ou enfrentamento final do problema principal e para a acumulação de forças, na construção de sujeitos, na descoberta da possibilidade de agir”.⁷

Portanto, não basta agir “conforme as regras” para que as políticas intersetoriais se efetivem. É necessário muito mais do que simplesmente “seguir as regras”. É necessário um processo organizado e coletivo, envolvendo comunicação, negociação e intermediação de conflitos.

Gabarito: errada.

34. (CESPE – EBSERH – Tecnólogo em Gestão - 2018)

Compete à atividade de avaliação a mensuração objetiva de resultados das políticas públicas e dos programas governamentais, não cabendo julgamento sobre o valor das intervenções governamentais.

Comentários:

Nada disso!

Conforme explica Cunha, “**além do caráter de mensuração objetiva** de resultados, a **avaliação possui também aspectos qualitativos**, constituindo-se em um **julgamento sobre o valor das intervenções governamentais** por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por

⁷ CAMPOS (2000) apud COMERLATTO, D. MATIELLO, A. COLLISELLI, L. RENK, E. C. KLEBA, M. E. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.

parte dos usuários ou beneficiários. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos, e a avaliação deve verificar o cumprimento das metas estabelecidas.”⁸

Gabarito: errada.

35. (CESPE – EBSERH – Tecnólogo em Gestão - 2018)

A avaliação formativa procura investigar como o programa funciona e, também, avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.

Comentários:

Isso mesmo!

A avaliação formativa é realizada durante o processo de implementação/execução do programa/política pública, com o objetivo de fornecer informações sobre o “andamento” do programa, com o objetivo de verificar se tudo está ocorrendo de acordo com o planejado e, se necessário, melhorar o funcionamento do que já está sendo colocado em prática. O foco está no processo.

A avaliação formativa busca investigar como a política pública funciona bem como avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.⁹

Gabarito: correta.

36. (CESPE – SEEFAZ-RS – Auditor do Estado - 2018)

Vários atores participam e influenciam, direta ou indiretamente, o processo de formulação de políticas públicas, a exemplo de atores estatais ou públicos, entre os quais se incluem

- a) os burocratas e os designados politicamente.
- b) as organizações de terceiro setor e os meios de comunicação.
- c) os empresários e as sociedades civis organizadas.
- d) os grupos de interesse e os fornecedores.
- e) os políticos e os grupos de pressão.

⁸ CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018.

⁹ CESPE (2018)

Comentários:

Os atores podem ser classificados em Governamentais e Não Governamentais¹⁰:

Atores Governamentais (Estatais / Públicos): São todos aqueles que possuem atribuições definidas pelo Poder Estatal. Por exemplo: agentes políticos, **atores designados politicamente, burocratas** (ou seja, os “executores” das políticas públicas, tais como servidores e empregados públicos) e juízes.

Atores Não Governamentais: São as instituições e organizações particulares. Por exemplo: Grupos de Interesse, Partidos Políticos, Meios de Comunicação, Grupos de Pressão, Destinatários (beneficiários) das políticas públicas, Think Tanks (organizações que tem como finalidade aconselhar e realizar pesquisas para a área das políticas públicas), empresários, sociedade civil organizada, Organizações do Terceiro Setor, e outros Stakeholders.

O gabarito é a letra A.

37. (CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A formulação e a implementação de políticas públicas são processos idênticos, razão por que esses termos podem ser utilizados de forma intercambiável.

Comentários:

Nada disso!

A formulação e a implementação são fases **diferentes** do ciclo de políticas públicas.

A etapa de formulação de políticas públicas envolve o estabelecimento de objetivos, bem como o desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas consideradas mais convenientes para determinado problema.

A implementação, por sua vez, consiste na etapa em que a política pública é “retirada do papel”. Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser executadas para que a política pública passe a “funcionar na prática” conforme foi planejado e decidido.

Gabarito: errada.

38. (CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

¹⁰ GOULART, G. L. Atores em Políticas Públicas. 2016.

A inclusão de uma necessidade da população nas prioridades do poder público refere-se à etapa de construção de agendas do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

Comentários:

Isso mesmo!

É na fase de construção da agenda que as necessidades da população (problemas públicos) são incluídas nas prioridades do poder público.

Gabarito: correta.

39. (CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

No processo de construção da agenda de políticas públicas, define-se a lista dos problemas ou dos assuntos que chamam a atenção de atores governamentais e cidadãos em geral.

Comentários:

Isso mesmo!

É na fase de construção da agenda que as necessidades da população (problemas públicos) são incluídas nas prioridades do poder público.

Em outras palavras, a agenda é composta por temas ou problemas que são considerados importantes e, por conta disso, merecem “atenção” e intervenção por parte do governo.

Gabarito: correta.

40. (CESPE – TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

De acordo com o Manual da metodologia para avaliação da execução de programas de governo, da Controladoria Geral da União (CGU), a avaliação do tipo formativa de um programa governamental, realizada após a execução do programa, consiste em fornecer elementos para a análise.

Comentários:

Nada disso!

A Avaliação Formativa é realizada **durante o processo** de implementação/execução do programa/política pública, com o objetivo de fornecer informações sobre o “andamento” do programa. Busca-se verificar se tudo está ocorrendo de acordo com o planejado e, se necessário, melhorar o funcionamento do que já está sendo colocado em prática. O foco está no **processo**.

Gabarito: errada.

41. (CESPE – TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

O método de formulação de políticas públicas denominado racional-compreensivo parte do pressuposto de que, considerando-se as preferências mais relevantes da sociedade, a intervenção por meio de políticas públicas deve fundamentar-se em ampla análise prévia dos problemas sociais.

Comentários:

Isso mesmo!

No modelo Racional-compreensivo os tomadores de decisão analisam de forma **abrangente e detalhada** cada alternativa disponível, com o objetivo de identificar aquela que pode maximizar de melhor maneira os valores e objetivos buscados. Ou seja, ocorre uma **ampla análise prévia** dos problemas sociais.

Gabarito: correta.

42. (CESPE – DPU – Sociólogo - 2016)

A formulação de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão os resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Comentários:

Isso mesmo!

É na etapa de formulação de políticas públicas que são **estabelecidos os objetivos e selecionadas as soluções** (entre as alternativas disponíveis) que resolverão os problemas de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

Gabarito: correta.

43. (CESPE – TCE-PR – Auditor - 2016)

De acordo com determinado segmento da doutrina especializada, os governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos pelo maior valor e devem evitar políticas em que os custos excedam os ganhos. Esse método de avaliação das políticas públicas corresponde ao modelo

- a) sistêmico.

- b) institucional.
- c) de processo.
- d) racional.
- e) incremental.

Comentários:

É o **Modelo Racional** que parte do princípio de que o tomador de decisão conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada decisão. O objetivo é optar por políticas em que os ganhos (benefícios) superem os custos e evitar aquelas políticas em que os custos sejam maiores do que os ganhos (benefícios). O foco está em buscar as alternativas mais eficientes.

O gabarito é a letra D.

44. (CESPE – TCE-RN – Auditor - 2015)

A análise custo-efetividade exige a monetarização dos impactos causados pela política pública.

Comentários:

Nada disso! A análise **custo-efetividade** é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser monetizados. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais.

É a análise **custo-benefício** que pressupõe a monetarização dos resultados (benefícios) causados pela política pública.

Gabarito: errada.

45. (CESPE – CADE – Analista Técnico - 2014)

A análise de custo-efetividade de um programa é recomendada sempre que houver dificuldade na estimativa dos benefícios desse programa em valores monetários.

Comentários:

Isso mesmo! A análise custo-efetividade é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser aferidos monetariamente. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais.

Gabarito: correta.

46. (CESPE – CADE – Analista Técnico - 2014)

Na análise do custo-benefício de um programa, é essencial que os custos e os benefícios desse programa sejam transformados em unidades monetárias.

Comentários:

Isso mesmo!

De fato, a análise custo-benefício pressupõe que tanto os custos quanto os benefícios (resultados) possam ser aferidos monetariamente.

Gabarito: correta.

47. (FCC – SP Parcerias – Analista Técnico – 2018)

contexto político e social ao qual se aplica. Nesse sentido, no Estado capitalista moderno, as políticas públicas

- a) dizem respeito à atividade ou ao conjunto de atividades que fazem referência estrita aos governos e aos seus governantes.
- b) são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.
- c) são um conjunto de procedimentos que expressam relações de consenso e que se orientam à resolução dos problemas da classe trabalhadora.
- d) transformam a sociedade de forma pacífica ao extraírem dinheiro da sociedade pelos tributos pagos pelos cidadãos e os “distribuírem” via benefícios e uma variedade de serviços à população.
- e) constituem o meio para alcançar a emancipação econômica da classe operária, através do estabelecimento da igualdade de direitos e de deveres.

Comentários:

A política pública é resultado da atividade política e, normalmente, envolve mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.¹¹

O gabarito é a letra B.

¹¹ RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.



LISTA DE QUESTÕES

1. (FGV – Senado Federal - Analista Legislativo – Administração – 2022)

As políticas públicas resultam do processo decisório governamental. Nestas, são identificados problemas, prioridades, estratégias e atores que concorrem para sua execução. E sua avaliação permite aprimorar, inovar e, até mesmo, mudar o rumo da ação governamental.

O processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas é complexo e dinâmico. No entanto, estudos trazem a noção de ciclo de políticas públicas como um referencial para pensar e pôr em prática as políticas públicas. Na perspectiva do ciclo, cada etapa ressalta um aspecto desse processo, sem descartar possibilidades de interação entre cada uma delas.

Considerando o ciclo das políticas públicas, a teoria do equilíbrio pontuado, que ajuda a identificar momentos de estabilidade e de mudanças incrementais no foco das políticas públicas, está melhor relacionada com a seguinte etapa do ciclo:

- a) formulação de alternativas.
- b) avaliação.
- c) tomada de decisão.
- d) formação da agenda.
- e) implementação.

2. (FGV – CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle – 2022)

Diversos autores apontam características comuns aos problemas públicos para facilitar o processo de identificação, podendo, assim, o analista de políticas categorizar e buscar soluções para novos desafios a partir de problemas anteriores de natureza semelhante. Entretanto, nem todos os problemas públicos compartilham características. No universo de problemas públicos contemporâneos merecem destaque os wicked problems, problemas desestruturados que desafiam continuamente os analistas.

Os wicked problems são singulares e diferenciam-se dos demais problemas públicos:

- a) pela dificuldade de serem resolvidos e pelo potencial para criar problemas;
- b) pela complexidade técnica e pelo alto grau de imprevisibilidade, incerteza e risco;
- c) pela interligação com vários outros problemas e por não possuírem uma solução correta ou definitiva;
- d) por não possuírem clara delimitação de fronteiras e por envolverem bens públicos;
- e) por envolverem soluções com escolhas trágicas, assim como a redistribuição de riquezas e recursos.

3. (FGV – CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle - Auditoria e Fiscalização – 2022)

A análise de políticas públicas pode ser entendida como a atividade orientada para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados à resolução de problemas públicos. Para tanto, se faz necessário compreender as diferentes formas de avaliar e identificar ineficiências antes, durante e depois da implementação de políticas públicas. Essa avaliação, quando feita de forma preliminar à tomada de decisão, é denominada ex ante.

Essa metodologia ocorre:

- a) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa ao monitoramento da política pública em andamento;
- b) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a orientar a decisão para que a política pública formulada seja a mais efetiva, eficaz e eficiente;
- c) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a produzir propostas de melhoria de políticas públicas já instituídas;
- d) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar os impactos de políticas públicas após sua implementação;
- e) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar o custo-benefício da política pública implementada.

4. (FGV – Câmara de Aracajú-SE – Analista Administrativo - 2021)

O conceito de política pública modificou-se ao longo das últimas décadas. Atualmente considera-se que as políticas públicas têm uma natureza bastante complexa e controversa. O ciclo clássico de políticas públicas que englobava três etapas foi ampliado, no sentido de se compreender melhor seu processo.

Considerando essa nova perspectiva, as fases e a respectiva ordem de desenvolvimento das políticas públicas são:

- a) agenda, formulação, estratégia, execução, implementação e monitoramento;
- b) formação da agenda, decisão de implementação, execução e monitoramento;
- c) agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação;
- d) formulação, execução, implementação, acompanhamento e avaliação;
- e) agenda, formulação, execução, monitoramento e avaliação.

5. (FGV – FUNSAÚDE-CE – Analista Administrativo - 2021)

Caso o poder público tenha o intuito de conceder benefícios sociais, mas sem criar uma situação conflituosa entre os diversos atores e grupos de interesse da sociedade, é recomendada a elaboração de uma política do tipo

- a) regulatória.
- b) constitutiva.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) processual.

6. (FGV – MPE-RJ – Analista do Ministério Público – 2019)

Existem diversas tipologias para classificar as políticas públicas. Uma das tipologias utiliza o critério de impacto das políticas públicas nos beneficiários.

Considerando esse critério, é correto afirmar que as políticas do sistema previdenciário e a ampliação da geração de energia elétrica são, respectivamente:

- a) constitutiva e redistributiva;
- b) distributiva e regulatória;
- c) constitutiva e regulatória;
- d) redistributiva e distributiva;
- e) redistributiva e regulatória.

7. (FGV – DPE-RJ – Analista do Ministério Público – 2019)

O Governo do País Alfa, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais entre os habitantes da comunidade, decide implementar políticas públicas que beneficiem apenas grupos específicos e que sejam custeadas por outros atores, que não os beneficiários.

Com base na tipologia proposta por Lowi quanto às classes de políticas públicas, o governo deve realizar políticas:

- a) regulatórias, a exemplo da instituição de regras para segurança alimentar para alimentos básicos;
- b) distributivas, a exemplo da instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa;
- c) constitutivas, a exemplo da instituição de reforma agrária para terras que não cumprem a função social;
- d) redistributivas, a exemplo das cotas raciais no acesso às universidades;
- e) enunciativas, a exemplo do bolsa-família para indivíduos de baixa renda.

8. (FGV – Prefeitura de Niterói-RJ – Analista de Políticas Públicas – 2018)

Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela _____, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo _____.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo - distributiva
- b) camada mais rica da sociedade - distributiva
- c) sociedade como um todo - redistributiva
- d) camada mais rica da sociedade - regulatória
- e) sociedade como um todo - regulatória

9. (FGV – AL-RO – Analista Legislativo – 2018)

Conforme a tipologia de políticas públicas, apresentada no modelo de Lowi, assinale a opção que indica um exemplo de Política pública redistributiva.

- a) Política de emergência para vítimas de enchente.
- b) Campanha de vacinação contra febre amarela.
- c) Programa de reforma agrária.
- d) Distribuição de cestas básicas.
- e) Elaboração do código do consumidor.

10. (FGV – MPE-AL – Analista do Ministério Público – 2018)

Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem

- a) policêntrica.
- b) estado-cêntrica.
- c) político-cêntrica.
- d) tecnocêntrica.
- e) endocêntrica.

11. (FGV – MPE-AL – Analista do Ministério Público – 2018)

Determinado município decidiu mudar radicalmente sua política de IPTU. Por essa nova política, a partir do ano de 2019, todos os imóveis avaliados em até 200 mil reais terão isenção de IPTU, e aqueles com valores superiores a 1 milhão de reais serão tributados em dobro, garantindo a manutenção do valor arrecadado e o financiamento das políticas urbanas. O caso apresentado, segundo a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, é um exemplo de política

- a) constitutiva.
- b) regulatória.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) intervencionista.

12. (FGV – MPE-AL – Analista do Ministério Público – 2018)

Avaliar uma política pública pressupõe que exista definição prévia de critérios e padrões, monitorados por intermédio de indicadores.

Em relação ao momento em que se realiza a avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() ex ante – realizada com o intuito de verificar a viabilidade do programa ou projeto e ocorre em momento anterior ao início do mesmo.

() ex post – destina-se a investigar em que medida o programa ou projeto atingiu os resultados esperados por seus formuladores

() ex tunc – julga se o programa ou projeto deve continuar ou não.

a) V - F - F.

b) F - V - F.

c) V - V - F.

d) F - F - V.

e) F - V - V.

13. (FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental - 2017)

Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.

2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.

3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.

4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

() Políticas Distributivas

() Políticas Redistributivas

() Políticas Constitutivas

() Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

a) 1, 2, 3 e 4.

b) 1, 3, 2 e 4.

c) 1, 4, 3 e 2.

d) 1, 2, 4 e 3.

e) 1, 3, 4 e 2.

14. (FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental – 2017)

A literatura aponta as principais etapas ou fases para o processo de formulação de políticas públicas.

1. Identificação do problema

2. Construção da agenda

3. Formulação de alternativas (políticas públicas)

4. Tomada de decisão

5. Implementação

6. Avaliação

Assinale a opção que descreve como ficou conhecida essa dinâmica.

a) Ciclo de políticas públicas.

b) Manual de políticas públicas.

c) Problema público.

d) Diagnóstico situacional.

e) Decisão política.

15. (FGV – SEPOG – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental - 2017)

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

16. (FGV – TJ-GO – Analista Judiciário - 2014)

A avaliação da política pública é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos colocados em prática. Fazem parte desse processo elementos, critérios, indicadores e também padrões, como os normativos, que são:

a) as metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas anteriormente à implementação da política pública;

b) os valores ou descrições, já alcançados no passado, que facilitam a comparação por períodos e geram informações sobre declínios ou melhorias;

c) são artifícios (proxies) que podem ser criados para medir input, output e resultado (outcome);

d) a visualização dos erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismos exagerados;

e) as metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um standard ideal.

17. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Com a avaliação *ex ante*, é possível evitar erros de formulação e desenho em um projeto.

18. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

A análise custo-benefício baseia-se na relação entre os custos relativos e os resultados de uma política pública.

19. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Avaliações formativas tem foco em processos, na implementação de uma política pública.

20. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

A implementação de políticas públicas é um processo caracterizado pelo desenho das atividades a serem executadas e pelo planejamento de produtos e resultados a serem atingidos.

21. (CESPE/CEBRASPE – TJ-PA – Analista Judiciário - 2020)

Assinale a opção que apresenta o tipo de política pública que define as responsabilidades sobre a educação básica no Brasil.

a) setorializada

b) territorializada

c) vertical

d) horizontal

e) integrada

22. (CESPE/CEBRASPE – TJ-PA – Analista Judiciário - 2020)

As políticas públicas que buscam mudar o grau de concentração de recursos, quanto à sua finalidade, classificam-se como

a) estruturadoras.

b) constitutivas.

c) redistributivas.

d) distributivas.

e) regulatórias.

23. (CESPE/CEBRASPE – MPC-PA – Analista Ministerial - 2019)

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação de políticas públicas.

I Análises de custo benefício visam maximizar benefícios e minimizar custos.

II A metodologia de avaliação da eficácia é uma avaliação do tipo ex ante, por ser sempre realizada previamente à implementação da política pública.

III A avaliação jurídica, ou de conformidade, é uma metodologia de avaliação de resultados cujo objetivo é verificar se um programa produziu efeitos (positivos ou negativos) no ambiente externo em que interveio, em termos econômicos, técnicos, socioculturais, institucionais ou ambientais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

24. (CESPE/CEBRASPE – MPC-PA – Analista Ministerial - 2019)

Assinale a opção correta, relativa ao planejamento e à avaliação de políticas públicas.

a) A avaliação consiste na mensuração subjetiva dos resultados de políticas públicas e programas governamentais.

b) O monitoramento é utilizado unicamente na etapa de formulação de políticas públicas.

c) A fase de implementação da política pública caracteriza-se pelo levantamento de alternativas de soluções para o problema público identificado.

d) As avaliações de meio-termo, ou de processo, permitem aplicar correções na fase final da implementação de políticas públicas.

e) A classificação de uma avaliação de política pública em função do seu período de execução divide-se apenas em avaliação inicial (ex ante) e avaliação de resultados (ex post).

25. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

A avaliação de uma política pública é um importante instrumento de controle social, na medida em que contribui para que essa política produza os resultados almejados pela sociedade.

26. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

Na fase de implementação das políticas públicas, regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações.

27. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

A formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento de alternativas para tratar de eventuais problemas na agenda do governo.

28. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019)

Uma agenda é uma lista de questões ou problemas considerados de interesse público que demandam soluções.

29. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

Por ser uma etapa final do ciclo da política pública, a avaliação de programas tem por objetivo último a melhoria social.

30. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

A avaliação está intrinsecamente relacionada ao desempenho de determinada ação, de um projeto, programa ou uma política.

31. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

O objetivo de uma avaliação de impacto consiste na averiguação contínua do plano de execução de um programa governamental, o que inclui mudanças no plano inicial.

32. (CESPE – TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

Assinale a opção que indica a avaliação que busca verificar se determinada política pública responde a um problema bem delimitado e evita a ocorrência de erros de formulação e desenho.

- a) avaliação de resultados

- b) avaliação ex post
- c) avaliação de processos
- d) avaliação ex ante
- e) avaliação de performance

33. (CESPE – IPHAN – Analista - 2018)

O que garante a efetivação das políticas públicas intersetoriais é o fato de seus atores agirem conforme as normas e regras.

34. (CESPE – EBSERH – Tecnólogo em Gestão - 2018)

Compete à atividade de avaliação a mensuração objetiva de resultados das políticas públicas e dos programas governamentais, não cabendo julgamento sobre o valor das intervenções governamentais.

35. (CESPE – EBSERH – Tecnólogo em Gestão - 2018)

A avaliação formativa procura investigar como o programa funciona e, também, avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.

36. (CESPE – SEEFAZ-RS – Auditor do Estado - 2018)

Vários atores participam e influenciam, direta ou indiretamente, o processo de formulação de políticas públicas, a exemplo de atores estatais ou públicos, entre os quais se incluem

- a) os burocratas e os designados politicamente.
- b) as organizações de terceiro setor e os meios de comunicação.
- c) os empresários e as sociedades civis organizadas.
- d) os grupos de interesse e os fornecedores.
- e) os políticos e os grupos de pressão.

37. (CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A formulação e a implementação de políticas públicas são processos idênticos, razão por que esses termos podem ser utilizados de forma intercambiável.

38. (CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A inclusão de uma necessidade da população nas prioridades do poder público refere-se à etapa de construção de agendas do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

39. (CESPE – TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

No processo de construção da agenda de políticas públicas, define-se a lista dos problemas ou dos assuntos que chamam a atenção de atores governamentais e cidadãos em geral.

40. (CESPE – TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

De acordo com o Manual da metodologia para avaliação da execução de programas de governo, da Controladoria Geral da União (CGU), a avaliação do tipo formativa de um programa governamental, realizada após a execução do programa, consiste em fornecer elementos para a análise.

41. (CESPE – TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

O método de formulação de políticas públicas denominado racional-compreensivo parte do pressuposto de que, considerando-se as preferências mais relevantes da sociedade, a intervenção por meio de políticas públicas deve fundamentar-se em ampla análise prévia dos problemas sociais.

42. (CESPE – DPU – Sociólogo - 2016)

A formulação de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão os resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

43. (CESPE – TCE-PR – Auditor - 2016)

De acordo com determinado segmento da doutrina especializada, os governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos pelo maior valor e devem evitar políticas em que os custos excedam os ganhos. Esse método de avaliação das políticas públicas corresponde ao modelo

- a) sistêmico.
- b) institucional.
- c) de processo.
- d) racional.
- e) incremental.

44. (CESPE – TCE-RN – Auditor - 2015)

A análise custo-efetividade exige a monetarização dos impactos causados pela política pública.

45. (CESPE – CADE – Analista Técnico - 2014)

A análise de custo-efetividade de um programa é recomendada sempre que houver dificuldade na estimativa dos benefícios desse programa em valores monetários.

46. (CESPE – CADE – Analista Técnico - 2014)

Na análise do custo-benefício de um programa, é essencial que os custos e os benefícios desse programa sejam transformados em unidades monetárias.

47. (FCC – SP Parcerias – Analista Técnico – 2018)

contexto político e social ao qual se aplica. Nesse sentido, no Estado capitalista moderno, as políticas públicas

- a) dizem respeito à atividade ou ao conjunto de atividades que fazem referência estrita aos governos e aos seus governantes.
- b) são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.
- c) são um conjunto de procedimentos que expressam relações de consenso e que se orientam à resolução dos problemas da classe trabalhadora.
- d) transformam a sociedade de forma pacífica ao extraírem dinheiro da sociedade pelos tributos pagos pelos cidadãos e os “distribuírem” via benefícios e uma variedade de serviços à população.
- e) constituem o meio para alcançar a emancipação econômica da classe operária, através do estabelecimento da igualdade de direitos e de deveres.



GABARITO

- | | | |
|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1. Letra D | 17. CORRETA | 33. ERRADA |
| 2. Letra C | 18. ERRADA | 34. ERRADA |
| 3. Letra B | 19. CORRETA | 35. CORRETA |
| 4. Letra C | 20. ERRADA | 36. Letra A |
| 5. Letra D | 21. Letra C | 37. ERRADA |
| 6. Letra D | 22. Letra C | 38. CORRETA |
| 7. Letra D | 23. Letra A | 39. CORRETA |
| 8. Letra A | 24. Letra D | 40. ERRADA |
| 9. Letra C | 25. CORRETA | 41. CORRETA |
| 10. Letra B | 26. CORRETA | 42. CORRETA |
| 11. Letra C | 27. CORRETA | 43. Letra D |
| 12. Letra C | 28. CORRETA | 44. ERRADA |
| 13. Letra B | 29. ERRADA | 45. CORRETA |
| 14. Letra A | 30. CORRETA | 46. CORRETA |
| 15. Letra E | 31. ERRADA | 47. Letra B |
| 16. Letra E | 32. Letra D | |

Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, F. O. *Avaliação de política públicas de inclusão digital: um estudo de caso do UCA em Tiradentes.*
- ANTUNES, Flávia. *O Ciclo de Políticas Públicas*. Gestão em Pauta. 2016.
- CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP.
- CARVALHO, Daniel Izaias de. Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Brasil no período de 1980-2014. UNB. Rev. Serv. Público Brasília 69 (1) 85-110 jan/mar 2018.
- Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 2019: O que são e quais os tipos de Políticas Públicas existem.*
- COMERLATTO, D. MATIELLO, A. COLLISELLI, L. RENK, E. C. KLEBA, M. E. *Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.*
- CUNHA, C. G. S. *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018.
- CUSTÓDIO, A. V. SILVA, C. R. C. *A intersetorialidade nas políticas públicas*. XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.
- DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. Editora Atlas.
- ETZIONI, Amitai. *Reexame de estratégia mista de decisão.*
- FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. 2000.
- FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.
- GOULART, G. L. *Atores em Políticas Públicas*. 2016.
- MARIANI, I. S. *Abordagem Multicêntrica na Gestão de Políticas Públicas: o caso da extinção do corte manual da cana-de-açucar*. Limeira, 2014.
- PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*, 8ª edição. Rio de Janeiro, Editora Método: 2019.
- PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo, Atlas: 2013.

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

RUA, Maria das Graças. *Especialização em Gestão Pública Municipal*. Políticas Públicas. Módulo Básico. PNAP.

SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013.

SOUZA, M. F. *Modelo Lógico*. CGIN/DECON/SENARC/SEDS/MC. 2019.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre. 2006.

TEIXEIRA, C. E. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. 2002.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESGRANRIO – Eletrobras – Assistente Social – 2022)

O acesso universal previsto em muitas das políticas sociais no Brasil não correspondeu, de fato, à cobertura instituída na rede de serviços sociais, sobretudo àquela implementada a partir dos programas sociais dirigidos aos grupos sociais mais vulneráveis e/ou em situação de extrema pobreza.

O neoliberalismo contribuiu significativamente com essa redução, elegendo grupos prioritários a serem atendidos, imprimindo, assim, a seguinte tendência às políticas sociais:

- a) gentrificação
- b) normalização
- c) privatização
- d) focalização
- e) Descentralização

Comentários:

Ao “eleger grupos prioritários a serem atendidos”, a tendência é a de **focalização** (ou seja, focar o atendimento em determinados grupos).

O gabarito é a letra D.

2. (CESGRANRIO – Finep – Analista – 2014)

As políticas públicas percorrem quatro diferentes etapas: formulação, decisão, implementação e avaliação. A fase de implementação corresponde à(ao)

- a) escolha de quem define a política, que passará por um processo de trâmite democrático.

- b) execução de atividades, de tal forma que as ações do governo alcancem as metas preestabelecidas.
- c) análise sistemática de questões associadas ao uso da política, que subsidiem o gestor público.
- d) mensuração do impacto sobre o bem-estar do público-alvo, quando da oferta de serviços.
- e) cálculo de um indicador, a fim de escolher a melhor solução, dependendo da capacidade dos gestores da política.

Comentários:

A implementação é a etapa em que a política pública é “retirada do papel”. Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser **executadas** para que a política pública passe a “funcionar na prática” conforme foi planejado e decidido.

Portanto, a fase de implementação corresponde à execução de atividades, de tal forma que as ações do governo alcancem as metas preestabelecidas.

O gabarito é a letra B.



LISTA DE QUESTÕES

1. (CESGRANRIO – Eletrobras – Assistente Social – 2022)

O acesso universal previsto em muitas das políticas sociais no Brasil não correspondeu, de fato, à cobertura instituída na rede de serviços sociais, sobretudo àquela implementada a partir dos programas sociais dirigidos aos grupos sociais mais vulneráveis e/ou em situação de extrema pobreza.

O neoliberalismo contribuiu significativamente com essa redução, elegendo grupos prioritários a serem atendidos, imprimindo, assim, a seguinte tendência às políticas sociais:

- a) gentrificação
- b) normalização
- c) privatização
- d) focalização
- e) Descentralização

2. (CESGRANRIO – Finep – Analista – 2014)

As políticas públicas percorrem quatro diferentes etapas: formulação, decisão, implementação e avaliação. A fase de implementação corresponde à(ao)

- a) escolha de quem define a política, que passará por um processo de trâmite democrático.
- b) execução de atividades, de tal forma que as ações do governo alcancem as metas preestabelecidas.
- c) análise sistemática de questões associadas ao uso da política, que subsidiem o gestor público.
- d) mensuração do impacto sobre o bem-estar do público-alvo, quando da oferta de serviços.

e) cálculo de um indicador, a fim de escolher a melhor solução, dependendo da capacidade dos gestores da política.



GABARITO

1. Letra D

2. Letra B

Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, F. O. *Avaliação de política públicas de inclusão digital: um estudo de caso do UCA em Tiradentes.*
- ANTUNES, Flávia. *O Ciclo de Políticas Públicas*. Gestão em Pauta. 2016.
- CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. ENAP.
- CARVALHO, Daniel Izaias de. Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Brasil no período de 1980-2014. UNB. Rev. Serv. Público Brasília 69 (1) 85-110 jan/mar 2018.
- Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post*. Volume 2. Brasília, 2018.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 2019: O que são e quais os tipos de Políticas Públicas existem.*
- COMERLATTO, D. MATIELLO, A. COLLISELLI, L. RENK, E. C. KLEBA, M. E. *Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.*
- CUNHA, C. G. S. *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018.
- CUSTÓDIO, A. V. SILVA, C. R. C. *A intersetorialidade nas políticas públicas*. XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.
- DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. Editora Atlas.
- ETZIONI, Amitai. *Reexame de estratégia mista de decisão.*
- FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. 2000.
- FUSTER, D. A. *Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos*. TCMSP - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.
- GOULART, G. L. *Atores em Políticas Públicas*. 2016.
- MARIANI, I. S. *Abordagem Multicêntrica na Gestão de Políticas Públicas: o caso da extinção do corte manual da cana-de-açúcar*. Limeira, 2014.
- PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*, 8ª edição. Rio de Janeiro, Editora Método: 2019.
- PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo, Atlas: 2013.

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*.

RUA, Maria das Graças. *Especialização em Gestão Pública Municipal*. Políticas Públicas. Módulo Básico. PNAP.

SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília, ENAP. 2006. p.34.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013.

SOUZA, M. F. *Modelo Lógico*. CGIN/DECON/SENARC/SEDS/MC. 2019.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre. 2006.

TEIXEIRA, C. E. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. 2002.